

RICARDO CARDOSO BOTELHO VINHAIS PEREIRA

**RIO+20: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS
PUBLICADAS PELA COMUNICAÇÃO SOCIAL
PORTUGUESA E PELAS ENTIDADES
OFICIAIS**

Orientador: Prof. Doutor Henrique Manuel Da Mota Dos Santos Coelho

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Engenharia**

Lisboa

2015

RICARDO CARDOSO BOTELHO VINHAIS PEREIRA

**RIO+20: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS
PUBLICADAS PELA COMUNICAÇÃO SOCIAL
PORTUGUESA E PELAS ENTIDADES
OFICIAIS**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente – Área de Especialização em Avaliação de Impactes em Sistemas Naturais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof. Doutor Henrique Manuel Da Mota Dos Santos Coelho

Co-Orientador: Mestre Cândida Leonor Pinto Rocha

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 14/05 2015, perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º: 146/2015, de abril de 2015, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor Luís Manuel Monteiro Alves (ULHT)

Vogais:

Prof.^a Doutora Iva Miranda Pires – Arguente (FCSH/UNL)

Prof.^a Doutora Maria Graça Pereira Gonçalves (ULHT)

Orientador:

Mestre Cândida Leonor Pinto Rocha

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Engenharia

Lisboa

2015

AGRADECIMENTOS

Expresso, aqui, os meus agradecimentos a todas as pessoas que me ajudaram nesta dissertação, contribuindo para o sucesso da mesma.

Ao Professor Doutor Henrique Coelho e à Professora Mestre Anabela Cruces, gostaria de agradecer o empenho, a dedicação e a determinação empregues neste trabalho.

À Mestre Cândida Rocha, agradeço a forma como me integrou, estimulou e motivou para a elaboração da dissertação, pelo acompanhamento prestado e por toda a disponibilidade demonstrada no esclarecimento de dúvidas e transmissão de novos conhecimentos.

À Joana Vieira e Joana Lage agradeço o companheirismo e amizade evidenciada durante este trajeto.

À minha família. Aos meus pais, que me apoiaram e estimularam para a execução deste trabalho, ao meu irmão Daniel, pelas suas excecionais qualidades informáticas e à minha namorada Ana Costa, a quem subtraí bastantes horas da minha atenção.

A todos um MUITO OBRIGADO!!!

RESUMO

Ultimamente, a ocorrência de graves catástrofes naturais tem demonstrado o problema do ambiente ecológico global.

O modo com que atualmente produzimos bens e serviços é insustentável, contribuindo claramente para muitos problemas ambientais atuais.

Para tornar o desenvolvimento e o ambiente sustentáveis, os programas experimentais e as campanhas para fortalecer a consciência ambiental devem ser destacados como programas fundamentais preventivos.

Apesar de o conceito ser comumente aceite e relativamente fácil de entender, a dificuldade surge na aplicação efetiva dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Uma vez que a Conferência Rio+20 mobilizou diversos quadrantes da sociedade, levou a debate muitos países de todo o mundo e procura alcançar o desenvolvimento sustentável, e tendo em consideração que a comunicação social representa um pertinente meio de transmissão de informação e as entidades oficiais constituem os principais agentes participativos, procurou-se efetuar uma análise multidimensional das notícias difundidas por alguns destes veículos informativos, de janeiro a julho de 2012, tendo como objeto de estudo a respetiva Conferência, de forma a avaliar o impacto que a mesma provocou nos diversos atores sociais e se existem diferenças expressivas entre estes.

A execução deste trabalho obedeceu a uma determinada metodologia, nomeadamente, pesquisa bibliográfica, seleção da informação, tratamento de dados com o QSR Nvivo 10, onde foram categorizadas individualmente todas as notícias, tendo em consideração várias vertentes, e elaboração dos gráficos com o Microsoft Excel 2010.

Os resultados deste estudo indicam, claramente, que a Conferência Rio+20 tem inerente a si uma conotação negativa proeminente, pelo que a maioria dos atores sociais revelaram-se pessimistas e/ou insatisfeitos com a mesma. Foi ainda possível constatar a existência de algumas divergências significativas relativamente à origem das notícias, tendo em consideração os setores das fontes mais presentes nas notícias, a incidência dos temas mais abordados, a cobertura efetuada em relação às fontes e o discurso predominante.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação Social, Entidades Oficiais, Desenvolvimento Sustentável, Nvivo10, Rio92, Rio+20

ABSTRACT

Lately, the occurrence of several natural disasters have demonstrated the problem of global ecological environment.

The way we currently produce goods and services is unsustainable, clearly contributing to many current environmental problems.

To have sustainable development and environment, experimental programs and campaigns to strengthen environmental awareness should be highlighted as fundamental preventive programs.

Although the concept is widely accepted and relatively easy to understand, the difficulty arises in the effective application of the principles of sustainable development.

Once the Rio+20 Conference mobilized several sectors of society, led to debate many countries around the world and search to achieve sustainable development and taking into account that the media is a relevant means of transmitting information and official bodies are the main participating agents, we tried to make a multidimensional analysis of the news broadcast by some of these informational vehicles from January to July 2012, with the object of study the respective Conference, to assess the impact that it has caused in many social actors and if there are significant differences between them.

The execution of this work followed a certain methodology, including literature, selection of information, processing of data with QSR NVivo 10, which were categorized individually all the news, taking into consideration several aspects and preparation of the graphs with Microsoft Excel 2010.

The results of this study clearly indicate that the Rio+20 Conference has inherent in itself a prominent negative connotation, so most social actors have proved pessimistics and/or dissatisfied with it. It was also possible to confirm the existence of some significant differences regarding the source of the news, taking into account the sectors of the sources most present in the news, the incidence of the most discussed topics, the coverage provided in relation to sources and mostly dominant discourse.

KEY-WORDS

Media, Official Bodies, Sustainable Development, Nvivo10, Rio92, Rio+20

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AMI – Assistência Médica Internacional

APCT – Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragens e Circulação

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

CE – Comissão Europeia

CEDGA – Comissão Europeia Direção-Geral Ambiente

CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CNUDS – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

CNUAD – Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento

CMAD – Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

EDP – Energias de Portugal

EUA – Estados Unidos da América

FIB – Felicidade Interna Bruta

GDF – Gáz de France

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OJE – O Jornal Económico

ONG – Organização Não Governamental

PEID – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RR – Rádio Renascença

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

TSF – Telefonia Sem Fios

TVI – Televisão Independente

UE – União Europeia

UEBT – Union for Ethical BioTrade

UN – United Nations

UNCSD – United Nations Conference of Sustainable Development

UNDESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs

UNESD – United Nations Economic and Social Development

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change

UNSDKP – United Nations Sustainable Development Knowledge Platform

WWF – World Wide Fund for Nature

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	10
Resumo	11
Abstract	12
Key-words	12
Índice Geral	15
Índice de Figuras	19
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	20
I.1. Enquadramento	21
I.2. Âmbito e Objetivos	23
I.3. Organização da Dissertação	24
CAPÍTULO II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	25
II.1. Desenvolvimento Sustentável	25
II.2. Rio 92	31
II.3. Rio + 20	37
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	47
CAPÍTULO IV – RESULTADOS	60
IV.1. Resultados da análise das notícias publicadas pela Comunicação Social Portuguesa	60
IV.2. Resultados da análise das notícias publicadas pelas Entidades Oficiais	75
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES	90
V.1. Limitações do Trabalho	94
V.2. Pistas para Investigações Futuras	95
Bibliografia	96
Bibliografia citada	96
Bibliografia de referência das diversas áreas abordadas	100
Apêndices	I
Apêndice I - Tabela referente à codificação efetuada para o indicador Fonte	II
Apêndice II - Tabela referente à codificação efetuada para o indicador Tema	V
Apêndice III - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo dos meses	VII
Apêndice IV - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de maio	VIII

Apêndice V - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de junho	IX
Apêndice VI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de julho	X
Apêndice VII - Tabela referente à relevância das notícias publicadas pela Comunicação Social	XI
Apêndice VIII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por Fonte (Ator Social)	XII
Apêndice IX - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por Tema	XIII
Apêndice X - Tabela referente à conotação das notícias publicadas pela Comunicação Social	XIV
Apêndice XI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e fonte (ator social)	XV
Apêndice XII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por fonte (ator social) e conotação	XVI
Apêndice XIII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e conotação	XVII
Apêndice XIV - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por fonte (ator social) e publicação	XVIII
Apêndice XV - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e publicação	XIX
Apêndice XVI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por conotação e publicação	XX
Apêndice XVII - Tabela referente à percentagem de notícias publicadas pela Comunicação Social por período e conotação	XXI
Apêndice XVIII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo dos meses	XXII
Apêndice XIX - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de maio	XXIII
Apêndice XX - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de junho	XXIV
Apêndice XXI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de julho	XXV
Apêndice XXII - Tabela referente à relevância das notícias publicadas pelas Entidades Oficiais	XXVI
Apêndice XXII - Tabela referente à relevância das notícias publicadas pelas Entidades Oficiais	XXVI

Apêndice XXIII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por Fonte (Ator Social)	XXVII
Apêndice XXIV - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por Tema	XXVIII
Apêndice XXV - Tabela referente à conotação das notícias publicadas pelas Entidades Oficiais.....	XXIX
Apêndice XXVI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e fonte (ator social).....	XXX
Apêndice XXVII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por fonte (ator social) e conotação	XXXI
Apêndice XXVIII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e conotação	XXXII
Apêndice XXIV - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por fonte (ator social) e entidade.....	XXXIII
Apêndice XXX - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e entidade	XXXIV
Apêndice XXXI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por conotação e entidade	XXXV
Apêndice XXXII - Tabela referente à percentagem de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por período e conotação	XXXVI
Anexos.....	XXXVII
Anexo I - Análise simples efetuada pela APCT a todas as publicações.....	XXXVIII
Anexo II - Evolução do share de audiência mensal das televisões (Marktest).....	XLII
Anexo III - Resultados da 1. ^a Vaga de 2012 (Baramé Rádio- Marktest).....	XLIII
Anexo IV - Resultados da 2. ^a Vaga de 2012 (Baramé Rádio- Marktest)	XLIV
Anexo V - Resultados da 3. ^a Vaga de 2012 (Baramé Rádio- Marktest).....	XLV
Anexo VI - Notícia publicada pela RTP a 25/06/2012 (“Acordo da Rio+20 merece louvor das Nações Unidas”).....	XLVI
Anexo VII - Notícia publicada pelos Amigos da Terra a 20/04/2012 (“Adoção de selo ambiental é polémica”)	XLVII
Anexo VIII - Notícia publicada pelo Público a 04/06/2012 (“A maior lixeira brasileira a céu aberto foi finalmente encerrada”)	L
Anexo IX - Notícia publicada pelos Amigos da Terra a 15/06/2012 (“Proteção dos mares pode ter avanços”)	LIII
Anexo X - Notícia publicada pela RTP a 13/06/2012 (“600 Organizações não governamentais marcam presença na Cimeira dos Povos”)	LV

Anexo XI - Notícia publicada pelos Amigos da Terra a 27/06/2012 (“Rio+20 é o piso, e não é o teto” é uma frase triste e o recibo oficial do resultado pífilo. Entrevista especial com André Lima).....	LVI
Anexo XII - Agenda da Conferência Rio+20 no dia 20/06/2012	LXIII
Anexo XIII - Agenda da Conferência Rio+20 no dia 21/06/2012.....	LXIV
Anexo XIV - Agenda da Conferência Rio+20 no dia 22/06/2012	LXV

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo dos meses.....	60
Gráfico 2 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de maio.	61
Gráfico 3 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de junho.	62
Gráfico 4 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de julho.	63
Gráfico 5 - Relevância das notícias publicadas pela Comunicação Social.	64
Gráfico 6 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por fonte (ator social).	65
Gráfico 7 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema.	66
Gráfico 8 - Conotação das notícias publicadas pela Comunicação Social.	67
Gráfico 9 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e fonte (ator social).	68
Gráfico 10 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por fonte (ator social) e conotação.	69
Gráfico 11 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e conotação.	70
Gráfico 12 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por fonte (ator social) e publicação.	71
Gráfico 13 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e publicação.	72
Gráfico 14 - Percentagem de notícias publicadas pela Comunicação Social por conotação e publicação.	73
Gráfico 15 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por período e conotação.	74
Gráfico 16 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo dos meses.	75
Gráfico 17 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de maio.	76
Gráfico 18 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de junho.	77

Gráfico 19 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de julho.....	78
Gráfico 20 - Relevância das notícias publicadas pelas Entidades Oficiais.	79
Gráfico 21 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por fonte (ator social).	80
Gráfico 22 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema.	81
Gráfico 23 - Conotação das notícias publicadas pelas Entidades Oficiais.	82
Gráfico 24 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e fonte (ator social).	83
Gráfico 25 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por fonte (ator social) e conotação.	84
Gráfico 26 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e conotação.	85
Gráfico 27 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por fonte (ator social) e entidade.....	86
Gráfico 28 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e entidade.	87
Gráfico 29 - Percentagem de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por conotação e entidade.....	88
Gráfico 30 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por período e conotação.	89

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

I.1. Enquadramento

A degradação do ambiente tem aumentado a uma escala galopante, provocando graves problemas ambientais e pondo em risco as gerações futuras. Para esta situação, muito tem contribuído o aumento da população mundial, a crescente industrialização e o consumo desenfreado dos recursos naturais (Goosen, 2012).

Cada país luta pelos seus próprios objetivos sem ter em consideração os eventuais efeitos das suas ações sobre os outros, o que origina um consumo muito rápido dos recursos da terra. Apesar de apenas alguns países originarem esses perigos, observa-se que os riscos estão afetos a todos, ricos e pobres, os que beneficiaram com eles e os que nada obtiveram dos mesmos (UN, 1987).

Paralelamente a esta evidência, constata-se que os esforços desenvolvidos para combater a degradação do ambiente não são os mais adequados, uma vez que se centram em acções corretivas em detrimento de ações preventivas (Khalil et al., 2011).

A área-chave é a gestão dos recursos naturais e a redução do impacte ambiental de materiais e tecnologias de fabricação (Koltun, 2010).

Conforme afirma Khalil et al. “o alcance de um desenvolvimento sustentável exige um esforço global em todas as áreas da sociedade para cumprir com os critérios adequados.” (Khalil et al., 2011, p.458)

A história do desenvolvimento sustentável, que teve início em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, já teve inúmeros capítulos, com destaque para a conferência do Rio 92, por ter sido a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD). Foi a partir desta data que o conceito Desenvolvimento Sustentável começou a estar profundamente enraizado nos governos e demais instituições internacionais (Byrne & Glover, 2002).

A CNUAD também se notabilizou por ter dado origem a diversos documentos importantes, designadamente, a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (UN, 1997).

Passados 20 anos após a CNUAD, realizou-se também no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+20, da qual resulta um

importante documento final intitulado O Futuro que Queremos, que contém medidas claras e práticas para a aplicação do desenvolvimento sustentável.

Esta conferência permitiu aos líderes mundiais estabelecerem uma agenda de sustentabilidade e redefinirem as estratégias para a alcançar, tendo sido criados importantes mecanismos, tais como, a Estrutura de acompanhamento para a Rio+20, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Estratégia para financiamento do desenvolvimento sustentável, as Orientações políticas para uma economia verde, o Fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Fórum de alto nível político para o desenvolvimento sustentável, o Programa quadro de 10 anos para o consumo sustentável e padrões de produção, a Conferência para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) a realizar em 2014, a Facilitação para a transferência de tecnologia, as Decisões prospetivas para determinadas áreas temáticas, os Compromissos voluntários para promoção do desenvolvimento sustentável e as Parcerias para o desenvolvimento sustentável (United Nations Sustainable Development Knowledge Platform [UNSDKP], 2012).

Estas duas conferências apresentaram vários pontos em comum que merecem ser realçados, designadamente, ambas terem mobilizado imensos setores da sociedade, levarem a debate muitas nações mundiais, contribuírem para a elaboração de documentos relevantes, debaterem temas pioneiros e procurarem alcançar o desenvolvimento sustentável.

Como a comunicação social constitui um importante meio de difusão de informação e as entidades oficiais representam os principais agentes interventivos, procedeu-se à análise das notícias divulgadas por alguns destes veículos de informação acerca da Conferência Rio+20, de modo a aferir que tipo de apreciação o evento gerou nos diferentes atores sociais e se existem diferenças significativas quanto à origem das notícias.

Neste estudo foram testadas várias hipóteses científicas, nomeadamente:

- ✓ Terá sido o discurso negativo o tipo de discurso dominante na comunicação social/entidades oficiais e nos atores sociais?
- ✓ Terá existido um consenso entre os diversos atores sociais salientes sobre os temas que consideram mais importantes?
- ✓ Terá existido uma insatisfação consensual relativamente à maioria dos temas?
- ✓ Terá existido uma cobertura diversificada por parte da generalidade dos meios de comunicação/entidades oficiais quanto à generalidade dos temas?
- ✓ Será que as expetativas geradas pela cimeira foram proporcionais aos resultados alcançados na mesma?

- ✓ Será que as fontes mais comuns são setorialmente semelhantes entre si?
- ✓ Terão os temas salientes incidido em requisitos básicos de uma sociedade mais justa?
- ✓ Será que os temas proeminentes na comunicação social portuguesa e nas entidades oficiais estudadas são significativamente diferentes daqueles que foram evocados por diversos autores internacionais?
- ✓ Será que a generalidade dos meios de comunicação/entidades oficiais efetuou uma cobertura diversificada em relação aos atores sociais?
- ✓ Terá sido o discurso negativo, maioritariamente, transversal relativamente aos diferentes meios de comunicação/entidades oficiais?

I.2. Âmbito e Objetivos

O objetivo deste trabalho é efetuar um estudo das notícias relacionadas com a conferência Rio+20, publicadas de janeiro a julho de 2012, em vários órgãos de comunicação social portuguesa das mais diversas áreas, nomeadamente rádio, televisão e imprensa escrita, e entidades oficiais, designadamente aquelas que constituíram os principais agentes participativos, tendo em consideração várias vertentes, tais como:

- o mês predominante;
- os meios de comunicação salientes;
- a tipologia proeminente;
- os atores sociais dominantes;
- os temas mais vezes abordados;
- a conotação predominante;
- a relação entre os temas e as fontes;
- a relação entre as fontes e as conotações;
- a relação entre os temas e as conotações;
- a relação entre as fontes e os meios de comunicação;
- a relação entre os temas e os meios de comunicação;
- a relação entre as conotações e os meios de comunicação;
- a relação entre os períodos da conferência e as conotações.

Este estudo permitirá analisar o impacto que a conferência Rio+20 provocou nos diferentes atores sociais, de modo a aferir de que forma estes avaliaram a mesma, e constatar se existem divergências expressivas relativamente à proveniência das notícias.

I.3. Organização da Dissertação

Este trabalho de dissertação encontra-se organizado por elementos, os quais de resumem nos parágrafos seguintes:

- ✓ Na primeiro capítulo, é efetuado o enquadramento do tema, enunciado o objetivo a atingir, definidas as hipóteses científicas a testar e de que forma a dissertação está organizada;
- ✓ No segundo capítulo, é elaborada uma revisão bibliográfica dos temas Desenvolvimento Sustentável, Rio 92 e Rio+20, descrevendo-se o âmbito, os princípios fundamentais e o impacto inerentes a cada uma das temáticas;
- ✓ No terceiro capítulo, é discriminada a metodologia utilizada na elaboração da dissertação, enunciando-se detalhadamente os meios de comunicação e entidades selecionados, o processo de recolha das notícias, os programas utilizados para o tratamento dos dados e as dimensões consideradas na categorização dos mesmos;
- ✓ No quarto capítulo, são apresentados os resultados deste estudo, através da elaboração de vários gráficos, envolvendo um ou mais indicadores;
- ✓ No quinto capítulo é efetuada a síntese do trabalho, onde são salientadas as principais considerações extraídas deste estudo, quais as limitações encontradas durante a execução da dissertação e que pistas são sugeridas para investigações futuras;
- ✓ Por último, são mencionadas as referências bibliográficas consultadas para a elaboração deste trabalho e expostos os apêndices e anexos referenciados durante este estudo.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

II.1. Desenvolvimento Sustentável

A história do Desenvolvimento Sustentável teve início em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável [CNUDS], 2011). No entanto, o conceito Desenvolvimento Sustentável apenas foi formalmente adotado pela ONU em 1987, através da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), que publicou um relatório intitulado «Our Common Future», também designado por relatório Brundtland¹.

Este relatório defende uma nova era de crescimento económico, que deve ser baseado em políticas que sustentam e expandam a base de recursos ambientais. Tal crescimento é absolutamente essencial para aliviar o facto da pobreza estar a aprofundar-se em grande parte do mundo em desenvolvimento (United Nations [UN], 1987).

“Colocou o desenvolvimento num contexto muito mais amplo que o económico: desenvolvimento deve propiciar equidade dentro da geração presente e também entre gerações. Focalizou a necessidade de ser alterado o curso dos padrões atuais de desenvolvimento e consumo, caso se queira garantir a sustentabilidade do processo.” (Menon, 1994, p.10)

Entrelaçou questões sociais, económicas, culturais, ambientais e soluções globais, defendendo que “o ambiente não existe como uma esfera separada das ações, ambições e necessidades humanas”. O ambiente é o lugar onde todos nós vivemos; e o desenvolvimento é o que todos nós fazemos na tentativa de contribuir para o nosso “lar”. Os dois são inseparáveis (CNUDS, 2011). Por outras palavras, podemos dizer que os mesmos se encontram ligados num sistema complexo de causa e efeito.

“A inter-relação entre o progresso económico, gestão ambiental e bem-estar individual é um processo complicado, afetando a qualidade e a sustentabilidade da sociedade em que vivemos. Existe uma crença crescente pelo público em geral, engenheiros, decisores, ambientalistas e médicos investigadores que essas três áreas estão interligadas.” (Goosen, 2012, p.6)

O ambiente ecológico é muito importante, pois pode fornecer para a sobrevivência e desenvolvimento humano uma base material e a necessária variedade de outras condições.

¹ A designação dada a este relatório está relacionada com o facto de ter sido a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, a presidir a Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento.

Podemos dizer que a existência humana e o desenvolvimento são dependentes de um ambiente adequado. Contudo, o nosso desenvolvimento económico e social já causou danos ao ambiente, constituindo também uma ameaça ao desenvolvimento sustentável (Song, 2011).

“O desenvolvimento sustentável tem dimensão económica, social, ambiental e ética. De um perspectiva económica, um recurso é alocado de forma eficiente e utilizado ao máximo se for colocado para o uso que gera o maior retorno possível. Socialmente, a distribuição equitativa dos rendimentos, por outro lado, pode ser conseguido através de mecanismos e benefícios sociais, como suportes de renda, benefícios de desemprego e habitação gratuita ou com descontos na educação, saúde e serviços de transporte. Do ponto de vista ambiental, objetivos económicos e sociais têm de ser estabelecidos de forma a ser gerado o mínimo de danos para a qualidade do ambiente e limitar o esgotamento dos recursos insubstituíveis.” (Goosen, 2012, p.9)

O conceito de desenvolvimento sustentável não implica limites absolutos, mas limitações impostas pelo estado atual da tecnologia e da organização social sobre os recursos ambientais e pela capacidade da biosfera para absorver os efeitos das atividades humanas. Mas a organização tecnológica e social pode ser gerida e melhorada para dar lugar a uma nova era de crescimento económico (UN, 1987).

O crescimento económico acarreta sempre o risco de danos ambientais, uma vez que coloca uma pressão acrescida sobre os recursos ambientais. No entanto, os formuladores de políticas orientadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável devem trabalhar para garantir que as economias em crescimento permaneçam firmemente ligadas às suas raízes ecológicas e que essas raízes são protegidas e alimentadas para que possam apoiar o crescimento a longo prazo (UN, 1987).

O desenvolvimento sustentável é o elo de ligação entre duas forças, designadamente, a pressão ambiental e o crescimento económico. A abordagem da proteção do ambiente para o desenvolvimento sustentável é alcançar benefícios ambientais e económicos (Lijing et al., 2011).

O desenvolvimento sustentável procura atender às necessidades e aspirações atuais sem comprometer as das gerações futuras. Fornece uma estrutura para a integração das políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento. A procura do mesmo exige mudanças nas políticas nacionais e internacionais de todas as nações, e envolve objetivos sociais, ecológicos e económicos.

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento

tecnológico e as mudanças institucionais estão todos em harmonia e melhoram o potencial atual e futuro para satisfazer as necessidades e aspirações humanas (UN, 1987).

Porém, no final, o desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia, mas sim um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são feitas de acordo com o futuro, bem como as necessidades atuais. Assim, em última análise, o desenvolvimento sustentável deve assentar em vontade política (UN, 1987).

Conforme afirma Halbert & Erbguth, “o desenvolvimento sustentável necessita equilibrar os interesses e preocupações tanto do ambiente como da economia. A importância da lei ambiental como uma ferramenta para equilibrar estes potenciais conflitos de interesses está a aumentar.” (Halbert & Erbguth, 1999, p.362)

Nos últimos anos têm ocorrido graves catástrofes naturais, as quais demonstram o problema do ambiente ecológico global. Em 2004 ocorreu um forte terramoto no Oceano Índico, em 2005 surgiram os furacões nos EUA e Nova Orleans ficou submersa, em 2006 sucedeu um grave deslizamento de terra no sul das Filipinas e em 2010 ocorreram as inundações no sul da China (Lijing et al., 2011).

“A expansão das indústrias e mercados domésticos tem alterado drasticamente, por exemplo, as concentrações atmosféricas de numerosos gases. Este mecanismo tem distorcido o autoequilíbrio da natureza. Como resultado, o mundo está confrontado com vários problemas ambientais, incluindo chuva ácida, o degelo das calotes polares, a evaporação da água nos trópicos em grande escala, e um aumento na turvação a altitudes elevadas. Os países em desenvolvimento, e nomeadamente os menos desenvolvidos, deverão ser os mais vulneráveis aos impactos da alteração climática global, apesar de a sua contribuição corrente para o problema ser mínima.” (Goosen, 2012, p.7)

Segundo afirma Khalil et al. “a proteção ambiental tornou-se uma questão nacional e internacional nos últimos anos.” (Khalil et al., 2011, p.458)

A escala e a complexidade das nossas necessidades relativamente aos recursos naturais têm vindo a aumentar consideravelmente com os níveis crescentes de população e de exploração de recursos. Apesar de a natureza ser generosa, convém não esquecer que também é frágil e muito equilibrada, e como tal existem limites que não podem ser ultrapassados, de modo a não pôr em causa a sobrevivência humana na Terra.

“No passado, os ecossistemas do mundo foram capazes de absorver os danos ecológicos resultantes da industrialização extensiva e de desenvolvimento. No entanto, com o rápido aumento da população mundial e da

industrialização, bem com a procura avançada sobre os recursos naturais, tais como abastecimento de água doce, a terra não é mais capaz de sustentar um ecossistema saudável e equilibrado.” (Goosen, 2012, p.6)

Nas últimas décadas a necessidade de introduzir requisitos ambientais na conceção e desenvolvimento de materiais e produtos tornou-se uma questão essencial. A integração do desenvolvimento sustentável é agora vital dentro dos setores públicos e industriais (Koltun, 2010).

Conforme afirma Koltun “a gestão dos recursos naturais e a redução do impacto ambiental de materiais e tecnologias de fabricação é a área-chave. A forma com que atualmente produzimos bens e serviços é insustentável e contribui significativamente para muitos problemas ambientais atuais.” (Koltun, 2010, p.16)

“O crescimento de todo o tipo de relações entre empresas e ONG’s tem ocorrido dentro de um intenso período de atividade económica internacional, comumente referido como «globalização». O termo é muitas vezes utilizado como sinónimo de qualquer atividade que ultrapasse fronteiras soberanas no domínio económico, político, social ou cultural.” (Newell, 2000, p.31)

Segundo afirma Newell “há um temor de que os imperativos de competir no mercado mundial forcem os governos a priorizar objetivos económicos em detrimento da proteção ambiental.” (Newell, 2000, p.32)

A alavanca do crescimento económico é uma nova tecnologia. No entanto, enquanto esta oferece a possibilidade de desaceleração do consumo perigosamente rápido dos recursos limitados, também envolve riscos elevados, incluindo novas formas de poluição. Enquanto isso, as indústrias mais fortemente dependentes de recursos ambientais e mais altamente poluentes estão a crescer mais rapidamente no mundo em desenvolvimento, dando prioridade ao crescimento em detrimento da capacidade de minimizar os efeitos colaterais prejudiciais (UN, 1987).

“Atualmente há uma obsessão com o crescimento económico. Crescimento deve ser definido não só em termos financeiros, mas também em termos sociais e culturais. A aplicação da tecnologia para a procura do lucro resultou na sobre-exploração e na utilização excessiva de recursos naturais.” (Goosen, 2012, p.7)

Cada país luta pela sobrevivência e prosperidade sem ter em consideração os efeitos das suas ações sobre os outros. Alguns consomem os recursos da Terra a um ritmo tão rápido que colocariam em causa as gerações futuras (UN, 1987).

Embora as atividades que dão origem a esses perigos tendam a estar concentradas em poucos países, os riscos são compartilhados por todos, ricos e pobres, aqueles que beneficiam com eles e aqueles que não o fazem (UN, 1987).

“Embora o desenvolvimento abra e desenvolva a economia, cria nova riqueza, e abra as portas de um estilo de vida rico para muitas pessoas, milhões são forçados a lutar para fazer face ao lado mais sombrio do desenvolvimento que não é ambientalmente sustentável. A pobreza continua a ser um grande desafio enfrentado pela humanidade em muitas partes do globo. Isto tem sido atribuído à alocação ineficiente dos recursos naturais, capital, trabalho e tempo; subutilização de recursos e distribuição desigual da renda.” (Goosen, 2012, p.11)

Conforme afirma Rodrigues “Daí a urgência de procurar formas de tornar mais transparente a relação que existe entre qualidade do ambiente e bem-estar humano, entre pobreza e poluição, entre equidade na distribuição dos recursos e igualdade de oportunidades para todos.” (Rodrigues, 2009, p.257).

Muitos dos esforços atuais destinados a proteger o progresso humano são completamente insustentáveis, tanto nos países ricos como nos pobres.

As nossas práticas de gestão ambiental têm-se centrado em grande parte na reparação de danos ambientais, quando o ideal seria atuar a montante, ou seja, na prevenção dos mesmos (Khalil et al., 2011).

Para tornar o desenvolvimento e o ambiente sustentáveis, os programas experimentais e as campanhas para reforçar a consciência ambiental devem ser realçados como programas essenciais antes da ocorrência de vários casos devido a más condições ambientais (Khalil et al., 2011).

Segundo afirma Song “o desenvolvimento sustentável é um novo conceito de desenvolvimento científico, o desenvolvimento sustentável exige uma mudança não apenas no conceito de desenvolvimento económico, mas também no conceito de desenvolvimento social.” (Song, 2011, p.142)

Como os sistemas económicos e sociais e as condições ecológicas diferem amplamente de país para país, cada nação terá de desenvolver as suas próprias políticas concretas. Contudo, independentemente dessas diferenças, o desenvolvimento sustentável deve ser visto como um objetivo global.

Conforme afirma Goosen “O desenvolvimento sustentável é agora considerado por muitas organizações e partes interessadas como sendo o modelo a seguir.” (Goosen, 2012, p.6)

Os objetivos de desenvolvimento económico e social devem ser definidos em termos de sustentabilidade em todos os países - desenvolvidos ou em desenvolvimento, orientados para o mercado ou planificados. As interpretações podem variar, mas devem compartilhar certas características gerais e devem fluir a partir de um consenso sobre o conceito básico de desenvolvimento sustentável e por uma estrutura ampla e estratégica para o alcançar (UN, 1987).

O desafio de encontrar novos caminhos de desenvolvimento sustentável deve dar o impulso para uma procura renovada de soluções multilaterais e uma reestruturação do sistema económico internacional de cooperação (UN, 1987).

O que é necessário agora é uma nova era de crescimento económico, ou seja, um crescimento forte mas que ao mesmo tempo é social e ambientalmente sustentável. Segundo afirma Nihoul “o desenvolvimento sustentável tornou-se um conceito de grande importância nas organizações nacionais e internacionais, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.” (Nihoul, 1998, p.1)

Embora o conceito seja geralmente aceite e relativamente fácil de compreender, a dificuldade surge na aplicação prática dos princípios do desenvolvimento sustentável (Koltun, 2010).

Conforme afirma Khalil et al. “o alcance do desenvolvimento sustentável no ambiente exige um esforço global em todas as áreas da sociedade para atender aos critérios apropriados.” (Khalil et al., 2011, p.458)

Mais importante que a ciência e tecnologia é a transformação social (Menon, 1994).

“Existem muitas formas através das quais, mesmo hoje, podemos mitigar aspetos das alterações globais, e contribuir para uma diminuição significativa da pobreza. Mas isso não está a acontecer. O problema está na esfera crucial das relações humanas. Os cientistas devem se aperceber de que, além de desenvolver a ciência e suas aplicações no sentido do desenvolvimento sustentável, a ciência deve forjar laços com outros sectores da sociedade: com ciências sociais e engenharia, com negócios e indústria, com organizações governamentais e intergovernamentais e, mais importante, com os setores não-governamentais independentes que voluntariamente trabalham diretamente com a sociedade. A comunidade científica deve reconhecer que é parte da sociedade e deve contribuir para as transformações sociais, elas sim essenciais para o desenvolvimento sustentável.” (Menon, 1994, p.14)

As mudanças nas atitudes humanas dependem de uma vasta campanha de educação, debate e participação pública. Esta campanha deve começar agora, para que o progresso humano sustentável seja alcançado (UN, 1987).

Segundo afirma Goosen “Educação para o desenvolvimento sustentável deveria ser obrigatória para todos os jovens, pois isso representa o principal veículo disponível para catalisar as mudanças culturais necessárias para a sobrevivência.” (Goosen, 2012, p.8)

A procura do desenvolvimento sustentável requer um sistema político que assegure a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões, um sistema económico que é capaz de gerar excedentes e conhecimentos técnicos numa base autossuficiente e sustentável, um sistema social que fornece soluções para as tensões resultantes do desenvolvimento desigual, um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica para o desenvolvimento, um sistema tecnológico que pesquise continuamente novas soluções, um sistema internacional que promove padrões sustentáveis de comércio e finanças e um sistema administrativo que é flexível e tem a capacidade de autocorreção (UN, 1987).

Em suma, a procura do desenvolvimento sustentável exige uma abordagem coordenada e multissetorial.

II.2. Rio 92

Em Junho de 1992 realizou-se no Rio de Janeiro a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD).

Foi a partir desta data que o conceito Desenvolvimento Sustentável começou a estar profundamente enraizado nos governos e outras instituições mundiais (Byrne & Glover, 2002).

Conforme afirma Guimarães esta conferência “lançou as bases para uma nova visão mundial acerca do desenvolvimento sustentável e das convenções globais sobre temas emergentes tais como a diversidade biológica e as mudanças climáticas.” (Guimarães, 2001, p.1)

Este evento, também designado como Cúpula da Terra, Eco 92 ou Rio 92, realizou-se 20 anos após a Conferência de Estocolmo das Nações Unidas (1972). Para se ter uma noção da importância dada a esta cimeira, convém realçar que mais de 170 nações do mundo enviaram delegações, muitas delas, incluíam o seu chefe de estado (Ives, 1993).

O espírito da conferência foi traduzido pela expressão “Harmonia com a Natureza”, traduzido à letra pelo primeiro princípio da Declaração do Rio: “Seres humanos estão no centro da preocupação com o desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza” (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável [CNUDS], 2011).

A CNUAD deu origem a vários documentos extremamente importantes, nomeadamente:

- **Convenção sobre a Diversidade Biológica** – Entrou em vigor em 29 de Dezembro de 1993, devido ao facto da diversidade biológica estar ameaçada em todo o mundo, com os ecossistemas a serem danificados e destruídos e as espécies a desaparecerem.

Os objetivos da Convenção são a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a divisão equitativa e justa dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos.

Esta Convenção é constituída por 42 artigos que estabelecem um programa para compatibilizar o desenvolvimento económico com a preservação de todos os aspectos da diversidade biológica.

Embora os Estados tenham o direito soberano de explorar os seus próprios recursos e a responsabilidade de assegurar que as atividades sob a sua jurisdição ou controlo não prejudicam o ambiente de outros Estados, é importante salientar que as questões relacionadas com a proteção da Biodiversidade ultrapassam as fronteiras nacionais (Comissão Europeia Direção-Geral Ambiente [CEDGA], 2006).

A Convenção sobre Diversidade Biológica contempla a biodiversidade dos principais tipos de habitat do mundo (florestas, terras agrícolas, zonas secas e sub-húmidas, oceanos e zonas costeiras, águas interiores, montanhas e ilhas) bem como outras questões, como por exemplo, zonas protegidas, acesso e partilha de benefícios, incentivos e espécies invasoras (CEDGA, 2006).

- **Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas** – Entrou em vigor em 21 de Março de 1994, devido à crescente preocupação da comunidade internacional relativamente à alteração do clima da terra e aos seus efeitos negativos, uma vez que as atividades humanas aumentaram substancialmente as concentrações de gases com efeito estufa na atmosfera e pelo facto de esse aumento estar a acrescer o efeito de estufa natural, o que irá resultar num aquecimento médio adicional da superfície da Terra e da atmosfera, podendo provocar consequências adversas nos ecossistemas naturais.

O objetivo final desta Convenção, composta por 26 artigos, é o de conseguir a estabilização das concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa com o sistema climático. Tal nível deverá ser atingido durante um espaço de tempo suficiente para permitir a adaptação natural dos ecossistemas às mudanças climáticas, de modo a garantir que a produção de alimentos não seja ameaçada e para permitir que o desenvolvimento económico prossiga de uma forma sustentável.

A Conferência das Partes é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, encontrando-se estabelecida no artigo 7º da mesma.

Esta Convenção encontra-se intrinsecamente ligada às restantes Convenções aprovadas na CNUAD, tendo sido criado um grupo de ligação conjunto para impulsionar a cooperação entre as três Convenções, com o objetivo final de desenvolver esforços em atividades de interesse comum.

Em 1995, os países perceberam que as disposições da Convenção eram inadequadas e iniciaram as negociações para reforçar a resposta global às alterações climáticas, tendo sido adotado o Protocolo de Quioto dois anos depois. Este Protocolo, que teve início em 2008 e termina em 2012, vincula juridicamente os países desenvolvidos a alcançar metas para a redução de emissões de gases com efeito de estufa (United Nations Framework Convention on Climate Change [UNFCCC], 2012).

No entanto, os governos das Partes do Protocolo de Quioto decidiram que existirá um segundo período de compromisso, a partir de 2013. A duração deste ainda está por determinar, existindo a dúvida se terá 5 ou 8 anos de durabilidade (UNFCCC, 2012).

- **Declaração de Princípios sobre Florestas** – Documento sem força jurídica obrigatória que foi aprovado na CNUAD. Representa o primeiro grande consenso internacional sobre o uso e conservação das florestas, pois estas são essenciais para o desenvolvimento económico e para a manutenção de todas as formas de vida.

Todos os tipos de florestas incluem processos ecológicos únicos e complexos que são a base para a capacidade atual e potencial de fornecer

recursos que satisfaçam as necessidades humanas (United Nations [UN], 1992).

Esta Declaração é constituída por 15 princípios para orientação de políticas nacionais e internacionais destinadas à proteção e ao uso mais sustentável dos recursos florestais globais.

O objetivo orientador destes princípios é o de contribuir para a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas e de assegurar as suas múltiplas e complementares funções e usos. Deverão aplicar-se a todos os tipos de florestas, regiões geográficas e zonas climáticas.

Ao assumirem o compromisso da aplicação imediata destes princípios, os países decidiram igualmente mantê-los sob avaliação quanto à sua adequação relativamente à posterior cooperação internacional sobre temas florestais.

- **Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento** – Esta Declaração, constituída por 27 Princípios, procura dar seguimento à Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 16 de Junho de 1972.

Reconhece a natureza interdependente e integral da Terra, nosso lar, e tem como objetivo estabelecer uma nova e justa parceria global por meio do estabelecimento de novos níveis de cooperação entre os Estados, os sectores-chave da sociedade e os indivíduos (United Nations [UN], 1992).

Este documento declara o direito de cada nação de procurar progresso social e económico e delega aos Estados a responsabilidade de adotar um modelo de desenvolvimento sustentável, fomentando a realização de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ambiente e desenvolvimento.

Defende que para se alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir uma parte integrante do processo de desenvolvimento e que os países desenvolvidos têm uma responsabilidade acrescida devido às tecnologias e recursos financeiros que possuem e ao impacto das suas sociedades no ambiente global.

Inclui, entre outros, o princípio do poluidor pagador (o poluidor suporta os custos da poluição) e o princípio da precaução (realizar avaliação de

impacte ambiental em atividades suscetíveis de ter um impacto adverso no ambiente).

- **Agenda 21** – Adotada por mais de 178 governos na Eco 92, representa um plano de ação abrangente a ser implementado a nível mundial, nacional e local por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e grandes grupos em todas as áreas onde existam impactos humanos sobre o meio ambiente (United Nations Department of Economic and Social Affairs [UNDESA], 2009).

Foi elaborada para fazer face à perpetuação das disparidades existentes entre nações e dentro delas, defendendo que a integração das preocupações ambientais e de desenvolvimento levará à satisfação das necessidades básicas, melhoria dos padrões de vida para todos, ecossistemas melhor protegidos e conservados e um futuro mais seguro e próspero.

Este programa, que reafirma que o desenvolvimento sustentável ficaria delimitado pela integração dos pilares económicos, sociais e ambientais, é composto por 40 capítulos e está estruturado em quatro secções, designadamente, Dimensões Sociais e Económicas, Conservação e Gestão dos Recursos para o Desenvolvimento, Reforço do Papel dos Principais Parceiros e Meios de Implementação.

A Agenda 21 trata dos problemas urgentes atuais e tem também como objetivo preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso global e um compromisso político ao mais alto nível relativamente à cooperação em termos de desenvolvimento e ambiente.

Trata-se de um programa dinâmico, que poderá evoluir ao longo do tempo conforme as necessidades e circunstâncias se forem alterando. Este processo marca o início de uma nova parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Os objetivos ambientais e de desenvolvimento da Agenda 21 exigirão um fluxo substancial de novos e adicionais recursos financeiros para os países em desenvolvimento, de modo a cobrir os custos necessários para a implementação das ações destinadas a fazer frente aos problemas ambientais mundiais e acelerar o desenvolvimento sustentável. A avaliação de custos está incluída em cada uma das áreas do programa, sendo que a

mesma terá de ser examinada e aperfeiçoada pelas agências e organizações implementadoras (UNDESA, 2009).

Pela primeira vez, a CNUAD mobilizou os «major groups» e legitimou as suas participações no processo de desenvolvimento sustentável, as quais têm continuado até hoje (CNUDS, 2011).

Foi também debatida, pela primeira vez, o estilo de vida da civilização atual no Princípio 8 da declaração do Rio. A urgência de uma mudança profunda nos modelos de consumo e produção foi amplamente e expressamente reconhecida por todos os líderes de Estado.

Outro ponto que tornou esta conferência pioneira foi o facto de ter trazido para discussão novas problemáticas, nomeadamente, o estabelecimento de uma estratégia para as montanhas. Este tema surgiu devido ao facto de o rápido aumento das populações destas áreas, desde 1950, poder estar a contribuir para a desflorestação excessiva, deslizamentos de terra, erosão do solo em massa e outros efeitos catastróficos (Ives, 1993).

Relativamente ao impacto que a conferência provocou, existem posições antagónicas.

Muitos cientistas defendem que a convenção assinada no Rio de Janeiro foi positiva e que os principais méritos foram a grande exposição que deu, através dos meios de comunicação, a problemas ambientais e científicos, que antes eram debatidos superficialmente em pequenos espaços e o de “consciencializar o mundo” para a preservação dos ecossistemas (Novaes, 1992). Acreditam que a Cúpula da Terra permitiu à comunidade internacional perceber que a única forma de se por fim à deterioração do ambiente e ao esgotamento dos recursos naturais é alterar o modelo de desenvolvimento vigente.

Outro tema bastante valorizado foi o facto da Convenção aprovada no Rio de Janeiro ter mudado a relação de apropriação entre países ricos e pobres.

“Ao estabelecer a soberania dos países detentores da biodiversidade sobre esses recursos e o seu direito de participar nos resultados científicos e financeiros da exploração, a convenção aprovada no Rio de Janeiro muda a relação de apropriação entre países ricos e pobres.” (Novaes, 1992, p.79)

Porém, existe também quem considere que tudo o que aconteceu no âmbito da Conferência oficial foi puro «show off», uma vez que entendem que os países mais ricos,

na sua maioria, fugiram a compromissos no que respeita a metas, receando que os princípios de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável constituíssem um obstáculo ao desenvolvimento económico e social.

As críticas mais radicais dos ambientalistas apontavam no sentido de que a Conferência deveria ter provocado uma discussão mais profunda dos vários temas envolvidos, capaz de levar a transformações decisivas nos modos de viver, nos padrões civilizatórios, nas matrizes energéticas e nos padrões de consumo.

Defendem ainda que a grande conquista da CNUAD na promoção do desenvolvimento sustentável era combinar saúde ecológica com saúde económica, de uma forma que os governos de todo o mundo a considerassem inatacável. No entanto, esta ligação foi vista por alguns como o ponto fraco da política global, pois a tarefa mais urgente passou a ser o desenvolvimento de ações de perceção de justiça ecológica e a crítica das consequências da globalização e desenvolvimento sustentáveis (Byrne & Glover, 2002).

Quanto ao desenvolvimento de planos de ação também aqui existem posições opostas. De um lado aqueles que defendem que devemos atuar o mais depressa possível, pois os danos causados na natureza podem tornar-se irreparáveis se não forem alvo de uma atuação rápida. Conforme afirma Strong² “as atividades humanas têm produzido novos riscos para o futuro, os quais devem comandar a nossa atenção de forma mais frequente e urgente.” (Strong, 2001, p.287)

Por outro, os que acreditam que o processo de destruição da natureza pode ser revertido através do desenvolvimento de novas tecnologias, não atribuindo grande importância à rápida implantação de planos de ação.

Neste sentido podemos afirmar que a CNUAD tem história e desenvolvimentos importantes dos pontos de vista científico, diplomático, político, social e da comunicação. Contudo, apesar da sua grande pertinência, convém salientar que a mesma foi descrita de várias formas, desde uma grande decepção a um ponto de viragem na história do mundo.

II.3. Rio + 20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também designada como Rio+20, realizou-se no Rio de Janeiro, Brasil, de 20 a 22 de Junho de 2012.

² Maurice Strong foi o secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Junho de 1992 no Rio de Janeiro.

Decorreu 20 anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, que também teve lugar no Brasil.

De facto uma terrível sensação de «déjà vu» pairou sobre a Conferência Rio+20, pois há vinte anos atrás, a Conferência Rio 92 enquadrou o problema que a Rio+20 reexaminou: como reduzir a pobreza global, preservando os sistemas de suporte de vida do planeta (Hertsgaard, 2012).

Segundo afirma Beckers a “conferência Rio+20 ofereceu aos líderes mundiais uma oportunidade para reafirmar a importância de alcançar uma agenda de sustentabilidade e rever as estratégias para o fazer” (Beckers, 2012; p.1)

“Esta conferência reuniu políticos, líderes de movimentos sociais e representantes de empresas de todo o mundo. Um dos objetivos da conferência foi o de renovar o compromisso com o desenvolvimento sustentável e assegurar a promoção de um futuro economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável para o planeta para as gerações presentes e futuras.” (Minayo, 2012, p.1)

Deste evento resultaram algumas decisões importantes, tendo sido criados determinados mecanismos, nomeadamente:

- Estrutura de acompanhamento para a Rio+20 pelo sistema das Nações Unidas;
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que serão constituídos sobre os objetivos de desenvolvimento do milénio e convergir com a agenda de desenvolvimento pós-2015;
- Estratégia para financiamento do desenvolvimento sustentável;
- Orientações políticas para uma economia verde;
- Fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);
- Fórum de alto nível político para o desenvolvimento sustentável;
- Programa quadro de 10 anos para o consumo sustentável e padrões de produção;
- Conferência para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) a realizar em 2014;
- Facilitação para a transferência de tecnologia;
- Decisões prospetivas para determinadas áreas temáticas;
- Compromissos voluntários para promoção do desenvolvimento sustentável;
- Parcerias para o desenvolvimento sustentável.

O documento final da Conferência Rio+20 intitulado O Futuro que Queremos reafirma o que foi projetado na agenda 21, nomeadamente que o desenvolvimento sustentável requer o envolvimento significativo e a participação ativa dos grandes grupos e de todos os decisores relevantes no planeamento e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável. Ele reconhece os esforços e os progressos realizados a nível local e regional e o papel fundamental que a legislação e os órgãos judiciais locais, regionais e nacionais têm na promoção do desenvolvimento sustentável. Isto inclui o seu papel no envolvimento de cidadãos e partes interessadas, fornecendo-lhes informações relevantes para as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Além disso, ‘O Futuro que Queremos’ destaca a importância do envolvimento de outros interessados, como as comunidades locais, grupos de voluntários e fundações, os migrantes e suas famílias, bem como idosos e pessoas com deficiência (UNSDKP, 2012).

O documento final é constituído por 283 artigos, abrangendo os seguintes capítulos:

- I. Nossa visão comum;
- II. Renovar o compromisso político;
- III. Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza;
- IV. Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável;
- V. Quadro de ação e acompanhamento;
- VI. Meio de implementação.

Neste documento são abordadas diversas áreas temáticas e questões setoriais, designadamente:

- **África** – É pedida à comunidade internacional para aumentar o apoio e cumprir compromissos para avançar na ação em áreas críticas para o desenvolvimento sustentável de África e acolher os esforços dos parceiros de desenvolvimento para fortalecer a cooperação com a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (UN, 2012).
- **Água e Saneamento** – Reitera-se a importância da integração da água no desenvolvimento sustentável e sublinha-se a importância fundamental da água e saneamento dentro das três dimensões do desenvolvimento sustentável (UN, 2012).

- **Alterações Climáticas** – É expressada a profunda preocupação que todos os países, especialmente aqueles em desenvolvimento, são vulneráveis aos impactos adversos da mudança de clima, e já estão a enfrentar um aumento de impactos, incluindo a seca persistente e condições meteorológicas extremas, aumento do nível do mar, a erosão costeira e a acidificação dos oceanos, ameaçando ainda mais a segurança alimentar e os esforços para erradicar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável (UN, 2012).
- **Biodiversidade** – Reafirma-se o valor intrínseco da diversidade biológica, bem como os valores ecológicos, genéticos, sociais, económicos, científicos, educacionais, culturais, recreativos e estéticos da diversidade biológica e do seu papel crítico na manutenção de ecossistemas que prestam serviços essenciais, que são bases fundamentais para o desenvolvimento sustentável e bem-estar humano (UN, 2012).
- **Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos** – É reconhecida a necessidade de uma abordagem holística para o desenvolvimento urbano, que prevê habitação e infra-estruturas a preços acessíveis e que dá prioridade a urbanização de favelas e regeneração urbana (UN, 2012).
- **Consumo e Produção Sustentáveis** – Declara-se que mudanças fundamentais nos modos de consumo e produção das sociedades são indispensáveis para alcançar o desenvolvimento sustentável global (UN, 2012).
- **Desertificação, Degradação do Solo e Seca** – É destacada a importância económica e social da boa gestão da terra, incluindo o solo, particularmente o seu contributo para o crescimento económico, biodiversidade, agricultura sustentável e segurança alimentar, erradicação da pobreza, maior poder das mulheres, combate às alterações climáticas e melhor disponibilidade de água (UN, 2012).
- **Educação** – Salienta-se que o acesso à educação de qualidade em todos os níveis é uma condição essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a igualdade de género e o maior poder das mulheres, bem como o desenvolvimento humano, para alcançar as metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente (UN, 2012).
- **Energia** – É reconhecido o papel fundamental que a energia desempenha no processo de desenvolvimento, como o acesso a serviços modernos de energia

sustentáveis que contribuem para a erradicação da pobreza, salvamento de vidas, melhoria da saúde e ajuda a fornecer as necessidades humanas básicas (UN, 2012).

- **Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres** – Realça-se o papel vital das mulheres e a necessidade da sua participação e liderança plena e igual em todas as áreas de desenvolvimento sustentável, tendo sido decidido acelerar a implementação dos respetivos compromissos a esse respeito (UN, 2012).
- **Erradicação da Pobreza** – Considera-se que o crescimento económico sustentável, inclusivo e equitativo em países em desenvolvimento é um requisito fundamental para a erradicação da pobreza e da fome e para a concretização dos objetivos de desenvolvimento para o milénio (UN, 2012).
- **Esforços Regionais** – São encorajadas ações regionais coordenadas para promover o desenvolvimento sustentável. Embora observando que os desafios permanecem em diversas áreas, a comunidade internacional saúda os esforços já desenvolvidos e os resultados alcançados, e apela para ações em todos os níveis para um maior desenvolvimento e implementação (UN, 2012).
- **Florestas** – Salienta-se os benefícios sociais, económicos e ambientais das florestas para as pessoas e as contribuições da gestão florestal sustentável para os temas e objetivos da Conferência. Projetos que promovam a gestão florestal sustentável são apoiados trans-setorialmente e multi-institucionalmente (UN, 2012).
- **Indústria Mineira** – Destaca-se o importante contributo que os minerais e metais dão para a economia mundial e sociedades modernas. A mineração oferece a oportunidade de catalisar um amplo desenvolvimento económico, reduzir a pobreza e ajudar os países a alcançar metas de desenvolvimento (UN, 2012).
- **Montanhas** – São realçados os benefícios derivados das regiões de montanha que são essenciais para o desenvolvimento sustentável. Ecossistemas de montanha desempenham um papel crucial no fornecimento de recursos hídricos para uma grande parte da população mundial (UN, 2012).
- **Oceanos e Mares** – É salientada a importância da conservação e utilização sustentável dos oceanos e mares e dos seus recursos para o desenvolvimento sustentável, incluindo através das suas contribuições para a erradicação da

pobreza, crescimento económico sustentado, segurança alimentar, criação de meios de vida sustentáveis e trabalho digno, enquanto que ao mesmo tempo protege a biodiversidade e o ambiente marinho, e lida com os impactos das mudanças climáticas (UN, 2012).

- **Países Insulares em Desenvolvimento** – Reafirma-se que os países insulares em desenvolvimento continuam a ser um caso especial para o desenvolvimento sustentável, devido às suas vulnerabilidades únicas e particulares, incluindo o seu pequeno tamanho, o afastamento de recursos, a estreita base de exportação, a exposição a desafios ambientais globais e choques económicos externos, bem como estarem expostos a uma grande variedade de impactos das mudanças climáticas e potencialmente mais frequentes e desastres naturais intensos (UN, 2012).
- **Países Menos Desenvolvidos** – Foi acordada a implementação efetiva do Programa de Ação de Istambul e a integração plena das suas áreas prioritárias no quadro atual de ação, a qual contribuirá para o objetivo global do Programa de Ação de Istambul, de permitir que metade dos países menos desenvolvidos satisfaçam os critérios de graduação até 2020 (UN, 2012).
- **Países Sem Litoral em Desenvolvimento** – Sugere-se uma aceleração mais acentuada da implementação das ações específicas no acordo das cinco prioridades no âmbito do Programa de Ação de Almaty e as contidas na declaração sobre a revisão intercalar do Programa de Ação de Almaty, de forma mais coordenada, em particular para a construção, manutenção e melhoria do seu transporte, armazenamento e outras instalações relacionadas com o trânsito, de modo a apoiar o desenvolvimento sustentável dos países sem litoral em desenvolvimento (UN, 2012).
- **Produtos Químicos e Resíduos** – Considera-se que a gestão de produtos químicos é fundamental para a proteção da saúde humana e ambiente. Neste sentido, o crescimento da produção global e o uso de produtos químicos, e a sua prevalência no ambiente obriga a que exista uma maior cooperação internacional. Pretende-se que a gestão de produtos químicos ao longo do ciclo de vida, e de resíduos perigosos seja efetuada de forma a originar o mínimo de efeitos adversos significativos sobre a saúde humana e o ambiente (UN, 2012).

- **Promover o Emprego Pleno e Produtivo, o Trabalho Digno para Todos e Proteção Social** – É salientado o facto de que a erradicação da pobreza, o emprego pleno e produtivo, o trabalho digno para todos, e a proteção e integração social estão interligados e se reforçam mutuamente, e que ambientes propícios para promover os mesmos precisam ser criados em todos os níveis (UN, 2012).
- **Redução do Risco de Desastre** – Apela-se à redução do risco de desastre e construção de resiliência a desastres a serem abordados com um renovado sentido de urgência no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, e, conforme o caso, a ser integrada nas políticas, planos, programas e orçamentos de todos os níveis, sendo analisada num futuro enquadramento relevante (UN, 2012).
- **Saúde e População** – Considera-se que os objetivos do desenvolvimento sustentável só podem ser alcançados na ausência de uma alta prevalência de doenças debilitantes transmissíveis e não transmissíveis, e onde as populações podem chegar a um estado de bem-estar físico, mental e social (UN, 2012).
- **Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável** – São reafirmados compromissos em relação ao direito de todos de terem acesso seguro e suficiente a uma alimentação adequada e ao direito fundamental de todas as pessoas estarem livres da fome (UN, 2012).
- **Transporte Sustentável** – É reconhecida a importância do movimento eficiente de pessoas e bens, e o acesso a um transporte ambientalmente saudável, seguro e acessível como um meio para melhorar a equidade social, a saúde, a resiliência das cidades, as ligações urbano-rurais e a produtividade de áreas rurais (UN, 2012).
- **Turismo Sustentável** – Destaca-se que o turismo bem gerido e projetado pode ter um contributo significativo para as três dimensões do desenvolvimento sustentável, tem ligações estreitas com outros setores, e pode criar empregos decentes e gerar oportunidades de comércio (UN, 2012).

Durante as reuniões, representantes de todo o mundo concordaram que a recente crise global mostra que antigos pontos de vista sobre o desenvolvimento são enganadores e que agora é hora de repensar os próprios fundamentos de como consideramos o

desenvolvimento, bem-estar e riqueza. Ao longo das últimas quatro décadas, o mundo tem cada vez mais percebido que a biodiversidade e os ecossistemas estão sob forte pressão. Estas preocupações estão refletidas principalmente nos pontos 39 e 40 do documento final (Munang & Thiaw, 2012).

“Isso mostra que os líderes mundiais acreditam que os direitos da natureza devem ser preservados enquanto se equilibram as necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações atuais e futuras para o desenvolvimento sustentável e abre uma janela de oportunidade de transição para um caminho de desenvolvimento sustentável incorporando os vários valores de biodiversidade e serviços ecossistémicos nas decisões políticas e de gestão” (Munang & Thiaw, 2012, p.1)

Conforme afirma Ishwaran “as palavras inscritas no documento final da Rio+20 aguardam agora interpretação e ação.” (Ishwaran, 2012; p.1)

O fraco desempenho das cimeiras mundiais dos últimos anos, particularmente as que abordam as mudanças climáticas, têm influenciado bastante os comentários sobre a Conferência Rio+20, antes e após o evento. Mas o desenvolvimento sustentável, que não se limita a combater as causas das alterações climáticas e suas consequências, é uma das agendas mais ambiciosas a que a humanidade se propôs (Ishwaran, 2012, p.1).

Para cruzar a divisão entre ‘onde queremos estar’ e ‘para onde vamos’, os atuais paradigmas e estruturas sociais exigem mudanças radicais, existindo uma necessidade de testar o poder e os limites do conceito ambíguo de desenvolvimento sustentável a nível operacional.

Segundo afirma Beckers “isso implica uma escolha entre conquistas incrementais e desiguais a curto prazo ou conquistas estruturais e sustentadas a longo prazo.” (Beckers, 2012; p.1)

Relativamente à apreciação da conferência por parte dos diferentes atores sociais, é importante referir que existem opiniões divergentes, existindo mesmo situações onde o mesmo ator social assume posições contrárias relativamente aos diversos resultados da mesma.

Há quem defenda que a Conferência Rio+20 abordou temáticas importantes que podem vir a ter impactos positivos futuramente.

O documento final da Conferência Rio+20 listou sete áreas prioritárias, nomeadamente, criação de emprego, segurança alimentar, água, energia, cidades sustentáveis, oceanos e desastres naturais (Ishwaran, 2012, p.2).

“A ênfase da China e do Grupo dos 77 países sobre o princípio das ‘responsabilidades comuns mas diferenciadas’ pode estar encontrando apelo e aceitação não apenas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas também entre os setores público e privado e organizações da sociedade civil” (Ishwaran, 2012, p.2)

Conforme afirma Singh et al. “A maior conquista duradoura da Rio+20 será, provavelmente, o processo para definir as Metas para o Desenvolvimento Sustentável, a partir de 2013.” (Singh et al., 2012, p.2)

A consciencialização crescente acerca dos desafios com que a humanidade se depara e com a disponibilidade de implementar soluções também foi valorizada.

Segundo afirma Ishwaran “Não só existe agora um elevado nível de consciencialização acerca dos desafios ambientais, económicos e sociais que a humanidade enfrenta, como há uma disposição para experimentar e testar soluções.” (Ishwaran, 2012; p.2)

A Conferência Rio+20 será lembrada como o momento em que a comunidade mundial admitiu que os acordos sobre o clima, biodiversidade e erradicação da pobreza devem ser implementados com a maior urgência (Munang & Thiaw, 2012, p.2)

Por último, de salientar o reconhecimento da natureza como pilar fundamental do desenvolvimento sustentável estável.

“Há o reconhecimento de que os resultados da Rio+20 acerca do valor do capital natural fornecem uma nova afirmação de que a natureza é um ingrediente essencial se o desenvolvimento é para ser verdadeiramente sustentável a longo prazo.” (Munang & Thiaw, 2012; p.2)

Contudo, existe também quem considere que a Conferência Rio+20 não abordou de forma aprofundada determinadas áreas.

Infelizmente, tal como foi assinalado num recente editorial do «The Lancet» (2012), a saúde humana quase não foi mencionada (Minayo, 2012; p.1).

A Rio+20 não conseguiu fazer progressos significativos em questões-chave da economia verde, quadro institucional para o desenvolvimento sustentável e meios de implementação (Singh et al., 2012, p.2).

A falta de objetivos ou a ausência de coordenação entre os mesmos também mereceu reparos por parte de alguns atores sociais.

O ‘Futuro que Queremos’ perde a oportunidade de criar compromissos e objetivos grandiosos (Singh et al., 2012, p.2).

Conforme afirma Minayo “Embora seja importante para promover o desenvolvimento sustentável no futuro, não há preocupação com a virtual ausência de objetivos relacionados com a saúde na Rio+20.” (Minayo, 2012; p.1)

“As sinergias entre os objetivos precisam ser melhor reconhecidas pelos governos, que devem facilitar a mudança, apoiando tanto as iniciativas ‘de cima para baixo’ como as ‘de baixo para cima’. Da mesma forma, as empresas e comunidades precisam de aproveitar os benefícios económicos que a biodiversidade e os serviços ecossistémicos trarão.” (Munang & Thiaw, 2012; p.2)

Outro aspeto alvo de críticas foi o facto de muitas decisões políticas importantes não terem avançado.

“Muitas das decisões políticas mais difíceis foram simplesmente ignoradas, originando desafios de implementação maiores. Estas falhas políticas multilaterais têm sérias implicações para a saúde humana, reforçando desigualdades socioeconómicas e padrões perigosos de consumo e produção ambiental. Quaisquer ganhos no sector da saúde correm o risco de ser desperdiçados se uma forte ação não for desenvolvida.” (Singh et al., 2012, p.2)

Assim, podemos afirmar que a Conferência Rio+20 proporcionou a representantes de todo o mundo a oportunidade de desenvolverem uma agenda de sustentabilidade e reverem os mecanismos para a alcançar. No entanto, fica a dúvida se a oportunidade foi bem aproveitada, pois as opiniões acerca da mesma não são consensuais, ou seja, uns consideram ter sido um sucesso e outros acreditam que foi uma desilusão.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

A metodologia adotada no desenvolvimento deste trabalho, a nível teórico, consistiu na pesquisa bibliográfica, em artigos científicos nacionais e internacionais e sites oficiais dos vários organismos diretamente relacionados com as temáticas abordadas, nomeadamente Desenvolvimento Sustentável, Rio 92 e Rio+20, e posterior seleção da informação, de modo a expor-se o campo de ação, os princípios essenciais e os impactes inerentes a que cada delas.

Com o objetivo de reunir a informação relacionada com a CNUDS (Rio+20), que a comunicação social portuguesa transmitiu ao público, de janeiro a julho de 2012, foram selecionados diferentes meios de comunicação, tendo em consideração aqueles que, segundo a Marktest e a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragens e Circulação (APCTC), tiveram maior share de audiência/circulação e a natureza informativa do órgão de comunicação social. Esta escolha teve como finalidade obter uma análise transversal das diferentes tipologias dos meios de comunicação social, incluindo a televisão, a rádio e a imprensa escrita. Para existir um termo de comparação dentro de cada tipologia foram escolhidos dois meios de comunicação para cada uma.

Neste sentido, os meios de comunicação ficaram agrupados da seguinte forma:

- **Rádio**

- **TSF**- A emissora de rádio TSF-Rádio Jornal começou a emitir em 1988, embora de uma forma legal isso só tenha acontecido no ano seguinte. Foi a primeira estação portuguesa de rádio dedicada à informação e rapidamente se tornou num projeto exemplar. Desde o seu lançamento passou a ser das emissoras mais ouvidas em Portugal, sendo uma das rádios de referência para o grande público e para políticos e outras personalidades portuguesas. Grandes nomes da informação da rádio em Portugal destacaram-se na TSF, como foram os casos de António Macedo, David Borges e Sena Santos. No 1.º trimestre de 2012 teve um share de audiência de 4,4%, no 2.º trimestre 4% e no 3.º trimestre 3,6 % (Marktest, 2012). (cf. anexo III, IV e V)
- **Renascença**- A Rádio Renascença começou a emitir a 1 de janeiro de 1937, depois de em junho de 1936 se terem iniciado experiências regulares com um emissor instalado na Charneca, em Lisboa. A ideia da

criação de uma estação de rádio de inspiração católica já tinha sido lançada em 1933 na revista Renascença. A emissora católica tornou-se líder de audiências em 1978 e continuou a apresentar novos projetos. A expansão da Renascença prosseguiu na década de 90 com as transmissões via satélite, que fizeram chegar a Emissora Católica Nacional à Europa, África, Ásia e América.

Pela Renascença passaram alguns dos profissionais de rádio mais conceituados de Portugal, tanto na área da informação como da programação.

No 1.º trimestre de 2012 alcançou um share de audiência de 12,1%, no 2.º trimestre 11,5% e no 3.º trimestre 9,7 % (Marktest, 2012). (*cf.* anexo III, IV e V)

- **Televisão:**

- **RTP-** A Radiotelevisão Portuguesa foi constituída a 15 de dezembro de 1955, por iniciativa do Governo, mas só a 4 de setembro de 1956 é que tiveram início as emissões experimentais, que decorreram na Feira Popular de Lisboa.

As emissões regulares iniciaram-se a 7 de março de 1957, a partir dos estúdios do Lumiar, sendo captadas somente na área metropolitana de Lisboa; a 30 de dezembro já chegavam à região do Porto.

Depois de três décadas e meia a operar como única emissora de televisão em Portugal, a RTP, nos anos 90, passou a ter que enfrentar a concorrência de duas outras estações, a Sociedade Independente de Comunicação (SIC) e a Televisão Independente (TVI). Continua, contudo, a usufruir de um estatuto especial, pois é concessionária do serviço público de televisão.

No 1.º semestre de 2012 teve um share de audiência inferior comparativamente com a SIC e TVI (Marktest, 2012). (*cf.* anexo II)

- **TVI-** No dia 20 de fevereiro de 1993 nasce a segunda televisão privada em Portugal.

Inicialmente dominada por entidades ligadas à Igreja Católica, a TVI é atualmente controlada pelos espanhóis da Prisa.

Representa um meio de comunicação que aposta fortemente na ficção nacional (novelas e séries), «talk shows» e «reality shows».

No 1.º semestre de 2012 foi a que obteve o maior share de audiência comparativamente com a SIC e RTP (Marktest, 2012). (cf. anexo II)

- **Imprensa Escrita:**

- **Jornais:**

- **Distribuição Gratuita:**

- ❖ **Destak-** Foi lançado a 21 de Setembro de 2001, tendo sido pioneiro no segmento dos diários gratuitos em Portugal.

- Com uma rede de distribuição focada nos maiores centros urbanos, tem atualmente mais de 1.300 pontos fixos de distribuição de norte a sul do país, que incluem para além dos transportes públicos, os principais semáforos das cidades de Lisboa e Porto, redes de supermercados e centros comerciais, cinemas, universidades e cafés.

- No 1.º bimestre de 2012 estiveram em circulação 71.675 exemplares, no 2.º bimestre 70.504 e no 3.º bimestre 70.621 (APCT, 2012). (cf. anexo I)

- ❖ **OJE-** Foi lançado em Junho de 2006, em Portugal, tendo como inovações o seu modelo de tratamento de informação económica, de forma a ajustar os conteúdos ao dia a dia muito activo dos quadros médios e superiores, assim como a distribuição que apenas circula por assinatura.

- Em termos de conteúdos, o OJE inovou na sua edição. As notícias são breves e objetivas, e de leitura rápida e útil.

- No 1.º bimestre de 2012 circularam 18.302 exemplares, no 2.º bimestre 18.596 e no 3.º bimestre 17.820 (APCT, 2012). (cf. anexo I)

- **Semanários:**

- ❖ **Expresso-** É um jornal semanário português que apareceu nas bancas a 6 de janeiro de 1973, por iniciativa de Francisco Pinto Balsemão.

Desde a sua fundação, o Expresso ambiciona apresentar-se como um jornal independente, isento e inovador.

Inaugurou um novo tipo de jornalismo muito ao estilo anglo-saxónico, que ainda hoje influencia a imprensa portuguesa e que rompeu com os modelos existentes anteriormente. É desde 1985, quando se iniciaram os estudos de controlo de tiragem e de circulação, o semanário mais vendido em Portugal.

No 1.º bimestre de 2012 estiveram em circulação 97.765 exemplares, no 2.º bimestre 93.241 e no 3.º bimestre 93.816 (APCT, 2012). (cf. anexo I)

- ❖ **Sol-** É um jornal semanal português que se encontra nas bancas às sextas-feiras. O seu primeiro número saiu a 16 de Setembro de 2006, com uma tiragem máxima de 128 mil exemplares.

É composto por caderno principal, o caderno de Economia Confidencial, a revista Tabu e o guia Essencial.

O caderno principal dá destaque a várias áreas: política, sociedade, internacional, país real, cultura, lazer, novas tecnologias e futebol.

No 1.º bimestre de 2012 circularam 31.964 exemplares, no 2.º bimestre 30.076 e no 3.º bimestre 32.514 (APCT, 2012). (cf. anexo I)

- **Diários:**

- ❖ **Correio da Manhã-** Nasceu em 1979 o mais bem sucedido jornal diário português do fim do século.

Através de uma cobertura intensa dos acontecimentos e usando uma linguagem acessível, tornou-se a leitura nacional mais procurada pelos portugueses.

No ano de crise de 2009, foi o único diário que subiu as vendas em Portugal.

Corresponde a uma quota de quase 40% no mercado dos diários de difusão nacional.

No 1.º bimestre de 2012 estiveram em circulação 123.094 exemplares, no 2.º bimestre 120.863 e no 3.º bimestre 123.097 (APCT, 2012). (cf. anexo I)

❖ **Público-** É um jornal diário que pertence ao grupo empresarial português SONAE.

Foi fundado em 1989 e saiu para as bancas a 5 de março de 1990, com um estatuto editorial que ainda hoje se encontra em vigor.

Tornou-se pioneiro ao publicar artigos colecionáveis, como CDs e livros.

Tem como cronistas Vasco Pulido Valente, Miguel Esteves Cardoso, José Pacheco Pereira, José Manuel Fernandes, António Correia de Campos e Paulo Rangel, entre outros.

No 1.º bimestre de 2012 circularam 30.183 exemplares, no 2.º bimestre 32.676 e no 3.º bimestre 32.279 (APCT, 2012). (cf. anexo I)

○ **Revistas:**

❖ **Sábado-** É uma «newsmagazine» semanal que defende a prática de um jornalismo exigente, rigoroso e independente, assente numa linguagem moderna e irreverente. Foi lançada a 7 de Maio de 2004.

Com um conjunto de colunistas respeitado pelo público, a Sábado consegue marcar a opinião semanal, lançar novos temas de debate e definir a agenda política nacional.

No 1.º bimestre de 2012 estiveram em circulação 71.912 exemplares, no 2.º bimestre 69.542 e no 3.º bimestre 66.132 (APCT, 2012). (cf. anexo I)

❖ **Visão-** É a maior revista semanal portuguesa de informação, tendo sido lançada a 25 de março de 1983.

É líder destacada no segmento das revistas de informação geral, com mais de meio milhão de leitores. O rigor informativo, o distanciamento crítico e a isenção fazem parte do código genético desta publicação.

Tem como colunistas António Lobo Antunes, Eduardo Lourenço e Ricardo Araújo Pereira, entre outros nomes de referência do pensamento português.

No 1.º bimestre de 2012 circularam 91.855 exemplares, no 2.º bimestre 89.568 e no 3.º bimestre 92.931 (APCT, 2012).
(*cf.* anexo I)

Em cada meio de comunicação foi utilizado o respetivo motor de busca, usando a expressão “rio+20” no período de tempo definido para o estudo (de 01/01/2012 a 31/07/2012), o que resultou num total de 374 notícias.

Seguidamente, procedeu-se à transferência destas para o programa QSR Nvivo 10, de modo a dar início à análise das mesmas.

Este programa permite explorar, analisar e compreender facilmente informações de vários tipos de documentos. Independentemente do tipo de material ou projeto, o QSR Nvivo 10 ajuda a chegar rapidamente a respostas e tomar decisões fundamentadas (QSR Internacional, 2012).

Após introduzir todas as notícias no Nvivo 10, dá-se início à componente prática, categorizando-se individualmente cada uma, tendo em consideração as seguintes dimensões:

1. Dia:

2. Mês:

- ✓ Janeiro;
- ✓ Fevereiro;
- ✓ Março;
- ✓ Abril;
- ✓ Maio;
- ✓ Junho;
- ✓ Julho.

3. Meio de Comunicação:

- ✓ Rádio:
 - TSF;
 - Renascença.
- ✓ Televisão:
 - RTP;

- TVI.
- ✓ Imprensa Escrita:
 - Jornais:
 - ❖ Distribuição Gratuita:
 - Destak;
 - OJE.
 - ❖ Semanários:
 - Expresso;
 - Sol.
 - ❖ Diários:
 - Correio da Manhã;
 - Público.
 - Revistas:
 - ❖ Sábado;
 - ❖ Visão.

4. Relevância:

- ✓ Tipo I- Notícias em que o Rio+20 é o principal foco da informação. A notícia publicada pela RTP a 25/06/2012, que realça o louvor das Nações Unidas acerca do acordo alcançado na Conferência do Rio, é um exemplo de uma notícia deste tipo. Esta notícia centra-se no consenso obtido na conferência, sendo ainda abordado por Francisco Ferreira, da Quercus, os contornos do acordo alcançado. (*cf.* anexo VI)
- ✓ Tipo II- Notícias onde o Rio+20 é mais proeminente mas não o tópico principal ou não lhe é dado mais do que um parágrafo ou uma pergunta/resposta numa entrevista. Um exemplo de uma notícia tipo II é a que foi divulgada pelos Amigos da Terra a 20/04/2012, que menciona a polémica relacionada com a adoção do selo ambiental. Esta notícia incide, essencialmente, na importância da inclusão da certificação socioambiental na lista dos instrumentos de políticas públicas que serão negociados pelos países em junho na Rio+20. (*cf.* anexo VII)
- ✓ Tipo III- Notícias onde o Rio+20 é mencionado muito brevemente. Um exemplo de uma notícia Tipo III é a que foi publicada pelo Público a 04/06/2012, que menciona o encerramento da maior lixeira brasileira a

céu aberto. Esta notícia aborda, principalmente, a importância do encerramento da lixeira, quais as suas consequências, que projetos estão a ser preparados para aquela área e ainda um documentário premiado, efetuado por um artista plástico e alguns documentaristas, intitulado “Lixo extraordinário”, o qual retrata o dia-a-dia dos separadores de lixo na lixeira. A Conferência Rio+20 apenas é mencionada brevemente na notícia, pois a data do encerramento da lixeira, que foi sendo adiada por várias vezes, ocorreu apenas algumas semanas antes do evento. (*cf.* anexo VIII);

Uma vez terminada esta etapa, iniciou-se uma segunda análise onde apenas são consideradas as notícias do Tipo I, ou seja, as notícias onde o Rio+20 é o principal foco da informação. Nesta segunda análise, as notícias do Tipo I são categorizadas de acordo com os seguintes indicadores:

5. Fonte (Ator Social)³:

- ✓ Governo Central;
- ✓ Governo Local;
- ✓ Entidades Europeias;
- ✓ Entidades Não-Europeias;
- ✓ Universidades/Centros de Investigação:
 - ❖ Universidade de Aveiro;
 - ❖ Universidade de Brasília;
 - ❖ Outras.
- ✓ Instituto Público;
- ✓ Associação Ambiental:
 - ❖ Amigos da Terra;
 - ❖ Avaaz;
 - ❖ Natural Resources Defense Council (NRDC);
 - ❖ Greenpeace;
 - ❖ Oxfam;
 - ❖ Quercus;
 - ❖ World Wide Fund for Nature (WWF).

³ A categorização deste indicador obedeceu à codificação expressa no apêndice I.

- ✓ Empresas:
 - ❖ Eni;
 - ❖ United Nations Foundation;
 - ❖ Fundação EDP;
 - ❖ GDF Suez;
 - ❖ Microsoft;
 - ❖ Renault-Nissan;
 - ❖ Union for Ethical BioTrade (UEBT);
 - ❖ Outras.
- ✓ Cidadãos;
- ✓ Outros:
 - ❖ Analistas;
 - ❖ Bancos;
 - ❖ Chris Jordan;
 - ❖ Coro Infantil de Santo Amaro de Oeiras;
 - ❖ Escolas;
 - ❖ Fernando Henrique Cardoso;
 - ❖ Gro Harlem Brundtland;
 - ❖ ONG:
 - AMI;
 - ONG não especificada.
 - ❖ Vaticano.

6. Tema⁴:

- ✓ Erradicação da Pobreza;
- ✓ Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável;
- ✓ Água e Saneamento;
- ✓ Energia;
- ✓ Turismo Sustentável;
- ✓ Transporte Sustentável;
- ✓ Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos;
- ✓ Saúde e População;

⁴ A categorização deste indicador obedeceu à codificação expressa no apêndice II.

- ✓ Promover o Emprego Pleno e Produtivo, o Trabalho Digno para todos e Proteção Social;
- ✓ Oceanos e Mares;
- ✓ Países Insulares em Desenvolvimento;
- ✓ Países Menos Desenvolvidos;
- ✓ Países Sem Litoral em Desenvolvimento;
- ✓ África;
- ✓ Esforços Regionais;
- ✓ Redução do Risco de Desastre;
- ✓ Alterações Climáticas;
- ✓ Florestas;
- ✓ Biodiversidade;
- ✓ Desertificação, Degradação do Solo e Seca;
- ✓ Montanhas;
- ✓ Produtos Químicos e Resíduos;
- ✓ Consumo e Produção Sustentáveis;
- ✓ Indústria Mineira;
- ✓ Educação;
- ✓ Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres.

7. Conotação:

- ✓ Discurso Positivo - Notícias onde os Atores Sociais revelaram-se agradados e/ou otimistas com a Conferência Rio+20. A notícia divulgada pelos Amigos da Terra a 15/06/2012, que salienta que a proteção dos mares pode ter avanços é um exemplo de uma notícia deste tipo. Esta notícia foca-se na esperança de a Rio+20 poder terminar com um resultado concreto em relação à proteção dos oceanos nas áreas de alto-mar, que vá para além das jurisdições nacionais, e no benefício que tal ação desencadearia para a biodiversidade marinha. (cf. anexo IX)
- ✓ Discurso Neutro - Notícias em que os Atores Sociais não emitiram qualquer apreciação relativamente ao evento. Um exemplo de uma notícia caracterizada pelo Discurso Neutro é a que foi divulgada pela RTP a 13/06/2012, que refere a realização da Cimeira dos Povos, onde se irá preparar um documento para apresentar aos principais intervenientes

na Cimeira Rio+20. Esta notícia menciona o início da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com a realização da Cimeira dos Povos, onde irá ser preparado um documento para apresentar aos chefes de estados e de governo presentes na Conferência Rio+20 (*cf.* anexo X)

- ✓ Discurso Negativo - Notícias onde os Atores Sociais manifestaram-se desagrados e/ou desiludidos com a Conferência Rio+20. Um exemplo de uma notícia caracterizada pelo Discurso Negativo é a que foi publicada pelos Amigos da Terra a 27/06/2012, que refere a avaliação negativa de André Lima sobre a Conferência Rio+20. Esta notícia expõe as críticas efetuadas por André Lima relativamente aos chefes de estado, pela falha na implementação dos principais acordos de 1992 e no estabelecimento de metas ambiciosas para o futuro próximo, e especificamente, ao papel do Brasil no evento, uma vez que considera que houve falta de ambição por parte das altas entidades brasileiras, nomeadamente, a presidente Dilma e os ministros Patriota e Izabella Teixeira. (*cf.* anexo XI)

Após categorizar todas as notícias procedeu-se à verificação do número de notícias que cada categoria obteve. De salientar, que foram estabelecidas relações entre alguns indicadores, de modo a existir uma análise pormenorizada do tema em estudo.

Posteriormente exportou-se para o Microsoft Excel 2010 os vários resultados obtidos, para serem elaborados os respetivos gráficos.

Após a seleção dos meios de comunicação a serem analisados, procedeu-se à definição das entidades oficiais a integrar no estudo, tendo em consideração aquelas que participaram diretamente nas notícias publicadas pela comunicação social portuguesa. Esta escolha teve como objetivo obter uma análise transversal das diversas entidades que opinaram acerca do evento.

Deste modo, as entidades oficiais ficaram organizadas da seguinte forma:

- **Associações Ambientais**
 - Amigos da Terra;
 - Avaaz;
 - Natural Resources Defense Council;

- Greenpeace;
- Oxfam;
- Quercus;
- WWF.
- **Empresas**
 - Eni;
 - United Nations Foundation;
 - Fundação EDP;
 - GDF Suez;
 - Microsoft;
 - Renault-Nissan;
 - UEBT.
- **Governo Central**
 - Presidente da República Portuguesa (Aníbal Cavaco Silva);
 - Primeiro-ministro (Pedro Passos Coelho);
 - Ministro dos Negócios Estrangeiros (Paulo Portas);
 - Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (Assunção Cristas).
- **Governo Local**
 - Autarquias;
 - Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).
- **Entidades Europeias**
 - Comissão Europeia (CE).
- **Entidades Não-Europeias**
 - United Nations (UN).
- **Institutos Públicos**
 - Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS).
- **Universidades-Centros de Investigação**
 - Universidade de Aveiro;
 - Universidade de Brasília.
- **Outros**
 - Bancos;

- Cidadãos;
- Coro Infantil de Santo Amaro de Oeiras;
- Escolas;
- AMI;
- Vaticano.

Em cada subclasse das diversas entidades oficiais utilizou-se o correspondente motor de busca, empregando a expressão “rio+20” no espaço de tempo estabelecido para o estudo (de 01/01/2012 a 31/07/2012), tendo-se obtido um total de 565 notícias.

De seguida, procedeu-se à transferência das notícias para o programa QSR Nvivo 10, de modo a dar início ao estudo das mesmas.

Finalizada esta etapa, seguiu-se integralmente a mesma metodologia utilizada para os meios de comunicação social portuguesa, com exceção da categoria meio de comunicação, a qual foi substituída pela categoria entidade oficial, que ficou estruturada da seguinte forma:

- ✓ Associações Ambientais;
- ✓ Empresas;
- ✓ Governo Central;
- ✓ Governo Local;
- ✓ Entidades Europeias;
- ✓ Entidades Não-Europeias;
- ✓ Institutos Públicos;
- ✓ Universidades-Centros de Investigação;
- ✓ Outros.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS

IV.1. Resultados da análise das notícias publicadas pela Comunicação Social Portuguesa

Para uma melhor interpretação dos resultados obtidos foram elaborados diversos gráficos, envolvendo um ou mais indicadores, de modo a facilitar a análise dos mesmos.

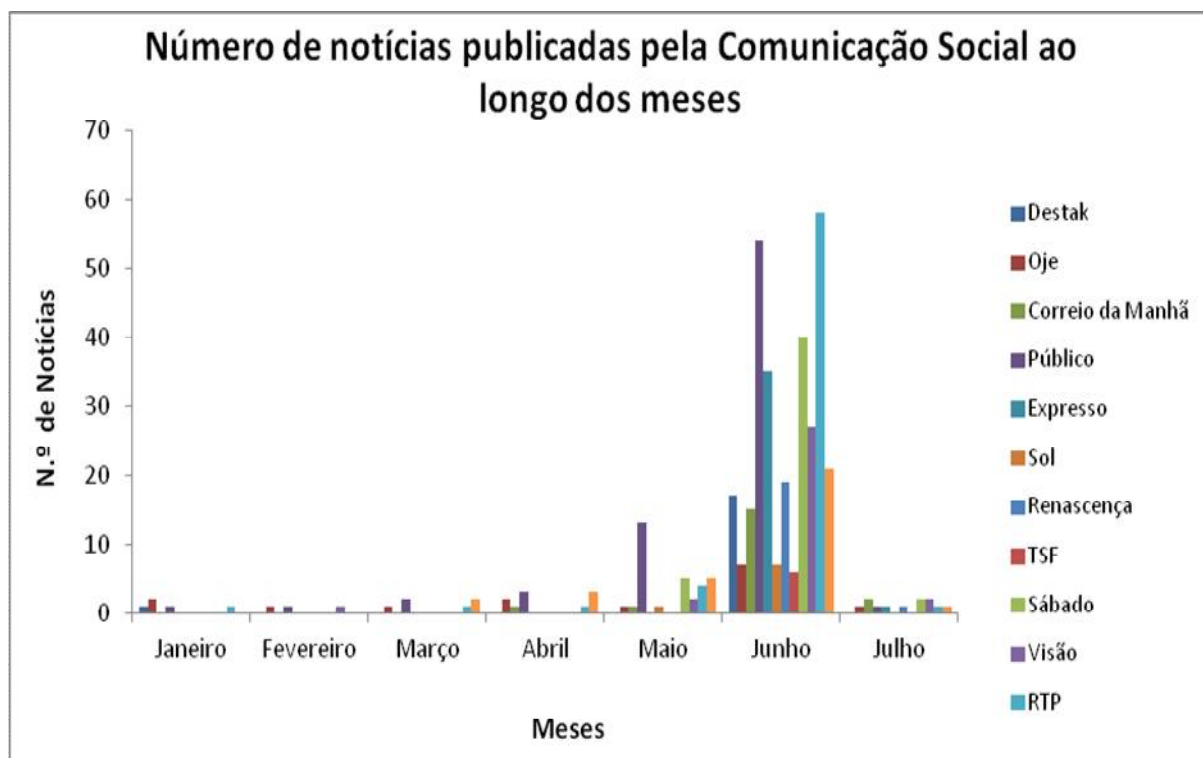


Gráfico 1 – Número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo dos meses.

De acordo com o Gráfico 1, a maioria das notícias foram publicadas no mês de junho, o que pode ser facilmente explicado pelo facto de este ter sido o mês da realização da Conferência Rio+20. (cf. anexo XII, XIII e XIV) O mês de maio, também teve um considerável número de notícias. Esta situação pode estar relacionada com a circunstância de este ter sido o mês que antecedeu a Conferência, e como tal, onde a divulgação à mesma foi mais evidente.

Os restantes meses caracterizam-se pelo reduzido número de notícias publicadas, o que traduz a baixa relevância dada a esta conferência nos respetivos meses.

Relativamente aos meios de comunicação que mais notícias transmitiram no mês de junho, convém realçar a RTP, o Público e o Sábado. Em relação ao mês de maio, o Público, o Sábado e a TVI foram aqueles que mais se destacaram. (cf. apêndice III)

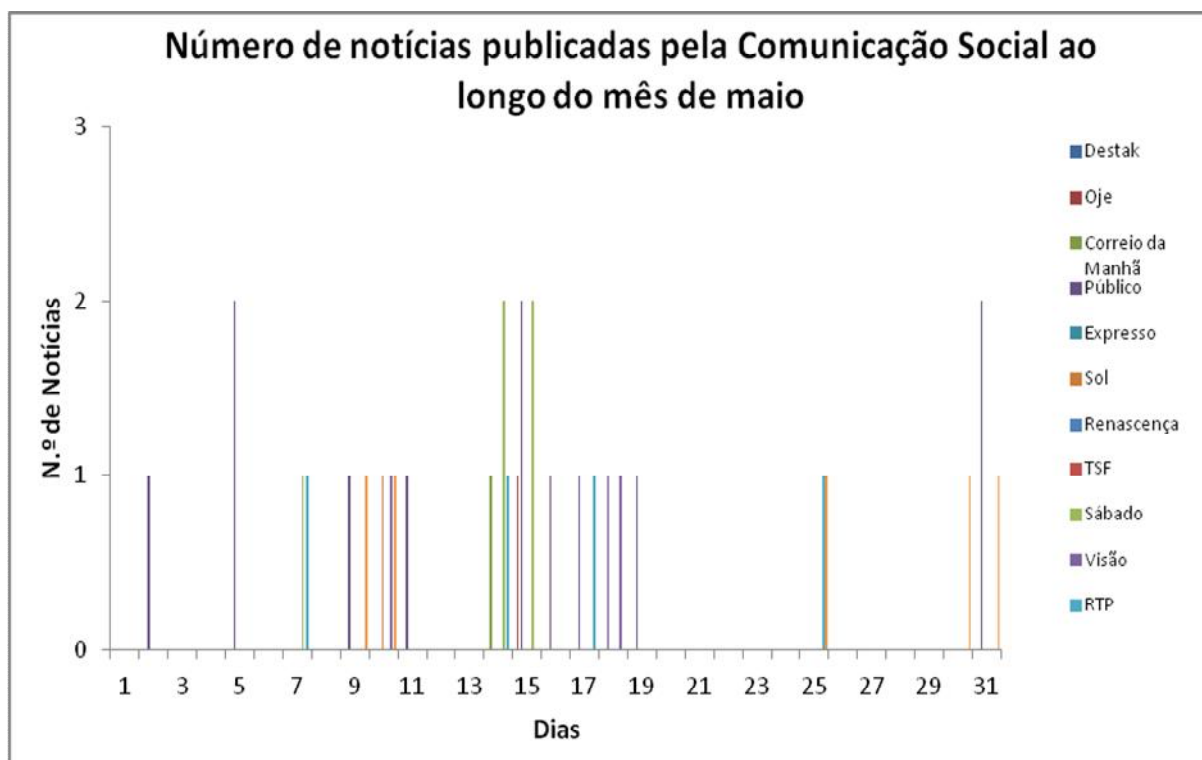


Gráfico 2 – Número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de maio.

Analisando o Gráfico 2, verifica-se que os dias 14 e 15 são aqueles que mais notícias albergam.

Em sentido contrário, observa-se que os dias 1, 3, 4, 6, 8, 12, 13, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29 não possuem qualquer notícia.

Relativamente aos meios de publicação que mais notícias comunicaram nos dias 14 e 15, verificamos que existe um resultado semelhante. No dia 14 o meio de comunicação saliente é a Sábado, enquanto que no dia 15 os meios de comunicação proeminentes são a Sábado e o Público. (*cf.* apêndice IV)

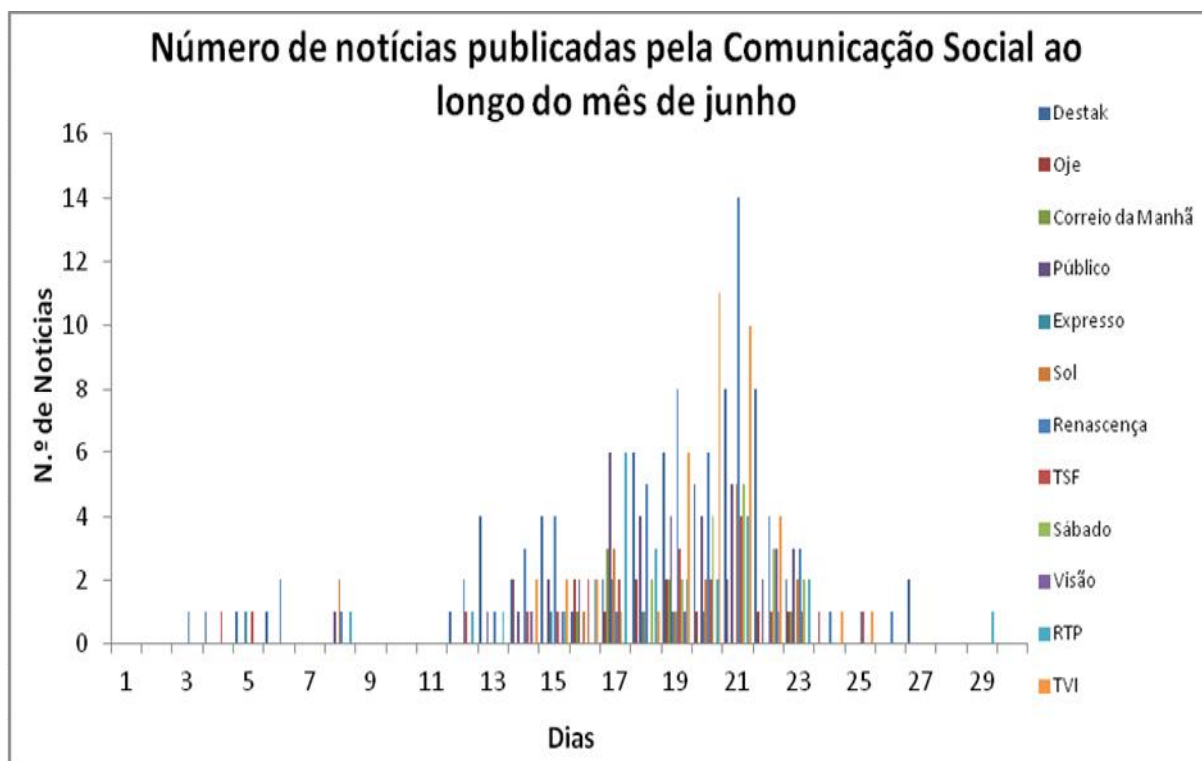


Gráfico 3 – Número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de junho.

Segundo o Gráfico 3, constata-se que os dias 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 representam aqueles onde foram divulgadas mais notícias. Estes resultados são facilmente explicáveis, pois incidem em datas chave da Conferência Rio+20. Os dias 17, 18 e 19 são relativos aos dias que antecederam a Conferência, os dias 20, 21 e 22 correspondem aos dias em que a mesma ocorreu e o dia 23 diz respeito ao dia posterior ao término desta.

No lado oposto, é possível verificar que nos dias 1, 2, 7, 9, 10, 11, 28 e 30 não foi publicada qualquer notícia.

Relativamente aos meios de comunicação que mais notícias transmitiram nos dias dominantes, é importante destacar a Renascença, o Destak e a TVI. (cf. apêndice V)



Gráfico 4 – Número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de julho.

Observando o Gráfico 4, verifica-se que os dias 2 e 10 são aqueles onde foram publicadas mais notícias.

Em sentido contrário, é possível constatar que não foi transmitida qualquer notícia nos dias 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, e 31.

Relativamente aos meios de comunicação que divulgaram as notícias nos dias 2 e 10, é importante realçar o Público e a Visão no dia 2 e o Correio da Manhã no dia 10. (cf. apêndice VI)

De salientar, o facto de haver mais notícias antes do que depois da conferência, o que significa que as expectativas foram mais noticiadas do que os resultados.

Seguidamente, abordar-se-á a relevância das notícias, ou seja, que tipo de destaque cada notícia acarreta relativamente à Conferência Rio+20. A relevância pode ser do Tipo I, notícias em que o Rio+20 é o principal tema da informação, do Tipo II, notícias onde o Rio+20 é mais salientado mas não o tópico principal, e do Tipo III, notícias onde o Rio+20 é referido brevemente.



Gráfico 5 – Relevância das notícias publicadas pela Comunicação Social.

De acordo com o Gráfico 5, a tipologia que maior percentagem de notícias apresenta é a III, a qual se caracteriza por abordar outros temas, sendo que a conferência do Rio+20 apenas é referida muito brevemente. (cf. apêndice VII)

A tipologia I, ou seja, aquela onde o tema Rio+20 é o principal foco de informação, também exibe um considerável número de resultados.

Relativamente à tipologia II, que abrange notícias onde o Rio+20 é mais proeminente mas não o tópico principal, convém salientar que é aquela que menor número de notícias possui.

Futuramente apenas serão consideradas as notícias do tipo I, ou seja, aquelas onde o Rio+20 é o principal foco da informação.

De seguida, irá analisar-se as fontes que estão presente nas várias notícias, de modo a podermos estabelecer uma comparação entre as mesmas e verificar se existe predominância por parte de algum ator social.



Gráfico 6 – Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por fonte (ator social).

Analisando o Gráfico 6, verifica-se que as Entidades Não-Europeias e as Entidades Europeias são os atores sociais mais presentes nas notícias. (*cf.* apêndice VIII) Estes dados refletem a extrema importância que a Conferência acarreta, pois as fontes proeminentes acima mencionadas são as que possuem maior poder de decisão. Um exemplo claro do que referi é o facto de esta Conferência ter mobilizado muitos países, dos mais variados locais do mundo.

No lado oposto, observa-se que o Governo Local e o Instituto Público são as fontes que menos surgem nas notícias.

Seguidamente, serão abordados os temas presentes nas diversas notícias, para podermos efetuar uma comparação entre os mesmos e constatar quais os que mais se destacaram. Para este indicador foram tidas em consideração as áreas temáticas constantes no documento final da Conferência Rio+20, as quais se encontram discriminadas no Capítulo V do mesmo.

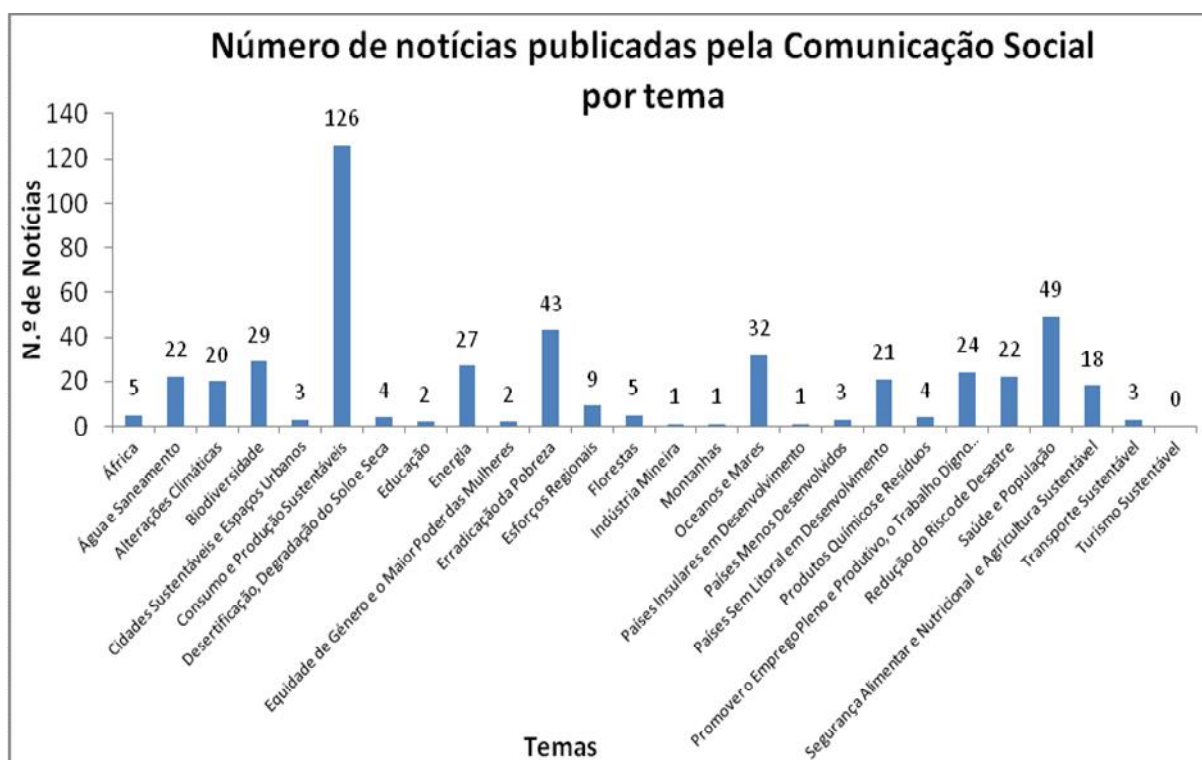


Gráfico 7 – Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema.

Segundo o Gráfico 7, os temas mais presentes nas notícias são o Consumo e Produção Sustentáveis, a Saúde e População e a Erradicação da Pobreza. (*cf.* apêndice IX) Estes resultados espelham uma crescente preocupação com o ser humano, uma vez que os temas mais divulgados incidem diretamente em requisitos essenciais de uma sociedade que se pretende mais justa e equilibrada.

Em sentido contrário, surge um tema que não foi mencionado, nomeadamente, o Turismo Sustentável, existindo ainda outros que apenas uma única vez foram abordados, designadamente, Indústria Mineira, Montanhas e Países Insulares em Desenvolvimento, os quais constituem áreas temáticas consideradas menos prioritárias para os atores sociais.

De seguida, irá avaliar-se a conotação atribuída às notícias, ou seja, que tipo de discurso está implícito a cada notícia. A conotação pode ser Discurso Positivo, notícias onde as fontes facultam uma apreciação positiva à Conferência Rio+20, Discurso Neutro, notícias onde os atores sociais não atribuíram qualquer conotação ao evento, e Discurso Negativo, notícias onde as fontes emitiram uma apreciação negativa à Conferência.



Gráfico 8 – Conotação das notícias publicadas pela Comunicação Social.

Observando o Gráfico 8, constata-se que o Discurso Negativo é aquele que maior percentagem de notícias alberga, o que demonstra que na maioria das notícias os atores sociais revelaram-se desagradados e/ou pessimistas com a Conferência Rio+20. (cf. apêndice X)

O Discurso Positivo também possui um avultado número de notícias, o que significa que uma considerável parte das fontes manifestou-se agradada e/ou otimista com a Conferência.

Quanto ao Discurso Neutro, que alberga notícias onde não é mencionada qualquer tipo de apreciação relativamente à Conferência Rio+20, convém salientar que é aquele que menor número de notícias possui.



Gráfico 9 – Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e fonte (ator social).

De acordo com o Gráfico 9, é possível verificar que nos temas mais comuns, ou seja, Consumo e Produção Sustentáveis, Saúde e População e Erradicação da Pobreza, as fontes que mais se evidenciaram foram as Entidades Não-Europeias, os Cidadãos e os Outros. (cf. apêndice XI)

Convém ainda salientar, que as fontes acima mencionadas foram as que mais se destacaram em relação à maioria dos temas, o que indica a existência de um consenso entre diferentes atores sociais acerca dos temas que consideram mais pertinentes e sobre os quais se deviam desenvolver mais esforços para conseguir melhores resultados.

De realçar, o facto de se ter removido do Gráfico 9 os temas que aparecem apenas numa notícia ou que não surgem em nenhuma, como são os casos da Indústria Mineira, Montanhas, Países Insulares em Desenvolvimento e Turismo Sustentável, pois como a sua presença não é essencial, permite uma melhor definição do gráfico, facilitando a interpretação do mesmo.

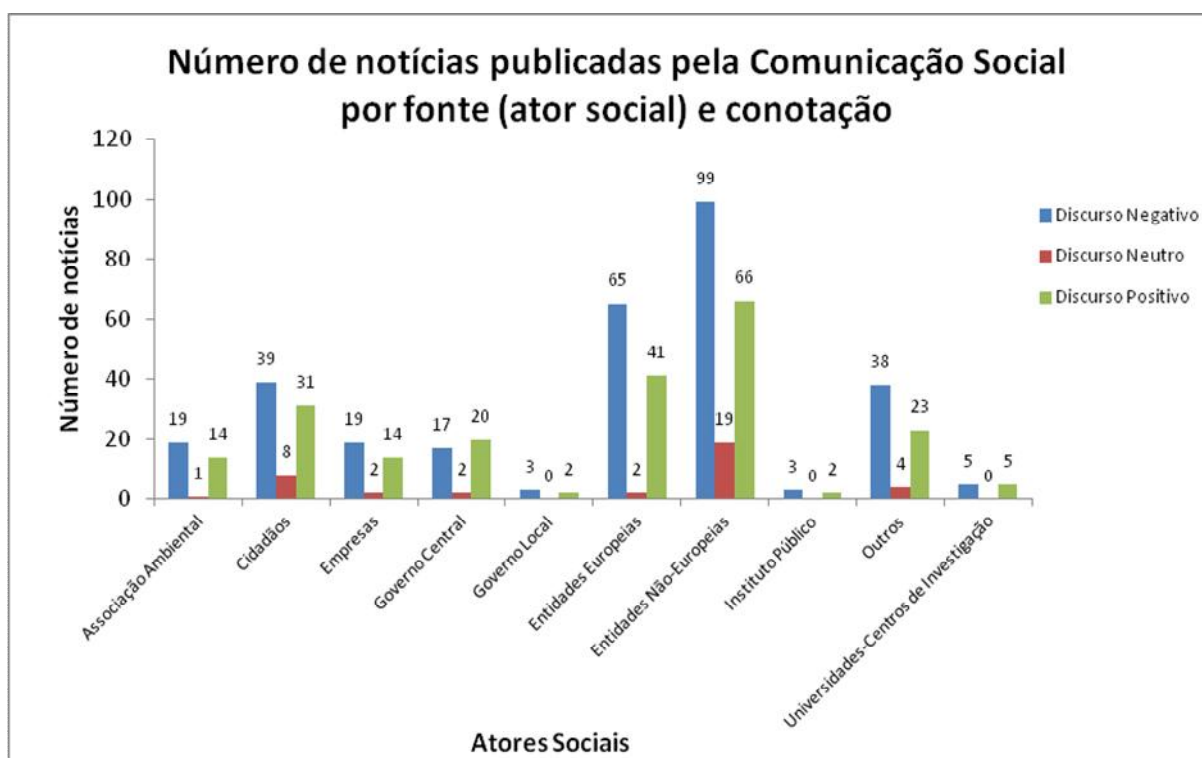


Gráfico 10 – Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por fonte (ator social) e conotação.

Segundo o Gráfico 10, verifica-se que nas fontes mais presentes nas notícias, designadamente, Entidades Não-Europeias e Entidades Europeias, o Discurso Negativo é aquele que, claramente, mais se destaca (*cf.* apêndice XII). Os dois atores sociais mais requisitados consideram, assim, ter ficado descontentes com a Conferência Rio+20.

É ainda possível verificar que na maioria dos atores sociais, o tipo de discurso mais comum é precisamente o Negativo, o que significa que existe uma opinião generalizada acerca da Conferência.

Em sentido contrário, apenas o Governo Central apresenta o Discurso Positivo como o mais proeminente, o que significa que, no geral, ficaram satisfeitos com a Conferência Rio+20.

Por último, é pertinente salientar as Universidades-Centros de Investigação, pois estas não possuem uma opinião consensual acerca da Conferência, conforme se pode observar pela igualdade registada no número de notícias com apreciação negativa e positiva.

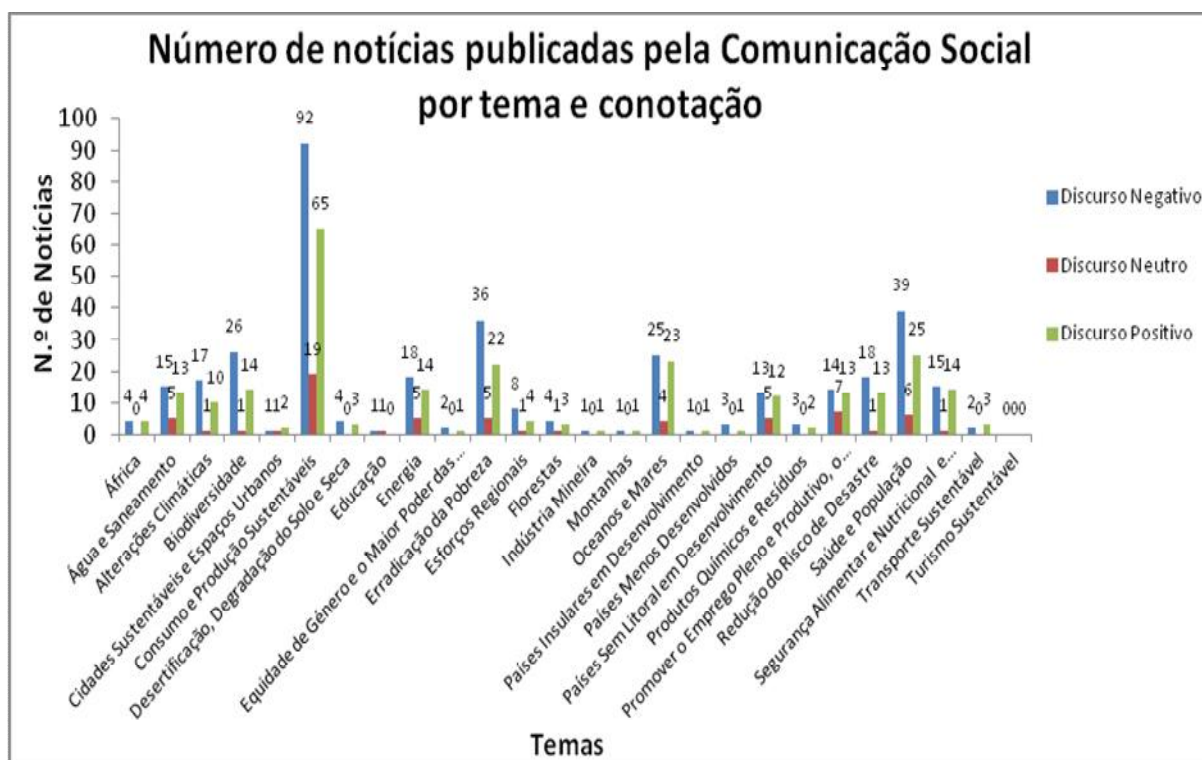


Gráfico 11 – Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e conotação.

Observando o Gráfico 11, constata-se que nos temas mais presentes nas notícias, nomeadamente, Consumo e Produção Sustentáveis, Saúde e População e Erradicação da Pobreza, o tipo de discurso mais saliente é o Negativo. (*cf.* apêndice XIII)

Estes resultados refletem que determinadas condições fundamentais para uma sociedade mais equitativa e justa ainda não foram adequadamente abordadas na Conferência Rio+20.

É também possível observar, conforme nos indica o gráfico acima mencionado, que a maioria dos temas tem inerente a si uma conexão negativa proeminente, o que significa que existe uma insatisfação consensual a vários níveis.

No lado oposto, apenas as Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos e o Transporte Sustentável possuem o Discurso Positivo como o mais saliente, apesar de no primeiro caso não se poder afirmar que, maioritariamente, existe satisfação em relação ao tema.

De salientar ainda, África, Indústria Mineira, Montanhas e Países Insulares em Desenvolvimento, uma vez que estas temáticas não possuem um parecer unânime, conforme se pode comprovar pela igualdade assinalada no número de notícias com conotação negativa e positiva.



Gráfico 12 - Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por fonte (ator social) e publicação.

Analisando o Gráfico 12, observa-se que o Público representa o meio de comunicação que mais notícias publica relativamente à generalidade das fontes. (cf. apêndice XIV)

Abordando especificamente os atores sociais mais habituais nas notícias, ou seja, as Entidades Não-Europeias e as Entidades Europeias, constata-se que o Público, a RTP, o Expresso e a Sábado são os meios de comunicação mais dominantes nas mesmas.

Convém também realçar, que a maioria dos órgãos de comunicação divulga a generalidade das fontes, o que reflete uma cobertura diversificada por parte da maioria da comunicação social.

O OJE, o Correio da Manhã, o Sol e a TSF representam os meios de comunicação que não efetuaram uma cobertura diferenciada.

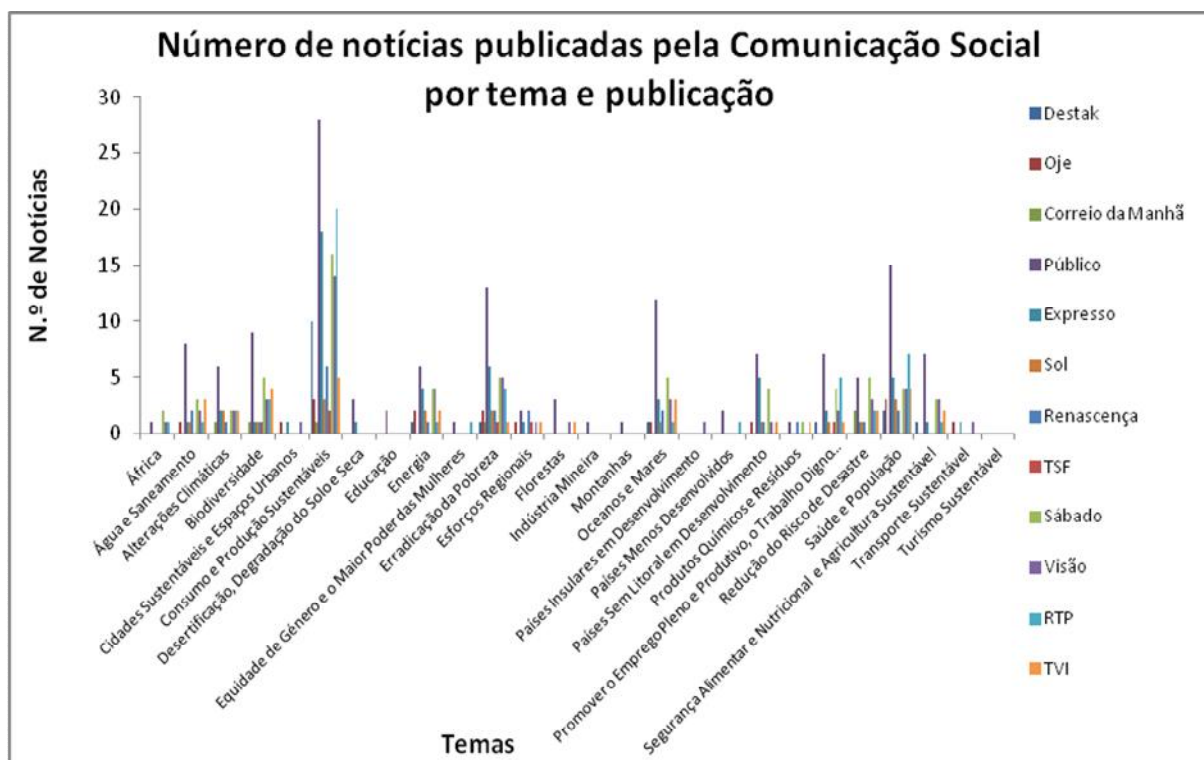


Gráfico 13 – Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e publicação.

Segundo o Gráfico 13, é possível verificar que o Público é o meio de comunicação dominante em relação à maioria dos temas. (cf. apêndice XV)

Ao analisar os temas mais comuns nas notícias, designadamente, Consumo e Produção Sustentáveis, Saúde e População e Erradicação da Pobreza, constata-se a existência de diferenças consideráveis entre os dois primeiros e o último relativamente aos meios de comunicação influentes.

O Consumo e Produção Sustentáveis e a Saúde e População são maioritariamente divulgados pelo Público, RTP e Expresso, ao contrário da Erradicação da Pobreza que é principalmente referida pelo Público, Expresso, Sábado e Visão.

De referir ainda, que apenas metade dos órgãos de comunicação difunde a generalidade dos temas, o que significa que não existe uma cobertura diferenciada por parte de diversos meios de comunicação.

O Destak, o OJE, o Correio da Manhã, o Sol, a Renascença, e a TSF constituem os órgãos de comunicação que não realizaram uma cobertura diversificada.

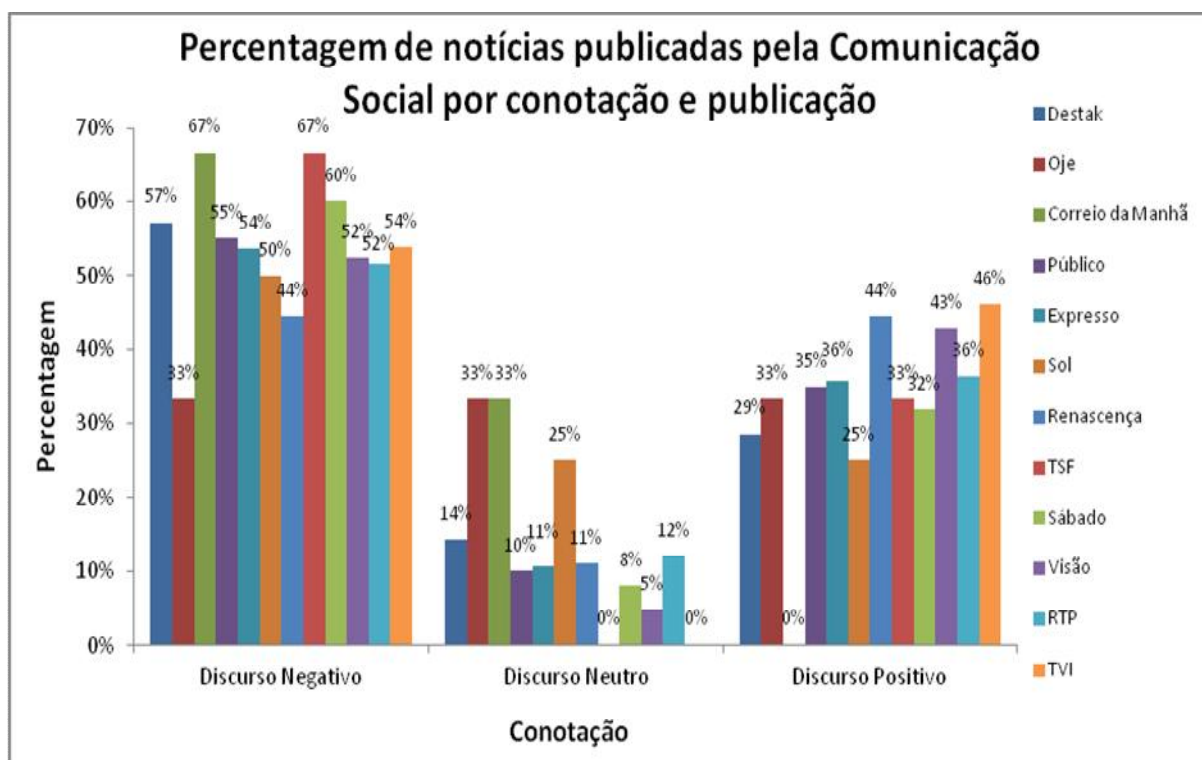


Gráfico 14 – Percentagem de notícias publicadas pela Comunicação Social por conotação e publicação.

Observando o Gráfico 14, verifica-se que todos os meios de comunicação, à exceção do OJE e da Renascença, apresentam maior percentagem de notícias com conotação negativa. (cf. apêndice XVI)

O Correio da Manhã e a TSF representam os meios de comunicação onde as notícias com conotação negativa possuem percentagens mais elevadas. Em sentido contrário, convém salientar o Sol, a RTP e a Visão, que apresentam percentagens mais baixas de notícias com apreciação negativa, sendo que no primeiro caso não existe, maioritariamente, uma conotação negativa proeminente.

Assim sendo, conclui-se que o discurso negativo é, salvo as exceções acima referidas, transversal em relação aos diferentes órgãos de comunicação, não existindo diferenças significativas entre os mesmos.

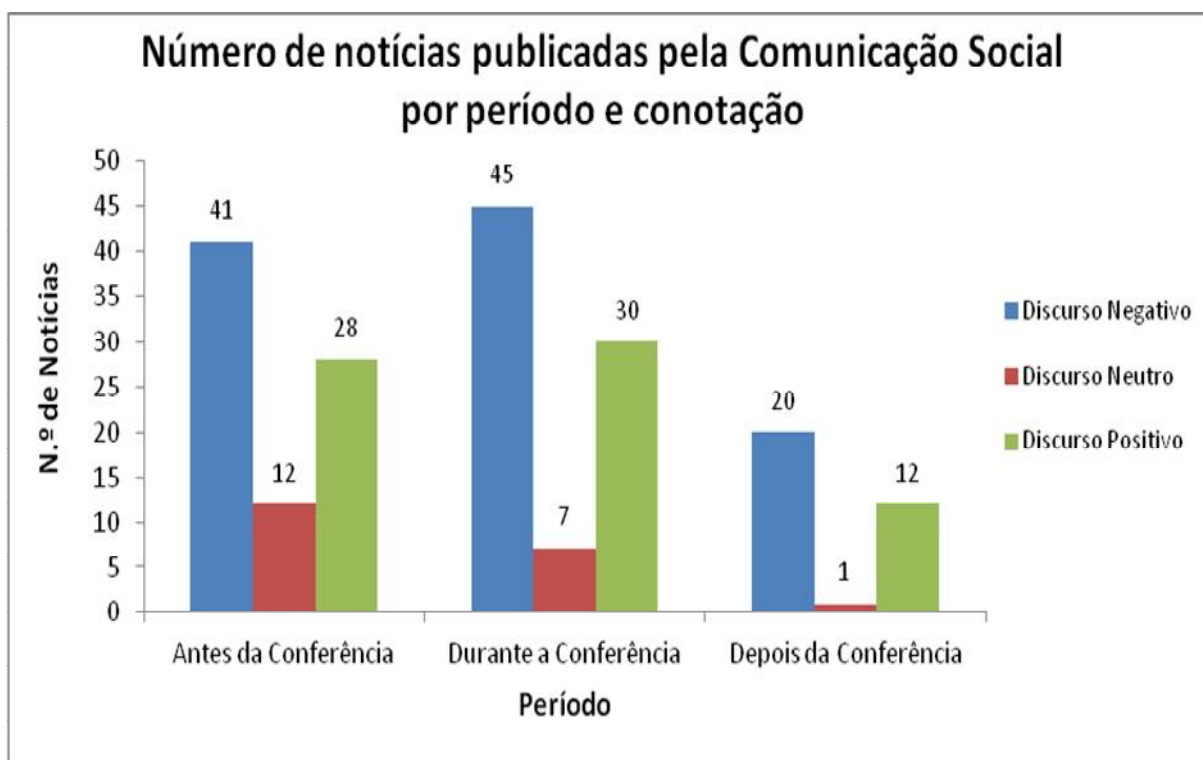


Gráfico 15 – Número de notícias publicadas pela Comunicação Social por período e conotação.

De acordo com o Gráfico 15, constata-se que em todos os períodos, nomeadamente Antes da Conferência, Durante a Conferência e Depois da Conferência, o tipo de discurso saliente é o Discurso Negativo. (*cf.* apêndice XVII)

Convém ainda destacar que os resultados obtidos são iguais em todos os períodos, os quais apresentam como discurso dominante o Discurso Negativo, seguido do Discurso Positivo e por fim do Discurso Neutro. Esta evidência espelha que as expetativas existentes antes e durante a conferência são proporcionais às apreciações exibidas pelos diversos atores sociais relativamente aos resultados alcançados na Conferência Rio+20, ou seja, a cimeira nunca gerou grandes expetativas, pelo que os resultados obtidos foram os esperados.

IV.2. Resultados da análise das notícias publicadas pelas Entidades Oficiais

Para uma melhor interpretação dos resultados alcançados foram elaborados diferentes gráficos, envolvendo um ou mais indicadores, de modo a facilitar a análise dos mesmos.

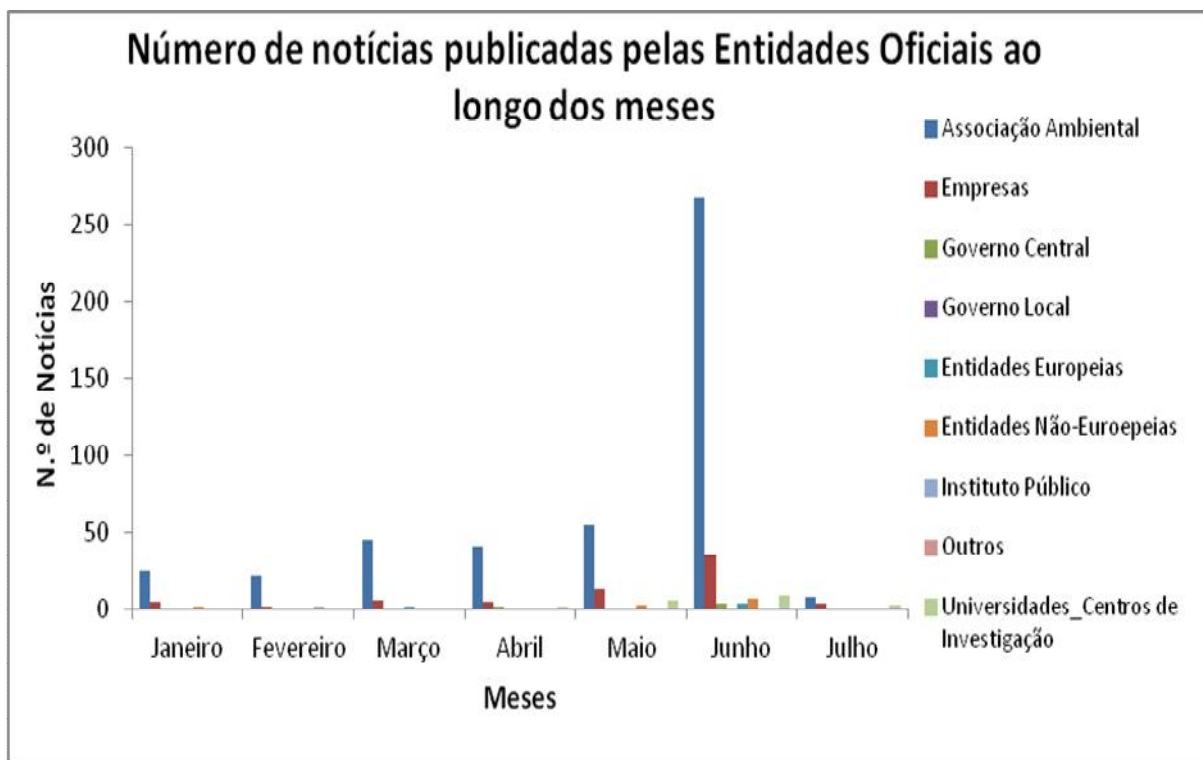


Gráfico 16 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo dos meses.

De acordo com o Gráfico 16, a generalidade das notícias foram divulgadas no mês de junho, o que pode ser facilmente explicado pelo facto de este ter sido o mês da realização da Conferência Rio+20. (cf. anexo XII, XIII e XIV) O mês de maio, também teve um avultado número de notícias. Esta situação pode estar relacionada com a circunstância de este ter sido o mês que precedeu a Conferência, ou seja, onde a difusão da mesma foi mais patente.

Os restantes meses distinguiram-se por um menor número de notícias publicadas, o que representa a baixa importância dada a esta conferência nos respetivos meses.

Relativamente às entidades oficiais que mais notícias publicaram no mês de junho e maio convém destacar as Associações Ambientais, as Empresas e as Universidades-Centros de Investigação. (cf. apêndice XVIII)

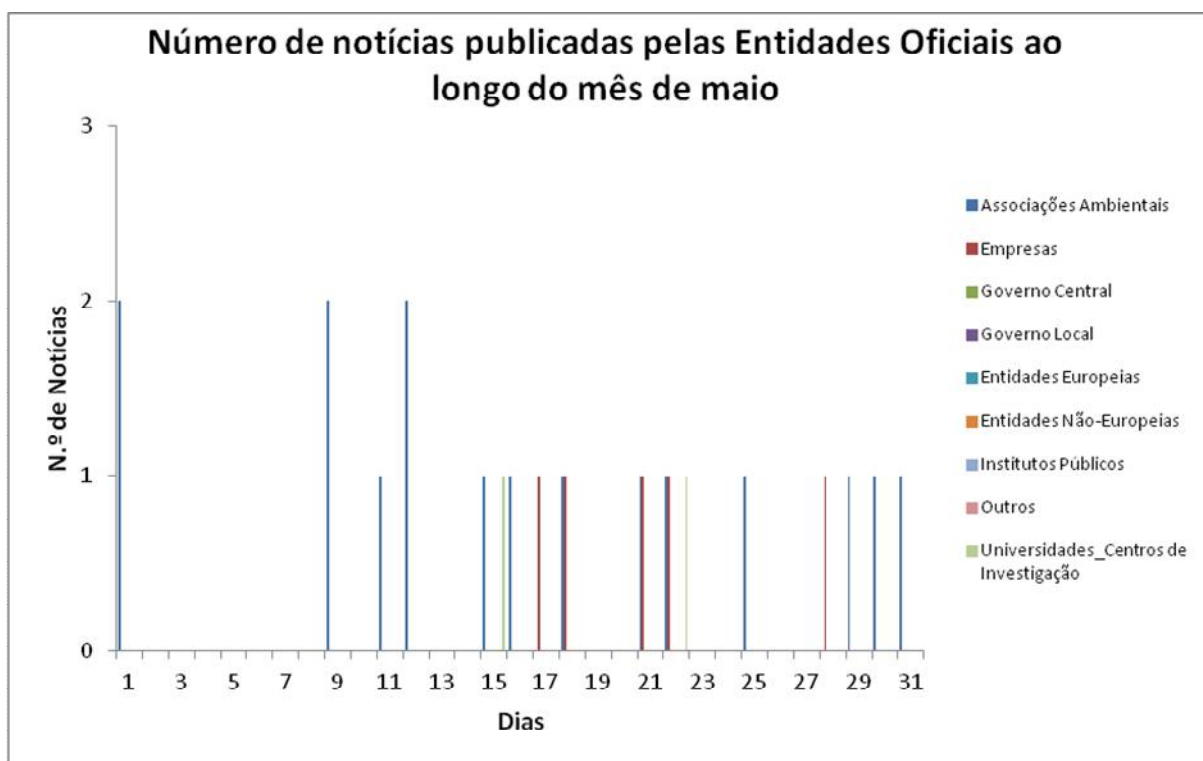


Gráfico 17 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de maio.

Analisando o Gráfico 17, verifica-se que o dia 22 representa aquele que mais notícias albergou.

No lado oposto, observa-se que os dias 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 19, 20, 23, 24, 26 e 27 não contêm qualquer notícia.

Quanto às entidades oficiais que mais notícias transmitiram no dia 22, é pertinente salientar as Associações Ambientais, as Empresas e as Universidades-Centros de Investigação. (cf. apêndice XIX)

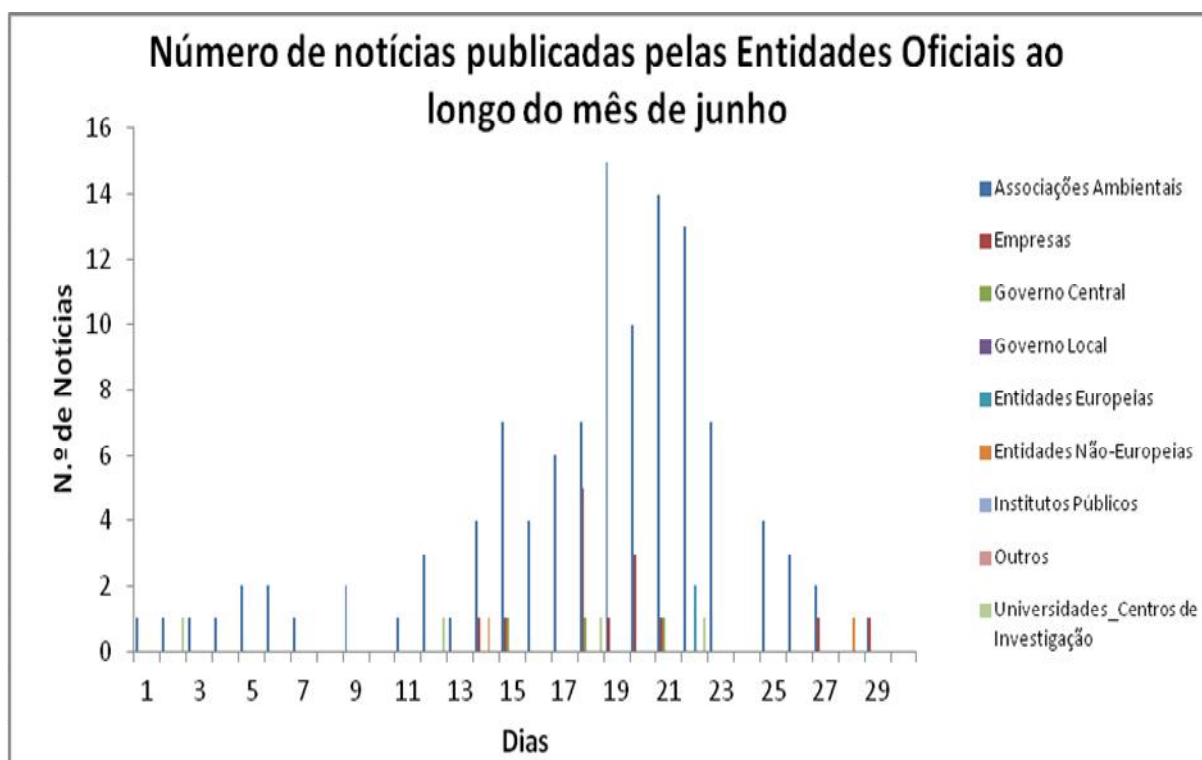


Gráfico 18 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de junho.

Segundo o Gráfico 18, constata-se que os dias 18, 19, 20, 21 e 22 foram aqueles onde foram comunicadas mais notícias. Estes resultados são facilmente explicáveis, pois incidem em datas pertinentes da Conferência Rio+20. Os dias 18 e 19 são referentes aos dias que antecederam a Conferência e os dias 20, 21 e 22 correspondem aos dias em que a mesma ocorreu.

Em sentido contrário, é possível verificar que nos dias 8, 24 e 30 não foi divulgada qualquer notícia.

Em relação às entidades oficiais que mais notícias comunicaram nos dias dominantes, é importante realçar as Associações Ambientais e as Empresas. (cf. apêndice XX)

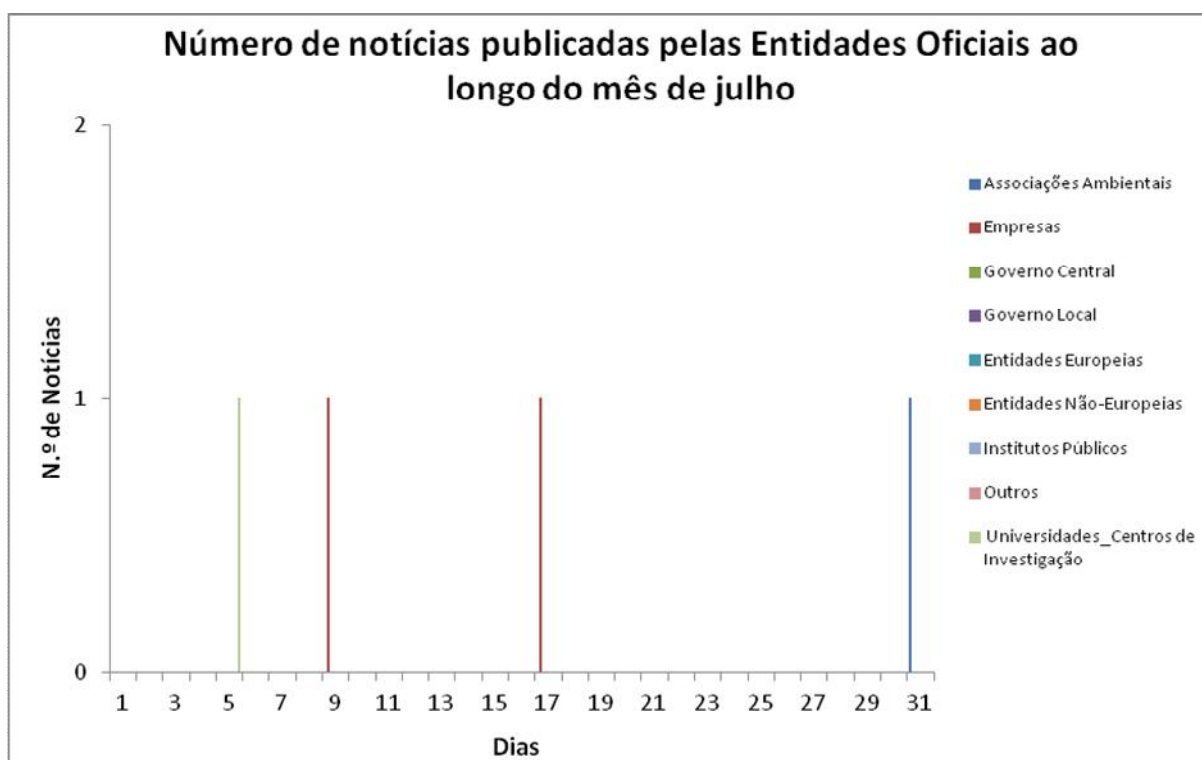


Gráfico 19 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de julho.

Observando o Gráfico 19, verifica-se que os dias 5, 9, 17 e 31 são aqueles onde foram transmitidas notícias.

No lado oposto, é possível constatar que não foi transmitida qualquer notícia nos restantes dias do mês de julho.

Relativamente às entidades oficiais que divulgaram as notícias nos dias acima mencionados, é importante destacar as Associações Ambientais, as Empresas e as Universidades-Centros de Investigação. (*cf.* apêndice XXI)

De realçar, a circunstância de existirem mais notícias antes do que depois da conferência, o que indica que as expectativas foram mais divulgadas do que os resultados. Seguidamente, analisar-se-á a relevância das notícias, ou seja, que tipo de destaque cada notícia possui relativamente à Conferência Rio+20. A relevância pode ser do Tipo I, notícias em que o Rio+20 é o principal tema da informação, do Tipo II, notícias onde o Rio+20 é mais salientado mas não o tópico principal, e do Tipo III, notícias onde o Rio+20 é referido brevemente.



Gráfico 20 – Relevância das notícias publicadas pelas Entidades Oficiais.

De acordo com o Gráfico 20, a tipologia que maior percentagem de notícias exhibe é a III, a qual se caracteriza por abordar outros temas, sendo que a conferência do Rio+20 apenas é mencionada muito brevemente. (*cf.* apêndice XXII)

A tipologia I, ou seja, aquela onde o tema Rio+20 é o principal foco de informação, também apresenta um notável número de resultados.

Relativamente à tipologia II, que abrange notícias onde o Rio+20 é mais saliente mas não o tópico principal, é importante realçar que é aquela que menor número de notícias alberga.

Futuramente somente serão tidas em consideração as notícias do tipo I, ou seja, aquelas onde o Rio+20 é o principal foco da informação.

Seguidamente, irá analisar-se os atores sociais que estão presente nas diversas notícias, de forma a podermos estabelecer uma comparação entre estes e aferir se existe predominância por parte de alguma fonte.



Gráfico 21 – Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por fonte (ator social).

Analisando o Gráfico 21, verifica-se que as Entidades Não-Europeias e os Cidadãos são as fontes mais salientes nas notícias. (*cf.* apêndice XXIII) Estes dados traduzem a grande mobilização que a Conferência desperta, uma vez que os atores sociais predominantes são completamente distintos entre si, querendo cada um deles contribuir decisivamente para a mesma.

Em sentido contrário, constata-se que o Governo Local é o ator social que menos vezes intervém nas notícias, sendo que as Associações Profissionais não participam em nenhuma.

De seguida, serão abordados os temas existentes nas várias notícias, para podermos estabelecer uma comparação entre os mesmos e observar quais os que mais se distinguiram. Para este indicador foram consideradas as áreas temáticas presentes no documento final da Conferência Rio+20, as quais se encontram descritas no Capítulo V do mesmo.

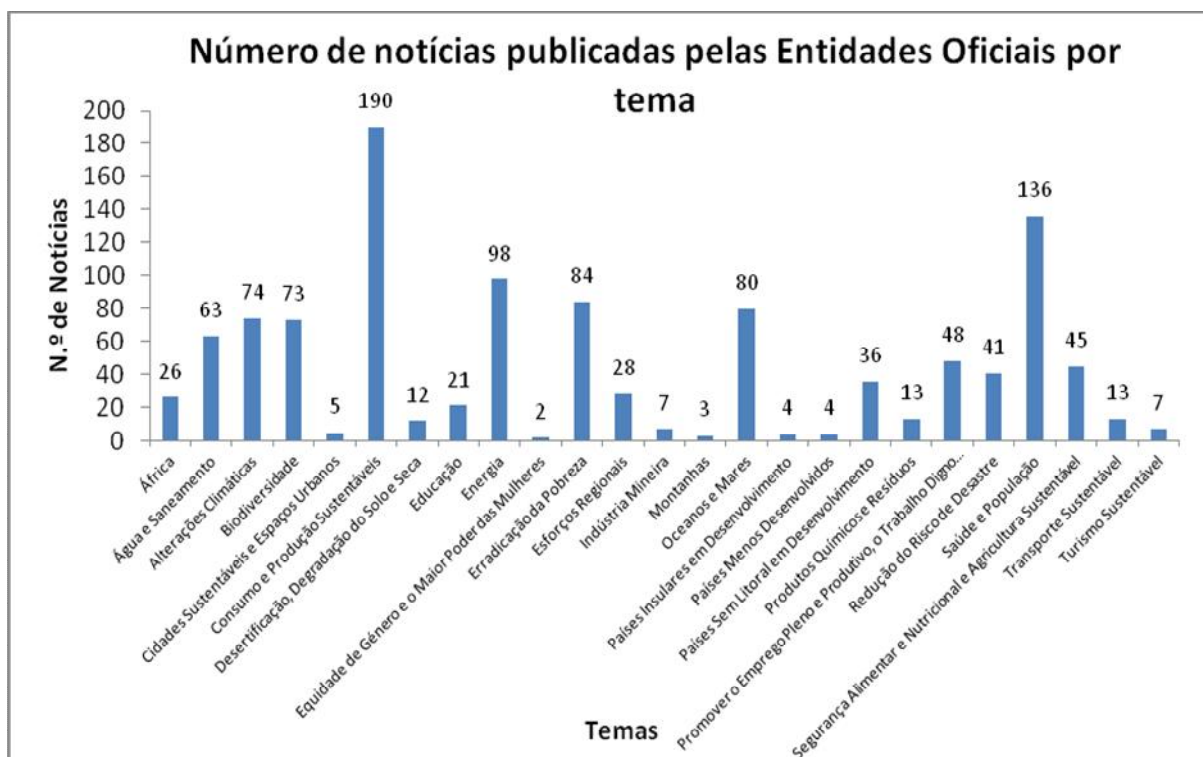


Gráfico 22 – Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema.

Segundo o Gráfico 22, os temas mais presentes nas notícias são o Consumo e Produção Sustentáveis, a Saúde e População e a Energia. (*cf.* apêndice XXIV) Estes resultados traduzem, por um lado, uma maior preocupação com o ser humano, pois os temas Consumo e Produção Sustentáveis e Saúde e População recaem em condições fundamentais de uma sociedade mais equitativa, e por outro, um grande interesse económico-financeiro, uma vez que a Energia constitui um setor em grande desenvolvimento e capaz de gerar enormes mais-valias.

No lado oposto surgem os temas menos vezes referidos, designadamente, a Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres, as Montanhas, os Países Insulares em Desenvolvimento e os Países Menos Desenvolvidos, os quais representam áreas temáticas consideradas menos prioritárias para as fontes.

Seguidamente, irá abordar-se a conotação atribuída às notícias, ou seja, que tipo de discurso está subentendido a cada notícia. A conotação pode ser Discurso Positivo, notícias onde as fontes concedem uma apreciação positiva à Conferência Rio+20, Discurso Neutro, notícias onde os atores sociais não imputaram qualquer conotação ao evento, e Discurso Negativo, notícias onde as fontes atribuíram uma apreciação negativa à Conferência.

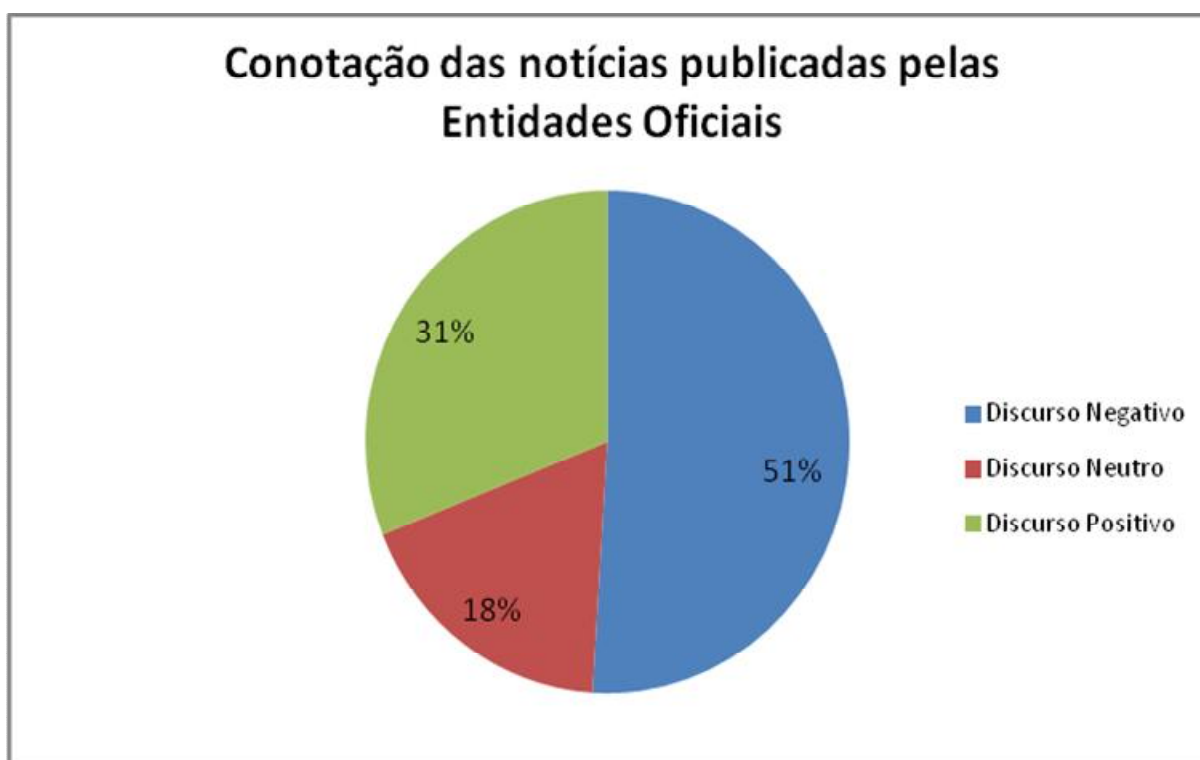


Gráfico 23 – Conotação das notícias publicadas pelas Entidades Oficiais.

Observando o Gráfico 23, verifica-se que o Discurso Negativo é o tipo de discurso proeminente, o que demonstra que na generalidade das notícias as fontes confessaram-se descontentes e/ou pessimistas com a Conferência Rio+20. (*cf.* apêndice XXV)

O Discurso Positivo também alberga um grande número de notícias, o que significa que bastantes atores sociais revelaram-se contentes e/ou otimistas com a Conferência.

Em relação ao Discurso Neutro, que abrange notícias onde não é mencionada qualquer tipo de conotação relativamente à Conferência Rio+20, é pertinente realçar que é aquele que menor de número de notícias apresenta.



Gráfico 24 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e fonte (ator social).

Segundo o Gráfico 24, é possível observar que nos temas predominantes, ou seja, Consumo e Produção Sustentáveis, Saúde e População e Energia, os atores sociais que mais se distinguiram foram as Entidades Não-Europeias e os Cidadãos. (cf. apêndice XXVI)

É ainda importante destacar, que os atores sociais acima indicados foram os que mais se destacaram relativamente a todos os temas, o que traduz a existência de um consenso entre diferentes fontes acerca dos mesmos, e revela um interesse temático alargado e não focado especificamente em algumas áreas.

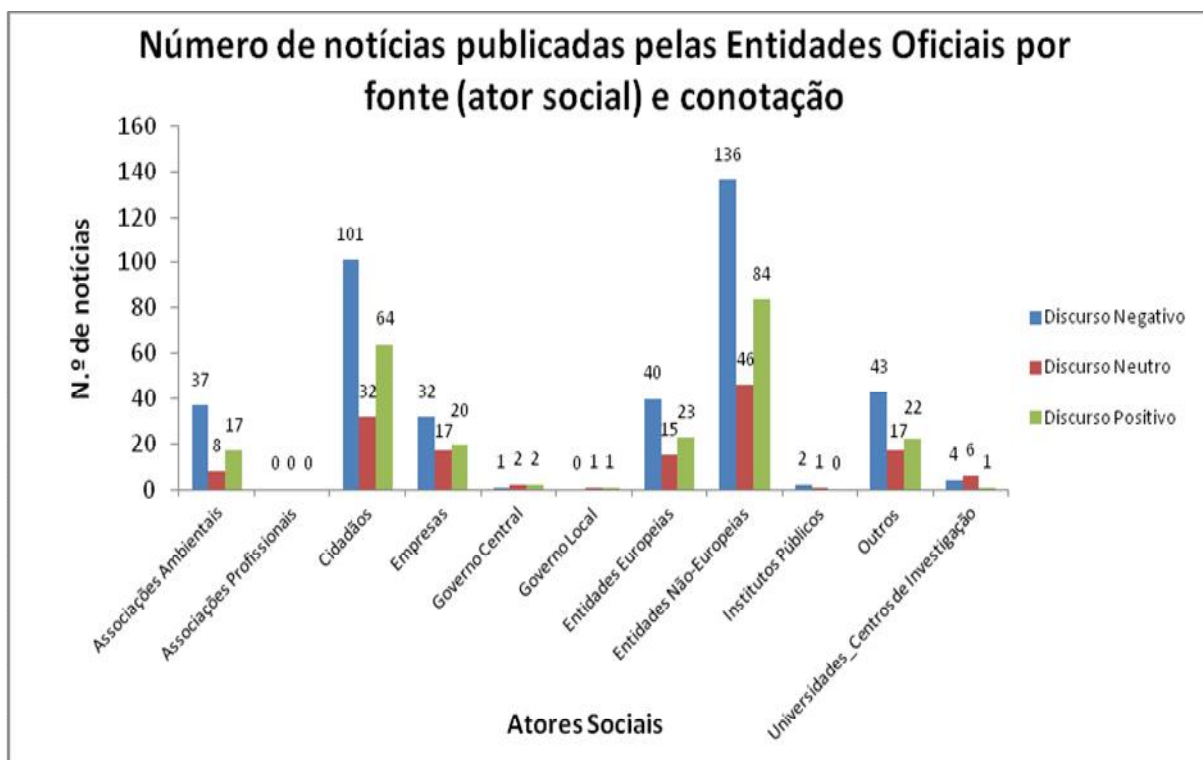


Gráfico 25 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por fonte (ator social) e conotação.

De acordo com o Gráfico 25, verifica-se que nos atores sociais mais presentes nas notícias, nomeadamente, Instituições Não-Europeias e Cidadãos, o Discurso Negativo é aquele que, nitidamente, mais se realça (*cf.* apêndice XXVII). As duas fontes mais solicitadas consideraram, assim, ter ficado desagradadas com a Conferência Rio+20.

Convém ainda destacar que na generalidade das fontes, o tipo de discurso dominante é precisamente o Negativo, o que significa a existência de uma opinião generalizada sobre a Conferência.

Em sentido contrário, apenas o Governo Central e o Governo Local apresentam o Discurso Positivo e Neutro como os discursos proeminentes, o que indica que, maioritariamente, não ficaram descontentes com a Conferência Rio+20.

Por último, é importante destacar as Universidades-Centros de Investigação, as quais apresentam como discurso dominante o Discurso Neutro, o que revela que, no geral, este ator social manifestou-se imparcial relativamente às notícias.

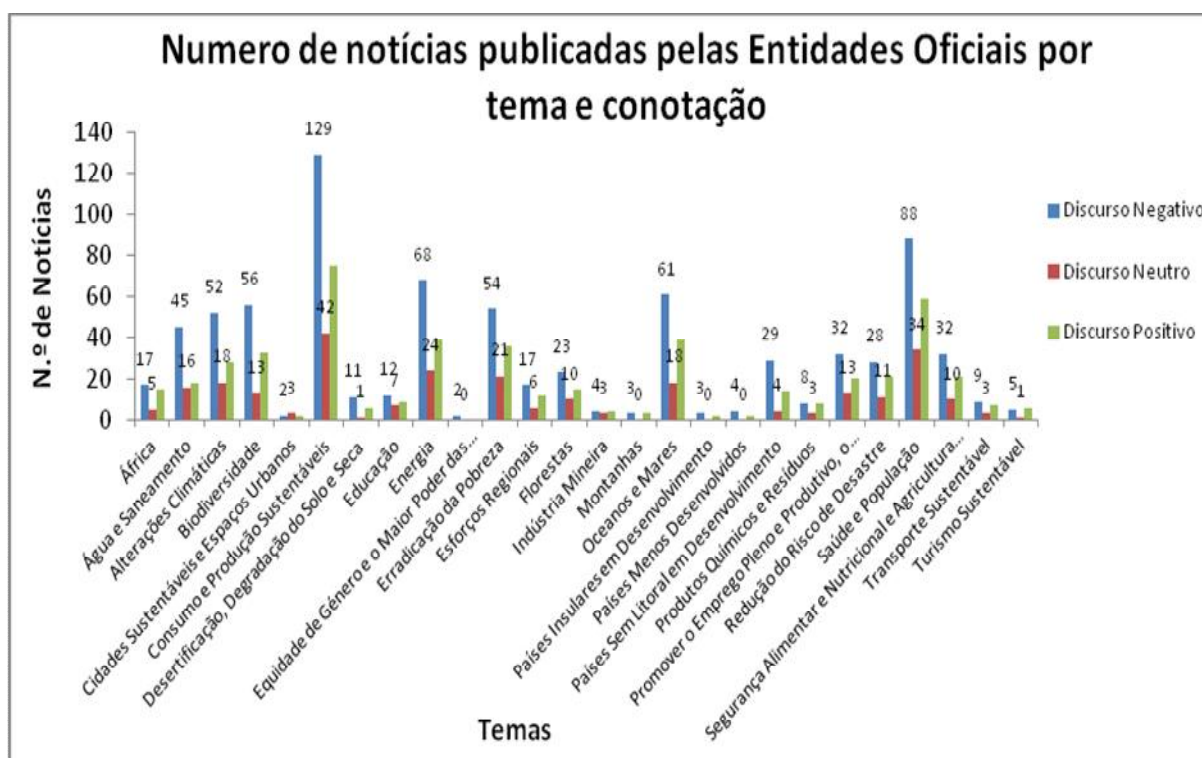


Gráfico 26 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e conotação.

Observando o Gráfico 26, constata-se que nos temas mais vezes citados nas notícias, nomeadamente, Consumo e Produção Sustentáveis, Saúde e População e Energia, o tipo de discurso dominante é o Negativo. (cf. apêndice XXVIII)

Estes dados traduzem que tanto os temas que recaem em condições essenciais de uma sociedade mais equitativa, nomeadamente, o Consumo e Produção Sustentáveis e a Saúde e População, como o que incide num setor em grande desenvolvimento e que tem a capacidade de gerar mais-valias importantes, designadamente, a Energia, não foram abordados da melhor forma na Conferência Rio+20.

É também possível constatar, através do gráfico acima indicado, que a generalidade dos temas tem intrínseco a si uma conotação negativa saliente, o que reflete a existência de um desagrado consensual a vários níveis.

Em sentido contrário, apenas o Turismo Sustentável apresenta o Discurso Positivo como o mais dominante, embora não se possa afirmar que, maioritariamente, exista satisfação em relação a este tema.

De realçar ainda, Indústria Mineira, Montanhas e Produtos Químicos e Resíduos, pois estes temas não possuem uma conotação saliente, conforme pode ser facilmente

comprovado pela igualdade registada no número de notícias com conotação negativa e positiva.

As Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos constituem o único tema que tem como conotação proeminente o Discurso Neutro, apesar de, na generalidade das notícias, existir uma conotação parcial.



Gráfico 27 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por fonte (ator social) e entidade.

Analisando o Gráfico 27, é possível observar que as Associações Ambientais constituem a entidade oficial que mais notícias divulgou quanto à maioria das fontes. (*cf.* apêndice XXIV)

Abordando especificamente os atores sociais mais proeminentes nas notícias, ou seja, as Entidades Não-Europeias e os Cidadãos, verifica-se que as Associações Ambientais, as Empresas e as Universidades-Centros de Investigação são as entidades mais salientes nas mesmas.

Convém ainda realçar, que a generalidade das entidades oficiais não publica a maioria dos atores sociais, o que indica a existência de uma cobertura limitada por parte da generalidade das entidades.

As Associações Ambientais, as Empresas, os Institutos Públicos e as Universidades-Centros de Investigação constituem as entidades oficiais que realizaram uma cobertura diversificada.

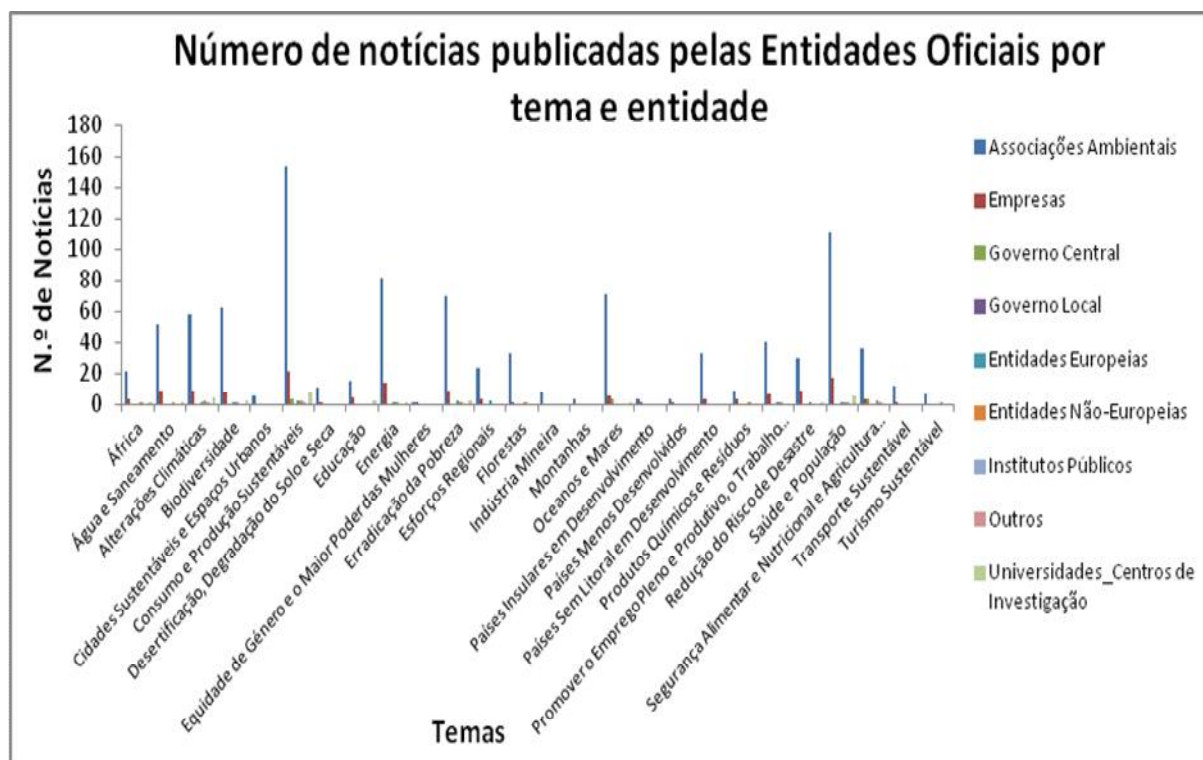


Gráfico 28 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e entidade.

Segundo o Gráfico 28, verifica-se que as Associações Ambientais são a entidade oficial dominante relativamente à totalidade dos temas. (cf. apêndice XXX)

Abordando os temas mais comuns nas notícias, nomeadamente, Consumo e Produção Sustentáveis, Saúde e População e Energia, é possível constatar que as entidades preponderantes são as Associações Ambientais, as Empresas e as Universidades-Centros de Investigação.

De destacar também, que à exceção das Associações Ambientais e das Empresas, as entidades oficiais não difundem a maioria dos temas, o que reflete uma cobertura limitada por parte de quase todas as entidades.

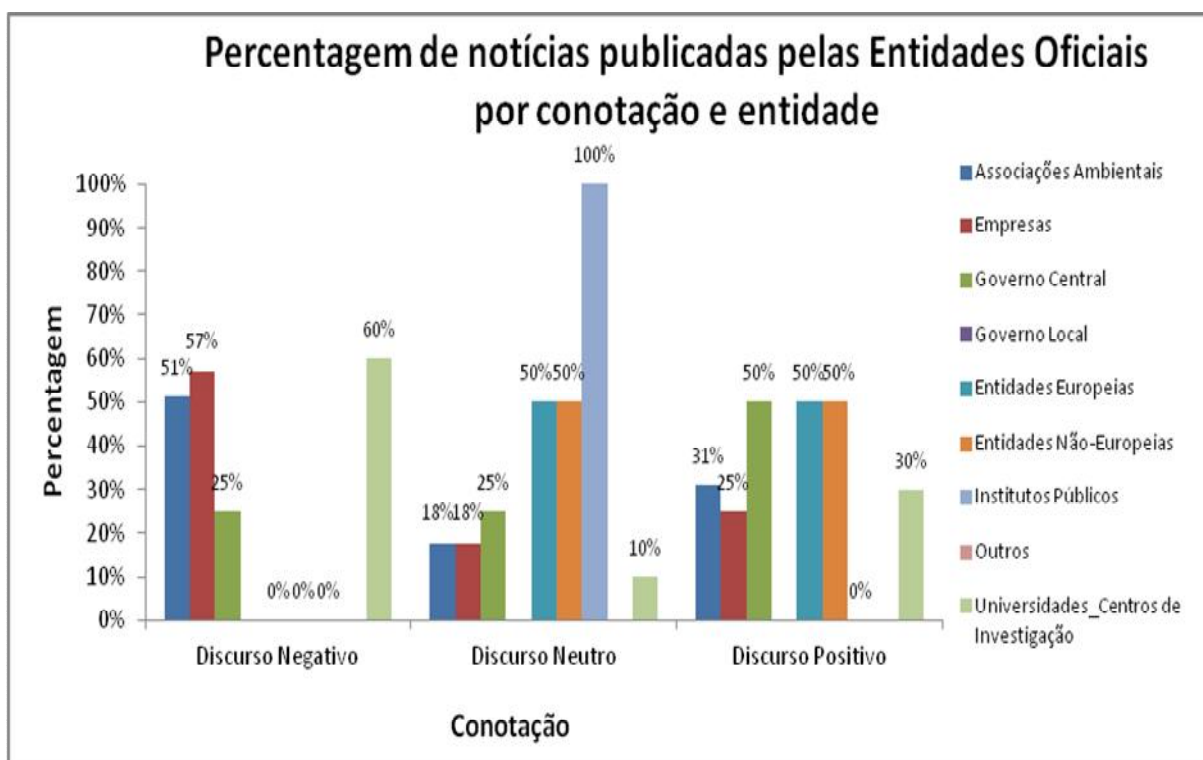


Gráfico 29 - Percentagem de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por conotação e entidade.

De acordo com o Gráfico 29, constata-se que apenas as Associações Ambientais, as Empresas e as Universidades-Centros de Investigação, possuem maior percentagem de notícias com conotação negativa. (cf. apêndice XXXI)

O Governo Central representa a única entidade oficial que tem no Discurso Positivo a maior percentagem de notícias, sendo que as Entidades Europeias e as Entidades Não-Europeias, constituem aquelas que possuem como conotações dominantes as conotações positiva e neutra, devido à igualdade registada nas respetivas percentagens.

Os Institutos Públicos são a única entidade que apresenta como conotação exclusiva a neutra, ou seja, em todas as notícias não foi atribuída qualquer conotação parcial.

O Governo Local e os Cidadãos caracterizam-se pela ausência de notícias, pelo que não é possível estabelecer qualquer conotação.

Deste modo, conclui-se, no essencial, que o Discurso Negativo predomina nas Associações Ambientais, nas Empresas e nas Universidades-Centros de Investigação, e que o Discurso Positivo é proeminente no Governo Central.

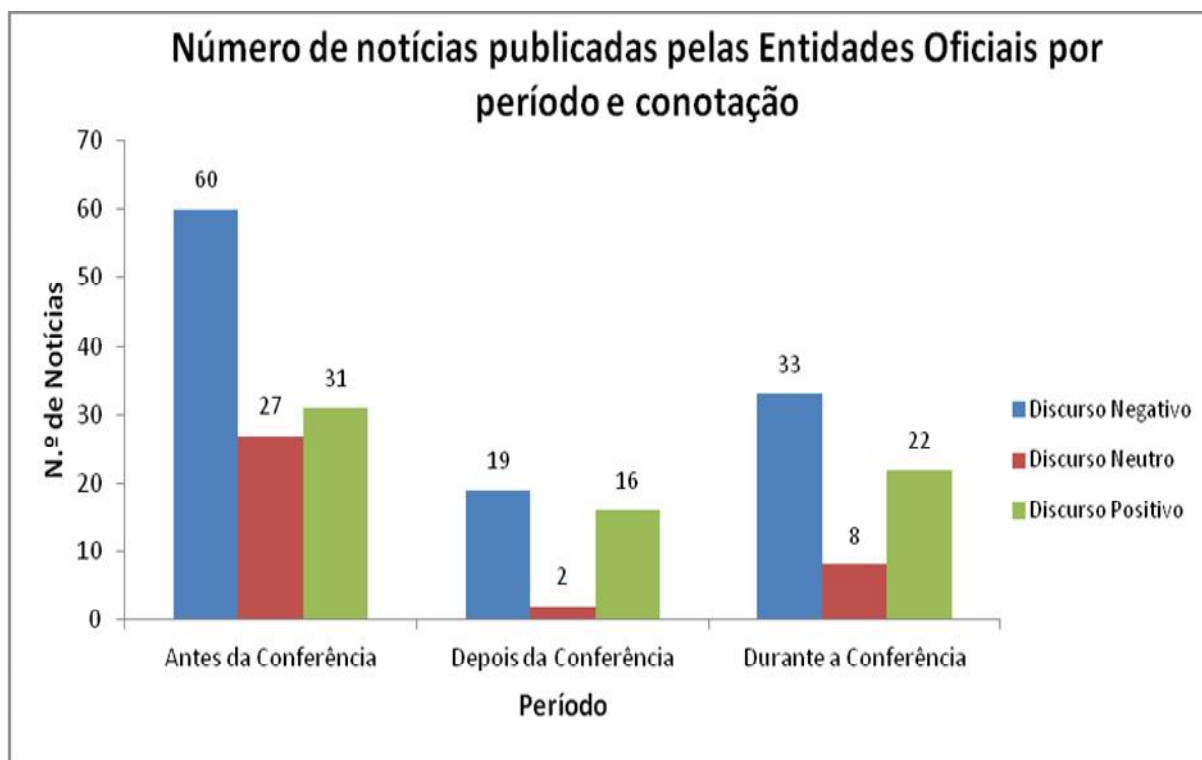


Gráfico 30 - Número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por período e conotação.

Observando o Gráfico 30, verifica-se que em todos os períodos, designadamente, Antes da Conferência, Durante a Conferência e Depois da Conferência, o tipo de discurso mais comum é o Discurso Negativo. (*cf.* apêndice XXXII)

De realçar o facto dos resultados alcançados serem iguais em todos os períodos, os quais exibem como discurso saliente o Discurso Negativo, seguindo do Discurso Positivo e por último do Discurso Neutro. Esta situação demonstra que as expetativas existentes antes e durante a conferência são proporcionais às apreciações manifestadas pelas diferentes fontes em relação aos resultados obtidos na Conferência, o que reflete que a cimeira nunca gerou grandes expetativas, pelos que os resultados alcançados foram os previstos.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES

As conferências Rio92 e Rio+20 têm muitos pontos comuns entre si, nomeadamente, ambas mobilizaram muitos setores da sociedade, levaram a debate imensas nações de todo o mundo, contribuíram para a elaboração de documentos importantes, debateram novas problemáticas e procuraram alcançar o desenvolvimento sustentável.

É precisamente aqui, no desenvolvimento de uma agenda de sustentabilidade, que reside o ónus das conferências.

Para se alcançar um Desenvolvimento Sustentável, que procura atender às necessidades e aspirações atuais sem comprometer as das gerações vindouras, têm de existir mudanças profundas nas políticas nacionais e internacionais de todas as nações, envolvendo objetivos sociais, ecológicos e económicos.

Cada nação terá de desenvolver as suas próprias políticas concretas, pois os sistemas económicos e sociais e as condições ecológicas diferem bastante de país para país. Contudo, independentemente dessas diferenças, torna-se imperioso pensar globalmente e agir localmente, de modo a que possamos assegurar, em conjunto, um desenvolvimento sustentável.

A análise das notícias relacionadas com a Rio+20, publicadas pelos diferentes meios de comunicação portugueses estudados, permitiu obter conclusões pertinentes.

A maioria das notícias foi publicada no mês de junho, mês da realização da Conferência Rio+20, sendo que a RTP, o Público e a Sábado representam os meios de comunicação que mais contribuíram para esse facto.

Relativamente à relevância das notícias verifica-se que a tipologia III, a qual se caracteriza por notícias onde a Conferência do Rio+20 apenas é referida muito brevemente, foi a tipologia proeminente.

As Entidades Não-Europeias e as Entidades Europeias foram as fontes mais presentes nas notícias, o que demonstra bem a importância dada à respetiva conferência.

Os temas mais abordados nas notícias foram o Consumo e Produção Sustentáveis, a Saúde e População e a Erradicação da Pobreza, os quais constituem requisitos básicos de uma sociedade justa e equilibrada.

Quanto à conotação atribuída à Conferência do Rio+20, constata-se que o Discurso Negativo foi o mais saliente, o que significa que, no geral, os atores sociais revelaram-se desagradados e/ou pessimistas com a mesma.

Em relação aos indicadores tema e fonte, é possível concluir que as Entidades Não-Europeias, os Cidadãos e os Outros são as fontes que mais se distinguiram quanto à maioria dos temas, o que traduz uma unanimidade entre diferentes atores sociais acerca dos temas que consideram mais importantes.

Relacionando os pressupostos fonte e conotação, verifica-se que o Discurso Negativo é aquele que prevalece sobre a maioria dos atores sociais, o que reflete um descontentamento generalizado com a Conferência Rio+20.

Abordando a relação existente entre tema e conotação, constata-se que grande parte dos temas tem inerentes a si uma apreciação negativa saliente, o que traduz, também aqui, uma insatisfação unânime a vários níveis.

Relativamente à interação fonte e meio de comunicação, é possível verificar que existe uma cobertura diferenciada por parte da maioria dos órgãos de comunicação. De realçar, o facto de o Público ter sido o meio de comunicação que mais notícias publicou acerca da maioria dos atores sociais.

Analisando os indicadores tema e meio de comunicação, conclui-se que somente metade dos órgãos de comunicação divulga a maioria dos temas, o que reflete a inexistência de uma cobertura diversificada por parte de diversos meios de comunicação. O Público foi o órgão de comunicação dominante em relação à generalidade dos temas.

Relacionando os pressupostos conotação e meio de comunicação, verifica-se que todos os órgãos de comunicação, excetuando o OJE e a Renascença, apresentam maior percentagem de notícias com apreciação negativa. De salientar também, que excluindo o Sol, o Discurso Negativo é, na generalidade, transversal em relação aos diversos meios de comunicação.

Se tivermos em consideração os períodos Antes, Durante e Depois da Conferência, observa-se que, em todos eles, o tipo de discurso mais comum é o Negativo, o que traduz a proporcionalidade entre as expectativas existentes antes e durante a conferência com as avaliações demonstradas pelas diversas fontes em relação aos resultados obtidos na mesma, ou seja, os resultados alcançados foram os esperados.

A análise das notícias relacionadas com a Rio+20, publicadas pelas diversas entidades oficiais avaliadas, também possibilitou a obtenção de importantes conclusões.

A maioria das notícias foi divulgada no mês de junho, mês da realização da Conferência, sendo que as Associações Ambientais, as Empresas e as Universidades-Centros de Investigação constituem as entidades oficiais que mais colaboraram para essa situação.

Quanto à relevância das notícias observa-se que a tipologia III, a qual se caracteriza por notícias onde a Conferência do Rio+20 somente é referida muito brevemente, foi a tipologia dominante.

As Entidades Não-Europeias e os Cidadãos foram os atores sociais mais comuns nas notícias, o que traduz a grande mobilização que o evento despertou.

Os temas mais divulgados nas notícias foram o Consumo e Produção Sustentáveis, a Saúde e População e a Energia. Enquanto que os primeiros incidem em condições fundamentais de uma sociedade mais equitativa, o último recai num setor em grande expansão e com capacidade de promover grandes mais-valias.

Relativamente à conotação atribuída à Conferência do Rio+20, verifica-se que o Discurso Negativo foi o mais dominante, o que indica que, no geral, os atores sociais confessaram-se descontentes e/ou pessimistas com esta.

Em relação aos indicadores tema e fonte, é possível constatar que as Entidades Não-Europeias e os Cidadãos foram as fontes que mais se destacaram quanto à totalidade dos temas, o que reflete a existência de um consenso entre diferentes atores sociais sobre os temas que consideram mais pertinentes.

Confrontando os pressupostos fonte e conotação, observa-se que o Discurso Negativo é aquele que predomina na maioria das fontes, o que representa um desagrado generalizado acerca da Conferência.

Abordando a conexão tema e conotação, é possível verificar que a generalidade dos temas tem inerentes a si uma conotação negativa proeminente, o que reflete, igualmente aqui, um descontentamento consensual a vários níveis.

Quanto à relação existente entre fonte e entidade oficial, constata-se que existe uma cobertura limitada por parte da maioria das entidades. De destacar, a circunstância de as Associações Ambientais terem sido a entidade oficial que mais notícias comunicou quanto à generalidade dos atores sociais.

Analisando os pressupostos tema e entidade, conclui-se que, excetuando as Associações Ambientais e as Empresas, as entidades oficiais não divulgam a generalidade dos temas, o que traduz uma cobertura limitada por parte de quase todas as entidades. As Associações Ambientais são a entidade oficial saliente em relação à totalidade dos temas.

Relacionando os indicadores conotação e entidade, observa-se que apenas as Associações Ambientais, as Empresas e as Universidades-Centros de Investigação exibem

uma maior percentagem de notícias com conotação negativa, o que significa que o Discurso Negativo não é, maioritariamente, transversal relativamente às diversas entidades oficiais.

Quanto aos períodos Antes, Durante e Depois da Conferência, verifica-se que, em todos eles, o tipo de discurso dominante é o Negativo, o que demonstra que as expetativas existentes antes e durante a conferência são proporcionais às apreciações expressas pelos diversos atores sociais em relação aos resultados alcançados na mesma, ou seja, a cimeira nunca gerou grandes expetativas, pelo que os resultados obtidos foram os previstos.

Comparando a análise da comunicação social com a análise das entidades oficiais, é possível observar que os resultados são bastante idênticos, diferindo somente em alguns aspetos.

Abordando os pontos convergentes é fundamental destacar os seguintes:

- ✚ A maioria das notícias foi divulgada no mês de junho, mês da realização da Conferência Rio+20;
- ✚ As notícias da tipologia III, ou seja, aquelas onde a Conferência do Rio+20 apenas é referida muito brevemente, foram as proeminentes;
- ✚ O discurso negativo foi o discurso dominante na maioria das notícias;
- ✚ Existência de um consenso entre os diferentes atores sociais salientes acerca dos temas que consideram mais pertinentes;
- ✚ O discurso negativo foi o discurso que predominou sobre a generalidade dos atores sociais;
- ✚ A generalidade dos temas tem inerente a si uma conotação negativa, o que traduz uma insatisfação consensual a vários níveis;
- ✚ Inexistência de uma cobertura diversificada por parte da maioria dos meios de comunicação/entidades oficiais em relação à generalidade dos temas;
- ✚ O discurso mais comum nos diversos períodos da conferência é o negativo, o que demonstra que a cimeira nunca gerou grandes expetativas, pelo que os resultados obtidos foram os previstos.

Como pontos divergentes é essencial realçar os seguintes:

- ✚ As fontes mais presentes nas notícias divulgadas pelos meios de comunicação social portugueses são setorialmente semelhantes entre si, ao contrário das fontes mais comuns nas notícias publicadas pelas entidades oficiais, as quais são setorialmente distintas;

- ✚ Os temas mais abordados nas notícias difundidas pelos órgãos de comunicação social portuguesa incidem, na totalidade, em requisitos básicos de uma sociedade mais equitativa, em contraponto com aqueles que foram mais vezes divulgados pelas entidades oficiais, dos quais dois recaem em condições essenciais de uma sociedade mais equilibrada e um num setor gerador de grande interesse económico-financeiro.
- ✚ A generalidade dos meios de comunicação portugueses realizou uma cobertura diferenciada em relação às fontes, enquanto que a maioria das entidades oficiais efetuou uma cobertura limitada relativamente às mesmas;
- ✚ O discurso negativo é, maioritariamente, transversal quanto aos diversos meios de comunicação, sendo que em relação às diferentes entidades oficiais o mesmo não se aplica.

De realçar que, de todos os temas dominantes, apenas a Energia consta das áreas prioritárias listadas por Ishwaran, nomeadamente, criação de emprego, segurança alimentar, água, energia, cidades sustentáveis, oceanos e desastres naturais. Um outro aspeto interessante que deve ser referido é o facto da saúde humana, área que quase não foi mencionada, segundo Minayo, ter sido das que mais se destacaram na comunicação social portuguesa e nas entidades oficiais estudadas. Estas discrepâncias representam diferenças significativas entre os vários países, sendo que cada um tem as suas próprias áreas de interesse, dando mais relevância aquelas que considera mais importantes para um desenvolvimento adequado.

Tendo em conta as opiniões emitidas pelos diferentes atores sociais relativamente à Conferência Rio+20, constata-se que esta gerou sentimentos opostos em relação à apreciação da mesma, apesar da conotação negativa ser a que predomina.

Assim, apesar de os problemas e temas ambientais globais serem debatidos e noticiados, verifica-se que o aumento da degradação do ambiente não tem gerado respostas firmes e consensuais por parte dos órgãos decisores, adiando consecutivamente o problema. Posto isto, fica a questão: Até quando?

V.1. Limitações do Trabalho

O trabalho elaborado apresenta algumas limitações evidentes, nomeadamente:

- Os meios de comunicação selecionados para este estudo, apesar de estarem devidamente fundamentados, apenas constituem uma pequena parte da comunicação social portuguesa;

- O horizonte temporal da análise é relativamente curto (6 meses).
- Na entidade oficial Outros não foram definidas as subclasses Analistas, Chris Jordan Fernando Henrique Cardoso e Gro Harlem Brundtland, pois estas não possuem um site próprio de publicação de notícias.

V.2. Pistas para Investigações Futuras

A realização deste estudo estimulou o interesse para alguns temas passíveis de desenvolvimento em outros trabalhos, designadamente:

- Efetuar um estudo comparativo entre as notícias publicadas na Conferência Rio92 e as divulgadas na Conferência Rio+20, afim de determinar se existem semelhanças quanto aos impactes que as mesmas provocaram nos diversos atores sociais;
- Realizar uma análise das notícias sobre a Conferência Rio+20, tendo em consideração os principais meios de comunicação internacionais, de modo a aferir se os resultados são idênticos aos obtidos para os órgãos de comunicação portugueses;
- Utilizar uma metodologia semelhante à utilizada nesta dissertação, em futuras conferências similares, de modo a poder estabelecer-se comparações efetivas acerca das mesmas.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia citada

- Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragens e Circulação [APCT]. (2012). http://www.apct.pt/Analise_simples.php. Acedido a 10 de Outubro, 2012 de APCT em <http://www.apct.pt>.
- Beckers, T. (2012). After Rio+20: From patchy achievements to sustained reform. *Environmental Development* 3, 1-4.
- Byrne, J. & Glover, L. (2002). A Common Future or Towards a Future Commons: Globalization and Sustainable Development since UNCED In http://www.ceep.udel.edu/publications/sustainabledevelopment/publications/2002_sd_common_future.pdf. Acedido a 13 de Maio de 2012 em <http://www.ceep.udel.edu/ceep.html>.
- Comissão Europeia Direção-Geral Ambiente [CEDGA]. (2006). http://ec.europa.eu/environment/biodiversity/international/pdf/leaflet_pt.pdf. Acedido a 13 de Maio, 2012 de CEDGA em <http://ec.europa.eu/>.
- Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável [CNUDS]. (2011). <http://www.rio20.info/2012/historia-do-desenvolvimento-sustentavel>. Acedido a 13 de Maio, 2012 de CNUDS em <http://www.rio20.info>.
- Goosen, M. (2012). Environmental management and sustainable development. *Procedia Engineering* 33, 6-13
- Guimarães, R. (2001, 2.º Semestre). La Sostenibilidad del Desarrollo entre Rio-92 y Johannesburgo 2002: Eramos Felices y no Sabiamos In <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v4n9/16873.pdf>. Acedido a 13 de Maio de 2012 em <http://www.scielo.br/>.
- Halbert, C. L. & Erbguth, W. (1999). The Challenge of Environmental Law as a Tool for Balancing Environmental and Economic Interests, in the Search for Sustainable Development. *Limnologica* 29, 362-365
- Hertsgaard, M. (2012). Déjà Vu at Rio+20. *The Nation*, 7-8.
- Ishwaran, N. (2012). After Rio+20: Translating words in action. *Environmental Development* 4, 184-185

- Ives, J. (1993). Beyond UNCED: A Strategic Plan of Action In <http://digitalcommons.macalester.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1411&context=himalaya>. Acedido a 13 de Maio de 2012 em <http://digitalcommons.macalester.edu/himalaya/>.
- Khalil, N. (2011). Sustainable Environment: Issues and Solutions from the Perspective of Facility Managers. *Procedia Engineering* 20, 458-465
- Koltun, P. (2010). Materials and sustainable development. *Progress in Natural Science: Materials International* 20, 16–29
- Lijing, Y. et al. (2011). Sustainable Development and Formation of Harmonious Nature. *Energy Procedia* 5, 629-632
- Marktest. (2012). <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~1a21.aspx>. Acedido a 10 de Outubro, 2012 de Marktest em www.marktest.com.
- Marktest. (2012). <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~196b.aspx>. Acedido a 10 de Outubro, 2012 de Marktest em www.marktest.com.
- Marktest. (2012). <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~19ea.aspx>. Acedido a 10 de Outubro, 2012 de Marktest em www.marktest.com.
- Marktest. (2012). <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~1a5d.aspx>. Acedido a 10 de Outubro, 2012 de Marktest em www.marktest.com.
- Menon, M. (1994). O Que a Ciência Pode Fazer pelo Desenvolvimento Sustentável? *Estudos Avançados* 8(20), 10-14
- Minayo, M. C. S. (2012). Rio+20: Challenges of Development for Health and Sustainability. *Environmental Health Perspectives* 120(9), A 340
- Munang, R. & Thiaw, I. (2012). Rio+20 outcomes recognize the value of biodiversity and ecosystems: Implications for global, regional and national policy. *Ecosystem Services* 1, 121-122
- Newel, P. (2000). Globalisation and The New Politics of Sustainable Development. *Institute of Development Studies, UK*, 31-39
- Nihoul, J. C. J. (1998). Modelling Sustainable Development as a Problem in Earth Science. *Mathl. Comput. Modelling Vol. 28, No. 10*, 1-6
- Novaes, W. (1992). Eco-92: avanços e interrogações In <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a05.pdf>. Acedido a 20 de Maio de 2012 em <http://www.scielo.br>.

- QSR Internacional. (2012).
<http://download.qsrinternational.com/Document/NVivo10/NVivo10-Getting-Started-Guide.pdf>. Acedido a 20 de Setembro, 2012 de QSR Internacional em
<http://www.qsrinternational.com>.
- Rodrigues, V. (2009). *Desenvolvimento Sustentável: Uma introdução crítica*. Parede: Príncipeia.
- Singh, S. et al. (2012). Health at the Rio+20 negotiations. *The Lancet* 380, 5-6
- Song, Y. (2011). Ecological city and urban sustainable development. *Procedia Engineering* 21, 142-146
- Strong, M. (2001). Eco'92: Critical Challenges and Global Solutions. *Journal of International Affairs*, Vol.44 Issue 2, 287-300
- United Nations [UN]. (1987).
<http://www.un-documents.net/ocf-01.htm>. Acedido a 11 de Junho, 2012 de UN em
<http://www.un.org>.
- United Nations [UN]. (1987).
<http://www.un-documents.net/ocf-02.htm>. Acedido a 11 de Junho, 2012 de UN em
<http://www.un.org>.
- United Nations [UN]. (1987).
<http://www.un-documents.net/ocf-cf.htm>. Acedido a 11 de Junho, 2012 de UN em
<http://www.un.org>.
- United Nations [UN]. (1987).
<http://www.un-documents.net/ocf-ov.htm>. Acedido a 11 de Junho, 2012 de UN em
<http://www.un.org>.
- United Nations [UN]. (1987).
<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. Acedido a 11 de Junho, 2012 de UN em
<http://www.un.org>.
- United Nations [UN]. (1992).
<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>. Acedido a 20 de Maio, 2012 de UN em <http://www.un.org>.
- United Nations [UN]. (1992).
<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-3annex3.htm>. Acedido a 20 de Maio, 2012 de UN em <http://www.un.org>.
- United Nations [UN]. (2011).

- <http://www.uncsd2012.org/meetings.html>. Acedido a 30 de maio, 2015 de UN em <http://www.uncsd2012.org/>.
- United Nations [UN]. (2012). <http://www.un.org/en/sustainablefuture/>. Acedido a 20 de Maio, 2012 de UN em <http://www.un.org>.
 - United Nations Department of Economic and Social Affairs (UNDESA). (2009). <http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/>. Acedido a 20 de Maio, 2012 de UNDESA em <http://www.un.org/esa/dsd>.
 - United Nations Department of Economic and Social Affairs (UNDESA). (2009). http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/res_agenda21_00.shtml. Acedido a 13 de Maio, 2012 de UNDESA em <http://www.un.org/esa/dsd>.
 - United Nations Department of Economic and Social Affairs (UNDESA). (2009). http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/res_agenda21_01.shtml. Acedido a 20 de Maio, 2012 de UNDESA em <http://www.un.org/esa/dsd>.
 - United Nations Framework Convention on Climate Change [UNFCCC]. (2012). http://unfccc.int/essential_background/convention/items/6036.php. Acedido a 13 de Maio, 2012 de UNFCCC em <http://unfccc.int>.
 - United Nations Framework Convention on Climate Change [UNFCCC]. (2012). http://unfccc.int/essential_background/items/6031.php. Acedido a 13 de Maio, 2012 de UNFCCC em <http://unfccc.int>.
 - United Nations Framework Convention on Climate Change [UNFCCC]. (2012). <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>. Acedido a 13 de Maio, 2012 de UNFCCC em <http://unfccc.int>.
 - United Nations Sustainable Development Knowledge Platform [UNSDKP]. (2012). <http://sustainabledevelopment.un.org/majorgroups.html>. Acedido a 16 de Dezembro, 2012 de UNSDKP em <http://sustainabledevelopment.un.org/>.
 - United Nations Sustainable Development Knowledge Platform [UNSDKP]. (2012). <http://sustainabledevelopment.un.org/rio20.html>. Acedido a 16 de Dezembro, 2012 de UNSDKP em <http://sustainabledevelopment.un.org/>.
 - United Nations Sustainable Development Knowledge Platform [UNSDKP]. (2012). http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E. Acedido a 18 de Dezembro, 2012 de UNSDKP em <http://sustainabledevelopment.un.org/>.

Bibliografia de referência das diversas áreas abordadas

- Amigos da Terra. (2013).
http://amigosdaterra.net/info/080513_adt/component/search/?searchword=rio%2B20&ordering=&searchphrase=exact. Acedido a 4 de Setembro, 2013 de Amigos da Terra em http://amigosdaterra.net/info/080513_adt/.
- Assine Já. (2012).
<http://www.assineja.pt/Detailhe/tabid/111/itemID/VI/IdTipoItem/1/Default.aspx>. Acedido a 10 de Outubro, 2012 de Assine Já em <http://www.assineja.pt>.
- Cofina. (2010). <http://www.cofinamedia.xl.pt/publicidade/cm/papel/index.shtml>. Acedido a 10 de Outubro, 2012 de Cofina em <http://www.cofinamedia.xl.pt>.
- Cofina. (2010). <http://www.cofinamedia.xl.pt/publicidade/destak/papel/index.shtml>. Acedido a 10 de Outubro, 2012 de Cofina em <http://www.cofinamedia.xl.pt>.
- Cofina. (2010). <http://www.cofinamedia.xl.pt/publicidade/sabado/papel/index.shtml>. Acedido a 10 de Outubro, 2012 de Cofina em <http://www.cofinamedia.xl.pt>.
- Comissão Europeia. (2013).
http://ec.europa.eu/geninfo/query/resultaction.jsp?ResultCount=25&Collection=EuropaFull&ResultMaxDocs=200&SourceQueryText=portugal01&qtype=simple&DefaultLG=pt&ResultTemplate=%2Fresult_pt.jsp&page=1&QueryText=%22rio%2B20%22#queryText=%22rio%2B20%22&tab=europa&verity_source=portugal01&locale=pt. Acedido a 2 de Setembro, 2013 de Comissão Europeia em http://ec.europa.eu/portugal/comissao/index_pt.htm.
- Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável [CNADS]. (2010). http://www.cnads.pt/index.php?option=com_docman&Itemid=84. Acedido a 3 de Setembro, 2013 de CNADS em <http://www.cnads.pt/>.
- Convention on Biological Diversity [CBD]. (2012). <http://www.cbd.int/convention/text/>. Acedido a 20 de Maio, 2012 de CBD em <http://www.cbd.int>.
- Convention on Biological Diversity [CBD]. (2012). <http://www.cbd.int/history/>. Acedido a 20 de Maio, 2012 de CBD em <http://www.cbd.int>.
- Convention on Biological Diversity [CBD]. (2012). <http://www.cbd.int/intro/>. Acedido a 20 de Maio, 2012 de CBD em <http://www.cbd.int>.

- Correio da Manhã. (2011). <http://pesquisa.cmjornal.xl.pt/?q=rio%2B20>. Acedido a 20 de Agosto, 2012 de Correio da Manhã em <http://www.cmjornal.xl.pt>.
- Destak. (2012). <http://www.destak.pt/pesquisa?q=rio%2B20>. Acedido a 18 de Agosto, 2012 de Destak em www.destak.pt.
- Eni. (2013). http://www.eni.com/portal/search/search.do?keyword=%22rio%2B20%22&x=0&y=0&locale=en_IT&header=search. Acedido a 7 de Setembro, 2013 de Eni em http://www.eni.com/en_IT/home.html.
- Expresso. (2012). <http://www.google.com/cse?cx=partner-pub-9486303979574677%3Awgdgz1e0nvo&ie=ISO-8859-1&q=rio%2B20&siteurl=expresso.sapo.pt%2F&ref=www.google.pt%2Furl%3Fsa%3D%26rct%3Dj%26q%3Dexpresso%26source%3Dweb%26cd%3D1%26sqi%3D2%26ved%3D0CB8QFjAA%26url%3Dhttp%253A%252F%252Fexpresso.sapo.pt%252F%26ei%3DeyF7UJuXNsyHhQfVh4GoAw%26usg%3DAFQjCNEJS0MDcYrtndWkY2hfID55EMgkmQ&ss=1181j375985j6#gsc.tab=0&gsc.q=%22rio%2B20%22>. Acedido a 19 de Agosto, 2012 de Expresso em <http://expresso.sapo.pt/>.
- Governo de Portugal. (2013). <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-do-ambiente-ordenamento-do-territorio-e-energia.aspx>. Acedido a 2 de Setembro, 2013 de Governo de Portugal em <http://www.portugal.gov.pt/pt.aspx>.
- Greenpeace. (2013). <http://www.greenpeace.org/international/en/System-templates/Search-results/?all=%22rio%2B20%22>. Acedido a 4 de Setembro, 2013 de Greenpeace em <http://www.greenpeace.org/international/en/>.
- Mercado, M. T. (2012). Media Representations of Climate Change in the Argentinean Press. *Journalism Studies* 13:2, 193-209
- Microsoft. (2013). <http://search.microsoft.com/pt-pt/results.aspx?form=MSHOME&setlang=pt-pt&q=%22rio%2B20%22>. Acedido a 7 de Setembro, 2013 de Microsoft em <http://www.microsoft.com/pt-pt/default.aspx>.
- Natural Resources Defense Council [NRDC]. (2013). <http://www.nrdc.org/>. Acedido a 4 de Setembro, 2013 de NRDC em <http://www.nrdc.org/search.asp?cof=FORID%3A11&ie=UTF-8&q=%22rio%2B20%22&cx=001024953138106184952%3Alevppyfplwy&hq=-inurl%3Ahttps&t=iframe>.

- O Jornal Económico [OJE]. (2008). <http://oje.pt/noticias/internacional/oje---o-jornal-economico>. Acedido a 10 de Outubro, 2012 de OJE em <http://www.oje.pt>.
- O Jornal Económico [OJE]. (2008). <http://www.oje.pt/pesquisa.aspx?TextoPesquisaNoticias=%22rio%2B20%22&imageField.x=0&imageField.y=0>. Acedido a 18 de Agosto, 2012 de OJE em <http://www.oje.pt>.
- Oxfam. (2013). http://www.oxfam.org/en/search/apachesolr_search/%22RIO%252B20%22, Acedido a 4 de Setembro, 2013 de Oxfam em <http://www.oxfam.org/>.
- Presidência da República Portuguesa. (2013). <http://www.presidencia.pt/?action=2>. Acedido a 2 de Setembro, 2013 de Presidência da República Portuguesa em <http://www.presidencia.pt/>.
- Primo, J. & Mateus, D. (2014). Normas para a elaboração e apresentação de teses de doutoramento (v.5). *Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Reitoria*
- Público. (2012). <http://www.publico.pt/Search/1/?q=rio+20>. Acedido a 20 de Agosto, 2012 de Público em <http://www.publico.pt>.
- Público. (2012). <http://www.publico.pt/Sociedade/a-maior-lixeria-brasileira-a-ceu-aberto-foi-finalmente-encerrada-1548843>. Acedido a 20 de Agosto, 2012 de Público em <http://www.publico.pt>.
- QSR Internacional. (2012). http://www.qsrinternational.com/other-languages_portuguese.aspx. Acedido a 24 de Outubro, 2012 de QSR Internacional em <http://www.qsrinternational.com/>.
- Quercus. (2013). <http://www.quercus.pt>. Acedido a 5 de Setembro, 2013 de Quercus em <http://www.quercus.pt>.
- Rádio Renascença [RR]. (2012). <http://rr.sapo.pt/pesquisa.aspx?p=%22RIO+20%22>. Acedido a 16 de Agosto, 2012 de RR em <http://rr.sapo.pt>.
- Rádio Televisão Portuguesa [RTP]. (2012). <http://pesquisa.rtp.pt/Default.aspx?q=rio%2B20>. Acedido a 15 de Agosto, 2012 de RTP em <http://www.rtp.pt/homepage/>.
- Rádio Televisão Portuguesa [RTP]. (2012). <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=563476&tm=8&layout=123&visual=61>. Acedido a 15 de Agosto, 2012 de RTP em <http://www.rtp.pt/homepage/>.

- Rádio Televisão Portuguesa [RTP]. (2012).
<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=565158&tm=7&layout=122&visual=61>.
Acedido a 15 de Agosto, 2012 de RTP em <http://www.rtp.pt/homepage/>.
- Sábado. (2012).
<http://www.sabado.pt/Pesquisa.aspx?keysearch=12&q=rio+20&df=01-01-2012&dt=31-07-2012&p=/%>. Acedido a 17 de Agosto, 2012 de Sábado em www.sabado.pt.
- Sol. (2011). <http://sol.sapo.pt/pesquisa/default.aspx?search=rio+20&domain=pt>.
Acedido a 19 de Agosto, 2012 de Sol em <http://sol.sapo.pt/inicio/default.aspx>.
- Superbrands. (2008). Case Studies. Retirado a 10 de Outubro, 2012, em
http://www.superbrands.com/pt/pdfs/vol5_case_studies/EXPRESSO.pdf.
- Telefonía Sem Fios [TSF]. (2012).
<http://www.tsf.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa=RIO+20>. Acedido a 16 de Agosto, 2012 de TSF em <http://www.tsf.pt>.
- Televisão Independente [TVI]. (2012).
<http://www.tvi.iol.pt/pesquisa/noticias/rio%25252B20/1>. Acedido a 15 de Agosto, 2012 de TVI em <http://www.tvi.iol.pt>.
- Union for Ethical BioTrade [UEBT]. (2013).
<http://ethicalbiotrade.org/?x=0&y=0&s=%22RIO%2B20%22>. Acedido a 7 de Setembro, 2013 de UEBT em <http://ethicalbiotrade.org/>.
- United Nations [UN]. (1997).
<http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>. Acedido a 20 de Maio, 2012 de UN em <http://www.un.org>.
- United Nations [UN]. (2013).
http://search.un.org/search?ie=utf8&site=un_org&output=xml_no_dtd&client=UN_W ebsite_en&num=10&lr=lang_en&proxystylesheet=UN_Website_en&oe=utf8&q=%2 2rio%2B20%22&Submit=Go. Acedido a 3 de Setembro, 2013 de UN em <http://www.un.org/en/>.
- United Nations Foundation. (2013).
<http://www.unfoundation.org/search/search.jsp?query=%22rio%2B20%22>. Acedido a 7 de Setembro, 2013 de United Nations Foundation em <http://www.unfoundation.org/>.
- Universidade de Brasília. (2008). <http://www.unb.br/>. Acedido a 3 de Setembro, 2013 de Universidade de Brasília em "rio 20" site:www.unb.br.

- Visão. (2012).

<http://www.google.com/cse?cx=partner-pub-3278816075826143%3Ae8pb81f4qpt&ie=ISO-8859-1&q=rio%2B20&sa=&siteurl=visao.sapo.pt%2F&ref=www.google.com%2Furl%3Fsa%3Dt%26rct%3Dj%26q%3D%26esrc%3Ds%26source%3Dweb%26cd%3D1%26ved%3D0CB4QFjAA%26url%3Dhttp%253A%252F%252Fvisao.sapo.pt%252F%26ei%3DVh57ULGdB9CIhQeQ1oCoDw%26usg%3DAFQjCNEfqkdpdkPDDubco0dv9FM4Sz4fgw&ss=1104j325234j6#gsc.tab=0&gsc.q=%22rio%2B20%22>. Acedido a 17 de Agosto, 2012 de Visão em <http://visao.sapo.pt/>.

- World Wide Fund for Nature [WWF]. (2013). <http://wwf.panda.org/>. Acedido a 5 de Setembro, 2013 de WWF em <http://wwf.panda.org/index.cfm?uGlobalSearch=%22RIO%2B20%22>.

APÊNDICES

Apêndice I - Tabela referente à codificação efetuada para o indicador Fonte

Indicador	Categorias	Palavras-chave
Fonte	Governo Central	Passos Coelho; Assunção Cristas; Cavaco Silva; Paulo Portas.
	Governo Local	Câmaras Municipais; Autarquias; Autarcas.
	Entidades Europeias	UE; Peter Altmaier (Ministro Federal Alemão do Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear); Durão Barroso (Presidente da Comissão Europeia); François Hollande (Presidente da França); Janez Potocnik (Comissário Europeu para o Ambiente); Mónica Westernen (Porta-voz do Comissário Europeu para o Ambiente); União Europeia; Merkel (Presidente da Alemanha); David Cameron (Primeiro-ministro do Reino Unido); Comissão Europeia; Ida Auken (Ministra Dinamarquesa do Ambiente); Autoridades Europeias; Europa; Alemanha; Reino Unido; Dinamarca; França.
	Entidades Não-Europeias	Dilma Rousseff (Presidente do Brasil); Hillary Clinton (Secretária de Estado dos Estados Unidos); Ban Ki-Moon (Secretário-geral da Organização das Nações Unidas); ONU; António Patriota (Ministro Brasileiro para as Relações Exteriores); Izabella Teixeira (Ministra Brasileira para o Ambiente); Sharon Burrow (Secretária-geral da Confederação Internacional Sindical); Confederação Internacional dos Sindicatos; Graciela Rodrigues (Comité Facilitador); Pedro Afonso de Paulo (Secretário de Estado do Ambiente); Luiz Alberto Figueiredo (Subsecretário-geral do Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil); Instituições Internacionais; Chefes de Estado; António Guterres (Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados); Obama (Presidente dos Estados Unidos); Putin (Presidente da Rússia); Marina Silva (Senadora pelo Acre e Ex-ministra do Ambiente do Brasil); Estados Unidos; EUA; Canadá; China; Austrália; Brasil; Índia; Japão; Coreia do Sul; Rússia;

			José Pepe Mujica (Presidente do Uruguai); Raúl Castro (Presidente de Cuba); Evo Morales (Presidente da Bolívia); Chefes de Governo; Governos; Países; Botswana; África do Sul; Moçambique; Maldivas; Indonésia; CPLP.
	Universidades/Centros de Investigação	Outras;	Institutos de Investigação; Universidades.
		Universidade de Aveiro;	Universidade de Aveiro; Carlos Borrego.
		Universidade de Brasília.	Universidade de Brasília.
	Instituto Público		Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável; Luísa Schmidt; Entidades Públicas
	Associação Ambiental	Amigos da Terra;	Amigos da Terra.
		Avaaz;	Avaaz.
		Conselho de Defesa dos Recursos;	Conselho de Defesa dos Recursos Naturais
		Greenpeace;	Greenpeace.
		Oxfam;	Oxfam.
		Quercus;	Quercus; Francisco Ferreira.
		WWF.	WWF; Fundo Mundial para a Natureza.
	Empresas	Eni;	Eni.
		Fundação das Nações Unidas;	Fundação das Nações Unidas.
		Fundação EDP;	Fundação EDP.
		GDF Suez;	GDF Suez.
		Microsoft;	Microsoft;
		Outras;	Empresas.
		Renault-Nissan;	Renault-Nissan.
		União do Biocomércio Ético.	União Biocomércio Ético; UEBT.
	Cidadãos		Indígenas; Índios; Sociedade Civil; Cidadãos; Brittany Trilford; Cidadã; Mulheres; Pessoas; Sociedade
		Analistas;	Analistas; Especialista; Especialistas; Filipe Duarte Santos.
		Bancos;	Bancos.
		Chris Jordan;	Vídeo

	Outros	Coro Infantil de Santo Amaro de Oeiras;		Coro Infantil de Santo Amaro de Oeiras.
		Escolas;		Escolas.
		Fernando Henrique Cardoso;		Fernando Henrique Cardoso.
		Gro Harlem Brundtland;		Gro Harlem Brundtland.
		Ong's:	AMI;	Fernando Nobre; AMI.
			ONG's não especificadas	ONG; Organização Não Governamental; Organizações Não Governamentais.
		Vaticano.		Vaticano; Igreja.

Apêndice II - Tabela referente à codificação efetuada para o indicador Tema

Indicador	Categorias	Palavras-chave
Tema	Erradicação da Pobreza	Pobreza; Pobres
	Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável	Agricultura; Segurança Alimentar
	Água e Saneamento	Água; Saneamento
	Energia	Energia; Eficiência Energética; Combustíveis Fósseis
	Turismo Sustentável	-
	Transporte Sustentável	Transporte; Transportes; Veículos
	Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos	Reabilitação Urbana; Consumo e Cidades Sustentáveis
	Saúde e População	Saúde; População; Pessoas; Seres Humanos; Estilo de Vida; Futuro que queremos
	Promover o Emprego Pleno e Produtivo, o Trabalho Digno para todos e Proteção Social	Paradigma Social; Modelo Económico; Emprego; Empregabilidade; Inclusão Social; Empregos; Desafios ambientais, sociais e económicos; Questões Sociais; Problemas Sociais; Causas Sociais; Diretrizes Políticas Ambientais, Económicas e Sociais; Paradigma Económico e Social; Desenvolvimento Económico
	Oceanos e Mares	Pescas; Oceanos; Mares; Mar; Ambiente Marinho; Rios, Lagos
	Países Insulares em Desenvolvimento	Ilhas
	Países Menos Desenvolvidos	Países menos Desenvolvidos
	Países Sem Litoral em Desenvolvimento	Países em Desenvolvimento
	África	África; Continente Africano
	Esforços Regionais	Esforços; Maior Envolvimento e Recursos
	Redução do Risco de Desastre	Menor Agressão ao Meio Ambiente; Menores Impactos Ambientais; Redução de Agressão à Natureza; Danos Ambientais; Efeitos; Desastres Naturais; Caminhar para o Fim; Urgentemente; Urgente; Preservar o Ambiente; Degradar o Ambiente; Salvar o Património Ambiental; Ambiente Protegido; Proteger o Ambiente
	Alterações Climáticas	Clima; Alterações Climáticas; Aquecimento Global
	Florestas	Florestas; Áreas Desflorestadas
	Biodiversidade	Biodiversidade; Recursos Naturais; Ecossistemas

	Desertificação, Degradação do Solo e Seca	Uso do Solo; Solos; Degradação dos Oceanos e Solos
	Montanhas	Montanhas
	Produtos Químicos e Resíduos	Resíduos; Produtos Químicos
	Consumo e Produção Sustentáveis	Inclusiva e em Harmonia com a Natureza; Eficiência de Recursos; Eficiência dos Recursos; Consumo Sustentável; Consumo e Cidades Sustentáveis; Redução dos Consumos; Produção e Consumo Sustentáveis; Redução dos Consumos; Emissões Poluentes; Limitação de Emissões com Efeito Estufa; Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade; Comida; Alimentos; Alimentação; Fome
	Indústria Mineira	Mineração
	Educação	Educação
	Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres	Igualdade em relação aos Homens; Igualdade de Géneros

Apêndice III - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo dos meses

	Destak	Oje	Correio da Manhã	Público	Expresso	Sol	Renascença	TSF	Sábado	Visão	RTP	TVI
Janeiro	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Fevereiro	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
Março	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	1	2
Abril	0	2	1	3	0	0	0	0	0	0	1	3
Maiο	0	1	1	13	0	1	0	0	5	2	4	5
Junho	17	7	15	54	35	7	19	6	40	27	58	21
Julho	0	1	2	1	1	0	1	0	2	2	1	1

Apêndice IV - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de maio

	Destak	Oje	Correio da Manhã	Público	Expresso	Sol	Renascença	TSF	Sábado	Visão	RTP	TVI
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
10	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1
11	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	1	0
15	0	1	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0
16	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
17	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
18	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
19	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
31	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1

Apêndice V - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de junho

	Destak	Oje	Correio da Manhã	Público	Expresso	Sol	Renascença	TSF	Sábado	Visão	RTP	TVI
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
4	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
5	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
6	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	0	0	0	1	0	2	1	0	0	0	1	0
9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	1	0	0	0	0	0	2	1	0	0	1	0
13	4	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0
14	2	2	0	1	0	0	3	1	0	1	0	2
15	4	0	0	2	1	0	4	1	0	1	1	2
16	1	2	1	2	0	1	0	2	0	0	2	2
17	2	1	3	6	2	3	1	2	1	0	6	0
18	6	2	0	4	1	1	5	0	2	0	3	1
19	6	2	2	4	1	1	8	3	2	1	2	6
20	5	1	0	4	1	2	6	2	4	0	2	11
21	8	2	0	5	0	5	14	4	5	0	4	10
22	8	1	0	2	0	0	4	1	3	3	1	4
23	2	1	1	3	0	2	3	1	2	0	2	0
24	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
25	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1
26	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
27	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Apêndice VI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social ao longo do mês de julho

	Destak	Oje	Correio da Manhã	Público	Expresso	Sol	Renascença	TSF	Sábado	Visão	RTP	TVI
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
10	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Apêndice VII - Tabela referente à relevância das notícias publicadas pela Comunicação Social

	Relevância
Tipo I	142
Tipo II	79
Tipo III	153

Apêndice VIII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por Fonte (Ator Social)

	Fontes (Actores Sociais)
Associação Ambiental	23
Cidadãos	53
Empresas	24
Governo Central	24
Governo Local	3
Entidades Europeias	71
Entidades Não-Europeias	132
Instituto Público	3
Outros	44
Universidades-Centros de Investigação	7

Apêndice IX - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por Tema

	Tema da Notícia
África	5
Água e Saneamento	22
Alterações Climáticas	20
Biodiversidade	29
Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos	3
Consumo e Produção Sustentáveis	126
Desertificação, Degradação do Solo e Seca	4
Educação	2
Energia	27
Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres	2
Erradicação da Pobreza	43
Esforços Regionais	9
Florestas	5
Indústria Mineira	1
Montanhas	1
Oceanos e Mares	32
Países Insulares em Desenvolvimento	1
Países Menos Desenvolvidos	3
Países Sem Litoral em Desenvolvimento	21
Produtos Químicos e Resíduos	4
Promover o Emprego Pleno e Produtivo, o Trabalho Digno para Todos e Proteção Social	24
Redução do Risco de Desastre	22
Saúde e População	49
Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável	18
Transporte Sustentável	3
Turismo Sustentável	0

Apêndice X - Tabela referente à conotação das notícias publicadas pela Comunicação Social

	Conotação Atribuída
Discurso Negativo	106
Discurso Neutro	20
Discurso Positivo	70

Apêndice XI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e fonte (ator social)

	Associação Ambiental	Cidadãos	Empresas	Governo Central	Governo Local	Entidades Europeias	Entidades Não-Europeias	Instituto Público	Outros	Universidades-Centros de Investigação
África	0	3	2	0	0	2	5	0	3	2
Água e Saneamento	2	12	3	1	0	4	13	0	8	1
Alterações Climáticas	6	8	3	0	0	7	9	0	8	0
Biodiversidade	7	12	2	0	0	7	10	0	11	3
Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0
Consumo e Produção Sustentáveis	11	38	7	13	2	22	98	3	31	4
Desertificação, Degradação do Solo e Seca	0	1	0	0	0	3	1	0	0	0
Educação	0	1	0	0	0	0	2	0	1	1
Energia	4	12	5	1	0	3	18	0	6	1
Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Erradicação da Pobreza	2	16	5	1	0	8	30	0	17	1
Esforços Regionais	0	2	0	0	0	1	5	0	2	0
Florestas	0	3	1	0	0	0	2	0	3	1
Oceanos e Mares	2	11	2	8	0	6	9	0	12	1
Países Menos Desenvolvidos	0	1	0	0	0	1	3	0	1	0
Países Sem Litoral em Desenvolvimento	1	4	1	0	0	3	20	0	6	0
Produtos Químicos e Resíduos	0	1	2	1	0	1	1	0	1	0
Promover o Emprego Pleno e Produtivo, o Trabalho Digno para Todos e Proteção Social	1	6	2	1	0	2	10	0	8	2
Redução do Risco de Desastre	0	6	1	0	0	3	6	0	7	1
Saúde e População	4	25	4	1	2	2	33	0	23	4
Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável	1	4	0	5	0	2	4	0	6	0
Transporte Sustentável	0	2	1	0	0	0	0	0	1	0

Apêndice XII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por fonte (ator social) e conotação

	Discurso Negativo	Discurso Neutro	Discurso Positivo
Associação Ambiental	19	1	14
Cidadãos	39	8	31
Empresas	19	2	14
Governo Central	17	2	20
Governo Local	3	0	2
Entidades Europeias	65	2	41
Entidades Não-Europeias	99	19	66
Instituto Público	3	0	2
Outros	38	4	23
Universidades-Centros de Investigação	5	0	5

Apêndice XIII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e conotação

	Discurso Negativo	Discurso Neutro	Discurso Positivo
África	4	0	4
Água e Saneamento	15	5	13
Alterações Climáticas	17	1	10
Biodiversidade	26	1	14
Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos	1	1	2
Consumo e Produção Sustentáveis	92	19	65
Desertificação, Degradação do Solo e Seca	4	0	3
Educação	1	1	0
Energia	18	5	14
Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres	2	0	1
Erradicação da Pobreza	36	5	22
Esforços Regionais	8	1	4
Florestas	4	1	3
Indústria Mineira	1	0	1
Montanhas	1	0	1
Oceanos e Mares	25	4	23
Países Insulares em Desenvolvimento	1	0	1
Países Menos Desenvolvidos	3	0	1
Países Sem Litoral em Desenvolvimento	13	5	12
Produtos Químicos e Resíduos	3	0	2
Promover o Emprego Pleno e Produtivo, o Trabalho Digno para Todos e Proteção Social	14	7	13
Redução do Risco de Desastre	18	1	13
Saúde e População	39	6	25
Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável	15	1	14
Transporte Sustentável	2	0	3
Turismo Sustentável	0	0	0

Apêndice XIV - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por fonte (ator social) e publicação

	Destak	Oje	Correio da Manhã	Público	Expresso	Sol	Renascença	TSF	Sábado	Visão	RTP	TVI
Associação Ambiental	1	0	0	5	4	2	1	0	1	4	4	1
Associação Profissional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cidadãos	2	2	0	15	7	2	3	1	4	4	11	2
Empresas	1	1	0	6	2	1	2	1	3	4	2	1
Governo Central	2	0	0	5	4	0	2	0	3	2	4	2
Governo Local	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Entidades Europeias	6	1	2	13	10	1	1	2	14	7	10	4
Entidades Não-Europeias	11	3	2	26	18	3	5	2	17	16	22	7
Instituto Público	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0
Outros	1	0	1	11	6	1	5	1	6	4	4	4
Universidades-Centros de Investigação	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	2	1

Apêndice XV - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por tema e publicação

	Destak	Oje	Correio da Manhã	Público	Expresso	Sol	Renascença	TSF	Sábado	Visão	RTP	TVI
África	0	0	0	1	0	0	0	0	2	1	1	0
Água e Saneamento	0	1	0	8	1	1	2	0	3	2	1	3
Alterações Climáticas	0	0	1	6	2	2	1	0	2	2	2	2
Biodiversidade	0	0	1	9	1	1	1	1	5	3	3	4
Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Consumo e Produção Sustentáveis	10	3	1	28	18	3	6	2	16	14	20	5
Desertificação, Degradação do Solo e Seca	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0
Educação	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Energia	1	2	0	6	4	2	1	0	4	4	1	2
Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Erradicação da Pobreza	1	2	1	13	6	2	2	1	5	5	4	1
Esforços Regionais	0	1	0	2	1	0	2	1	0	1	0	1
Florestas	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	1
Indústria Mineira	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Montanhas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Oceanos e Mares	1	1	0	12	3	1	2	0	5	3	1	3
Países Insulares em Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Países Menos Desenvolvidos	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0
Países Sem Litoral em Desenvolvimento	0	1	0	7	5	1	1	0	4	1	0	1
Produtos Químicos e Resíduos	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1
Promover o Emprego Pleno e Produtivo, o Trabalho Digno para Todos e Proteção Social	1	0	0	7	2	1	0	1	4	2	5	1
Redução do Risco de Desastre	0	0	2	5	1	1	1	0	5	3	2	2
Saúde e População	2	3	0	15	5	3	2	0	4	4	7	4
Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável	1	0	0	7	1	0	0	0	3	3	1	2
Transporte Sustentável	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Turismo Sustentável	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Apêndice XVI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pela Comunicação Social por conotação e publicação

	Destak	Oje	Correio da Manhã	Público	Expresso	Sol	Renascença	TSF	Sábado	Visão	RTP	TVI
Discurso Negativo	8	1	2	22	15	2	4	2	15	11	17	7
Discurso Neutro	2	1	1	4	3	1	1	0	2	1	4	0
Discurso Positivo	4	1	0	14	10	1	4	1	8	9	12	6

Apêndice XVII - Tabela referente à percentagem de notícias publicadas pela Comunicação Social por período e conotação

	Discurso Negativo	Discurso Neutro	Discurso Positivo
Antes da Conferência	50,6%	14,8%	34,6%
Durante a Conferência	54,9%	8,5%	36,6%
Depois da Conferência	60,6%	3,0%	36,4%

Apêndice XVIII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo dos meses

	Associação Ambiental	Empresas	Governo Central	Governo Local	Entidades Europeias	Entidades Não-Europeias	Instituto Público	Outros	Universidades_Centros de Investigação
Janeiro	25	4	0	0	0	1	0	0	0
Fevereiro	21	1	0	0	0	0	1	0	0
Março	45	5	0	0	1	0	0	0	0
Abril	41	4	1	0	0	0	0	0	1
Maio	55	13	0	0	0	2	0	0	6
Junho	268	35	3	0	3	7	0	0	9
Julho	8	3	0	0	0	0	0	0	2

Apêndice XIX - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de maio

	Associações Ambientais	Empresas	Governo Central	Governo Local	Entidades Europeias	Entidades Não-Europeias	Institutos Públicos	Outros	Universidades_Centros de Investigação
1	2	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	2	0	0	0	0	0	0	0	0
10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	1	0	0	0	0	0	0	0	0
12	2	0	0	0	0	0	0	0	0
13	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	1	0	0	0	0	0	0	0	1
16	1	0	0	0	0	0	0	0	0
17	0	1	0	0	0	0	0	0	0
18	1	1	0	0	0	0	0	0	0
19	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21	1	1	0	0	0	0	0	0	0
22	1	1	0	0	0	0	0	0	1
23	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25	1	0	0	0	0	0	0	0	0
26	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	0	1	0	0	0	0	0	0	0
29	1	0	0	0	0	0	0	0	0
30	1	0	0	0	0	0	0	0	0
31	1	0	0	0	0	0	0	0	0

Apêndice XX - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de junho

	Associações Ambientais	Empresas	Governo Central	Governo Local	Entidades Europeias	Entidades Não-Europeias	Institutos Públicos	Outros	Universidades_Centros de Investigação
1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
2	1	0	0	0	0	0	0	0	1
3	1	0	0	0	0	0	0	0	0
4	1	0	0	0	0	0	0	0	0
5	2	0	0	0	0	0	0	0	0
6	2	0	0	0	0	0	0	0	0
7	1	0	0	0	0	0	0	0	0
8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	2	0	0	0	0	0	0	0	0
10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	1	0	0	0	0	0	0	0	0
12	3	0	0	0	0	0	0	0	1
13	1	0	0	0	0	0	0	0	0
14	4	1	0	0	0	1	0	0	0
15	7	1	1	0	0	0	0	0	0
16	4	0	0	0	0	0	0	0	0
17	6	0	0	0	0	0	0	0	0
18	7	5	1	0	0	0	0	0	1
19	15	1	0	0	0	0	0	0	0
20	10	3	0	0	0	0	0	0	0
21	14	1	1	0	0	0	0	0	0
22	13	0	0	0	2	0	0	0	1
23	7	0	0	0	0	0	0	0	0
24	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25	4	0	0	0	0	0	0	0	0
26	3	0	0	0	0	0	0	0	0
27	2	1	0	0	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0	1	0	0	0
29	1	1	0	0	0	0	0	0	0
30	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Apêndice XXI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais ao longo do mês de julho

	Associações Ambientais	Empresas	Governo Central	Governo Local	Entidades Europeias	Entidades Não-Europeias	Institutos Públicos	Outros	Universidades_Centros de Investigação
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0	0	0	1
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	0	1	0	0	0	0	0	0	0
10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17	0	1	0	0	0	0	0	0	0
18	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	1	0	0	0	0	0	0	0	0

Apêndice XXII - Tabela referente à relevância das notícias publicadas pelas Entidades Oficiais

	Relevância
Tipo I	214
Tipo II	131
Tipo III	220

Apêndice XXIII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por Fonte (Ator Social)

	Fontes (Atores Sociais)
Associações Ambientais	46
Associações Profissionais	0
Cidadãos	149
Empresas	52
Governo Central	4
Governo Local	2
Entidades Europeias	58
Entidades Não-Europeias	204
Institutos Públicos	3
Outros	66
Universidades_Centros de Investigação	10

Apêndice XXIV - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por Tema

	Tema
África	26
Água e Saneamento	63
Alterações Climáticas	74
Biodiversidade	73
Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos	5
Consumo e Produção Sustentáveis	190
Desertificação, Degradação do Solo e Seca	12
Educação	21
Energia	98
Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres	2
Erradicação da Pobreza	84
Esforços Regionais	28
Indústria Mineira	7
Montanhas	3
Oceanos e Mares	80
Países Insulares em Desenvolvimento	4
Países Menos Desenvolvidos	4
Países Sem Litoral em Desenvolvimento	36
Produtos Químicos e Resíduos	13
Promover o Emprego Pleno e Produtivo, o Trabalho Digno para Todos e Proteção Social	48
Redução do Risco de Desastre	41
Saúde e População	136
Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável	45
Transporte Sustentável	13
Turismo Sustentável	7

Apêndice XXV - Tabela referente à conotação das notícias publicadas pelas Entidades Oficiais

	Conotação Atribuída
Discurso Negativo	141
Discurso Neutro	51
Discurso Positivo	85

Apêndice XXVI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e fonte (ator social)

	Associações Ambientais	Associações Profissionais	Cidadãos	Empresas	Governo Central	Governo Local	Entidades Europeias	Entidades Não-Europeias	Institutos Públicos	Outros	Universidades-Centros de Investigação
África	9	0	23	9	0	0	7	26	0	8	0
Água e Saneamento	20	0	47	21	0	0	18	61	0	25	2
Alterações Climáticas	21	0	55	28	0	2	27	71	2	21	3
Biodiversidade	26	0	53	22	1	1	28	69	1	25	4
Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos	5	0	5	0	1	0	4	5	0	5	0
Consumo e Produção Sustentáveis	40	0	134	44	4	2	56	184	3	63	10
Desertificação, Degradação do Solo e Seca	6	0	9	2	0	0	3	12	0	7	1
Educação	0	0	15	6	0	0	6	19	0	10	2
Energia	32	0	82	38	1	1	29	95	1	34	3
Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres	1	0	2	0	0	0	0	2	0	1	0
Erradicação da Pobreza	19	0	63	26	0	1	24	82	0	28	5
Esforços Regionais	6	0	18	6	0	1	6	27	1	5	1
Florestas	19	0	28	13	1	0	10	31	1	11	2
Indústria Mineira	2	0	7	1	0	0	3	7	0	4	0
Montanhas	0	0	2	0	0	0	0	3	0	1	0
Oceanos e Mares	32	0	62	24	4	0	23	78	0	23	2
Países Insulares em Desenvolvimento	1	0	3	1	0	0	1	4	0	1	0
Países Menos Desenvolvidos	1	0	4	2	0	0	1	4	0	2	0
Países Sem Litoral em Desenvolvimento	9	0	23	10	0	0	9	36	1	7	1
Produtos Químicos e Resíduos	3	0	12	6	0	0	3	13	0	3	0
Promover o Emprego Pleno e Produtivo, o Trabalho Digno para Todos e Proteção Social	15	0	40	13	1	1	18	47	0	18	2
Redução do Risco de Desastre	11	0	34	19	0	1	9	40	1	9	1
Saúde e População	36	0	119	46	1	2	40	128	2	40	9
Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável	19	0	35	15	4	1	16	45	1	18	2
Transporte Sustentável	4	0	12	2	0	0	3	13	0	4	0
Turismo Sustentável	0	0	6	2	0	0	1	7	0	1	0

Apêndice XXVII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por fonte (ator social) e conotação

	Discurso Negativo	Discurso Neutro	Discurso Positivo
Associações Ambientais	37	8	17
Associações Profissionais	0	0	0
Cidadãos	101	32	64
Empresas	32	17	20
Governo Central	1	2	2
Governo Local	0	1	1
Entidades Europeias	40	15	23
Entidades Não-Europeias	136	46	84
Institutos Públicos	2	1	0
Outros	43	17	22
Universidades_Centros de Investigação	4	6	1

Apêndice XXVIII - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e conotação

	Discurso Negativo	Discurso Neutro	Discurso Positivo
África	17	5	15
Água e Saneamento	45	16	18
Alterações Climáticas	52	18	28
Biodiversidade	56	13	33
Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos	2	3	2
Consumo e Produção Sustentáveis	129	42	75
Desertificação, Degradação do Solo e Seca	11	1	6
Educação	12	7	9
Energia	68	24	39
Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres	2	0	0
Eradicação da Pobreza	54	21	36
Esforços Regionais	17	6	12
Florestas	23	10	15
Indústria Mineira	4	3	4
Montanhas	3	0	3
Oceanos e Mares	61	18	39
Países Insulares em Desenvolvimento	3	0	2
Países Menos Desenvolvidos	4	0	2
Países Sem Litoral em Desenvolvimento	29	4	14
Produtos Químicos e Resíduos	8	3	8
Promover o Emprego Pleno e Produtivo, o Trabalho Digno para Todos e Proteção Social	32	13	20
Redução do Risco de Desastre	28	11	21
Saúde e População	88	34	59
Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável	32	10	21
Transporte Sustentável	9	3	7
Turismo Sustentável	5	1	6

Apêndice XXVIV - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por fonte (ator social) e entidade

	Associações Ambientais	Empresas	Governo Central	Governo Local	Entidades Europeias	Entidades Não-Europeias	Institutos Públicos	Outros	Universidades_Centros de Investigação
Associações Ambientais	46	0	0	0	0	0	0	0	0
Associações Profissionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cidadãos	125	16	0	0	1	1	1	0	5
Empresas	35	13	0	0	0	1	1	0	2
Governo Central	1	0	3	0	0	0	0	0	0
Governo Local	0	0	0	0	1	0	1	0	0
Entidades Europeias	40	9	2	0	2	1	1	0	3
Entidades Não-Europeias	170	19	3	0	2	2	1	0	7
Institutos Públicos	1	1	0	0	0	0	1	0	0
Outros	52	6	2	0	1	0	1	0	4
Universidades_Centros de Investigação	5	1	0	0	0	0	1	0	3

Apêndice XXX - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por tema e entidade

	Associações Ambientais	Empresas	Governo Central	Governo Local	Entidades Europeias	Entidades Não-Europeias	Institutos Públicos	Outros	Universidades_Centros de Investigação
África	21	3	0	0	0	1	0	0	1
Água e Saneamento	52	9	0	0	0	1	0	0	1
Alterações Climáticas	58	8	0	0	1	2	1	0	4
Biodiversidade	62	7	0	0	1	1	0	0	2
Cidades Sustentáveis e Espaços Urbanos	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Consumo e Produção Sustentáveis	154	21	3	0	2	2	1	0	7
Desertificação, Degradação do Solo e Seca	11	1	0	0	0	0	0	0	0
Educação	15	4	0	0	0	0	0	0	2
Energia	81	14	0	0	1	1	0	0	1
Equidade de Género e o Maior Poder das Mulheres	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Erradicação da Pobreza	70	9	0	0	2	1	0	0	2
Esforços Regionais	23	3	0	0	2	0	0	0	0
Florestas	33	1	0	0	0	1	0	0	0
Indústria Mineira	7	0	0	0	0	0	0	0	0
Montanhas	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Oceanos e Mares	71	5	3	0	0	0	0	0	1
Países Insulares em Desenvolvimento	3	1	0	0	0	0	0	0	0
Países Menos Desenvolvidos	3	1	0	0	0	0	0	0	0
Países Sem Litoral em Desenvolvimento	33	3	0	0	0	0	0	0	0
Produtos Químicos e Resíduos	9	3	0	0	0	1	0	0	0
Promover o Emprego Pleno e Produtivo, o Trabalho Digno para Todos e Proteção Social	40	6	0	0	1	1	0	0	0
Redução do Risco de Desastre	30	9	0	0	1	0	0	0	1
Saúde e População	111	17	0	0	1	1	1	0	5
Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável	36	3	3	0	0	2	1	0	0
Transporte Sustentável	12	1	0	0	0	0	0	0	0
Turismo Sustentável	6	0	0	0	0	1	0	0	0

Apêndice XXXI - Tabela referente ao número de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por conotação e entidade

	Associações Ambientais	Empresas	Governo Central	Governo Local	Instituições Europeias	Instituições Internacionais	Institutos Públicos	Outros	Universidades_Centros de Investigação
Discurso Negativo	118	16	1	0	0	0	0	0	6
Discurso Neutro	41	5	1	0	1	1	1	0	1
Discurso Positivo	71	7	2	0	1	1	0	0	3

Apêndice XXXII - Tabela referente à percentagem de notícias publicadas pelas Entidades Oficiais por período e conotação

	Discurso Negativo	Discurso Neutro	Discurso Positivo
Antes da Conferência	50,8%	22,9%	26,3%
Depois da Conferência	51,4%	5,4%	43,2%
Durante a Conferência	52,4%	12,7%	34,9%

ANEXOS

Anexo I - Análise simples efetuada pela APCT a todas as publicações

PUBLICAÇÃO	TIPO	PERIODICIDADE	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE	
			TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO
A Nossa Gravidez	Revista	Quadrimestral	0	0	20000	20000	0	0
A Voz de Trás-os-Montes	Jornal	Semanal	5200	4747	5183	4691	5152	4588
Açores Magazine	Revista	Semanal	5724	3642	5724	3601	5724	3902
Açoriano Oriental	Jornal	Diário	5028	3049	5027	3224	5029	3392
Across - Luxury Travel & Safaris	Revista	Trimestral	20000	15879	20000	15885	0	0
Activa	Revista	Mensal	75400	53922	83350	66743	70750	62580
Ana	Revista	Semanal	60111	39503	55250	38071	54333	37857
Arquitectura & Construção	Revista	Bimestral	13400	9852	13800	7462	12100	8367
Attitude	Revista	Bimestral	7150	3431	0	0	0	0
Auto Hoje	Revista	Semanal	28000	16585	28000	15844	28000	15269
Auto Sport	Revista	Mensal	15367	4524	21150	12261	19800	10589
Autofoco	Revista	Semanal	30000	12028	30000	12490	30000	11997
AutoFoco SportsCars	Revista	Mensal	15000	3331	15000	3402	15000	3213
Automotor	Revista	Mensal	25000	16791	25000	17088	25000	16864
B-Gamer	Revista	Mensal	15000	7329	15000	7525	15000	9841
Bébé D'Hoje	Revista	Mensal	17000	16023	17000	14314	15000	10849
Blitz	Revista	Mensal	22000	11694	20500	10862	21500	10923
Boa Estrela	Revista	Mensal	40000	16121	40000	14606	40000	13192
Boletim da Ordem dos Advogados	Revista	Mensal	33700	33700	33700	33700	33700	33700
Bravo	Revista	Quinzenal	40716	21223	0	0	0	0
Caça & Cães de Caça	Revista	Mensal	16500	7607	16500	7218	16140	7121
Caixa Activa	Revista	Trimestral	50167	45514	50169	45434	0	0
Caras	Revista	Semanal	84422	66342	85200	69048	87044	75764
Caras Decoração	Revista	Mensal	21700	18725	22000	16104	21900	15335
Casa Cláudia	Revista	Mensal	16650	11985	15100	12132	14471	10808
Casa Cláudia Ideias	Revista	Trimestral	35400	25862	0	0	34900	28660
Channel Partner	Revista	Mensal	3000	2898	3000	2894	3000	2894
Continente Magazine	Revista	Mensal	89965	78486	104790	91317	127125	110314
Correio da Manhã	Jornal	Diário	160161	123094	155002	120863	157658	123097
Cosmopolitan	Revista	Mensal	56000	41817	56000	39768	52000	35614
Courrier Internacional	Revista	Mensal	22150	16946	22100	16892	21350	16426
CX	Revista	Trimestral	85167	80476	85169	80516	0	0
Dentistry	Revista	Bimestral	5750	5560	5750	5560	5750	5560
Diário As Beiras	Jornal	Diário	7846	6046	7823	6645	7357	8729
Diário de Aveiro	Jornal	Diário	5624	3664	5530	3616	5437	3510
Diário de Coimbra	Jornal	Diário	10054	8563	9068	8544	9556	8777
Diário de Notícias	Jornal	Diário	48623	32526	38424	23066	44706	29446
Diário de Notícias da Madeira	Jornal	Diário	12843	11574	12638	11671	12135	11109
Diário do Sul	Jornal	Diário	6250	5435	6250	5432	6250	5421

Diário Económico	Jornal	Diário	20742	16808	20740	16725	17473	13228
Dica da Semana	Jornal	Semanal	3134851	3134851	2866159	2866154	2867132	2867268
Distribuição Hoje	Revista	Mensal	3000	2971	3000	5706	3000	5724
Elle	Revista	Mensal	60710	38303	60047	37806	59155	34065
Empire	Revista	Mensal	14250	7831	11750	8014	11000	7876
Evasões	Revista	Mensal	12525	10016	12130	8093	11980	7984
Exame	Revista	Mensal	28300	20886	22800	18136	21800	17196
Exame Informática	Revista	Mensal	29950	23364	30050	22473	29050	23286
Executive Digest	Revista	Mensal	19000	14388	19000	13617	19000	14226
Expresso	Jornal	Semanal	122063	97765	113400	93241	111544	93816
Flash	Revista	Semanal	73250	36031	67333	37867	76038	52375
Futebolista	Revista	Mensal	20000	11208	19300	12323	19650	9694
G Q	Revista	Mensal	18000	16623	22375	32396	22500	34931
Gadget & PC	Revista	Mensal	13000	6664	12000	6156	11700	5491
Guia do Automóvel	Revista	Mensal	29000	11967	26500	10432	25000	9219
Guia Turístico dos Açores	Revista	Semestral	0	0	90000	16230	0	0
Happy Woman	Revista	Mensal	115875	107339	115100	109898	110170	103592
I Informação	Jornal	Diário	18506	7125	18614	6488	18644	5757
Índice Nacional Terapêutico, Edição de Mesa	Livro	Semestral	0	1171	0	244	14000	3714
Jornal da Bairrada	Jornal	Semanal	8131	7455	8033	7340	8117	7385
Jornal das Oficinas	Jornal	Mensal	0	0	10000	10000	10000	10000
Jornal de Letras, Artes & Ideias	Jornal	Quinzenal	10950	7764	10800	7648	10980	7487
Jornal de Negócios	Jornal	Diário	16805	11229	15994	9726	16537	11179
Jornal de Notícias	Jornal	Diário	106656	80807	99817	74341	98478	72571
Jornal Destak	Jornal	Diário	71675	71675	70585	70504	70659	70621
Jornal do Fundão	Jornal	Semanal	12758	11734	12683	11651	12644	11523
Jornal Soberania do Povo	Jornal	Semanal	5600	5315	5600	5266	5600	5256
Logística e Transportes Hoje	Revista	Bimestral	3000	2962	3000	2977	3000	2973
Lux	Revista	Semanal	72000	55394	70728	55248	72231	58198
Lux Woman	Revista	Mensal	49725	36301	48485	37125	47625	36220
Mais - Faz Bem à Saúde	Revista	Trimestral	11050	11050	0	0	0	0
Maria	Revista	Semanal	243125	192291	237778	190505	236844	183941
Mariana	Revista	Semanal	46500	21409	43044	21538	43333	23616
Marketeer	Revista	Mensal	19500	17724	19500	17667	19500	17297
Maxim	Revista	Mensal	40000	8474	32500	15236	27500	26099
Máxima	Revista	Mensal	68500	41334	73000	43956	66750	42839
Meios & Publicidade	Jornal	Semanal	1186	1018	1242	970	0	0
Men's Health	Revista	Mensal	29000	27484	29000	26493	27000	23319
Metro Portugal	Jornal	Diário	70000	70000	71244	71151	70900	70975
Motor Clássico	Revista	Mensal	13000	5916	13000	6320	13000	5820
Mulher Moderna na Cozinha	Revista	Mensal	33500	14261	30100	15576	28350	12298
Mundo da Pesca	Revista	Mensal	12700	6192	12200	5970	11700	6098
Mundo Universitário	Jornal	Semanal	10000	10000	12500	12500	10000	10000

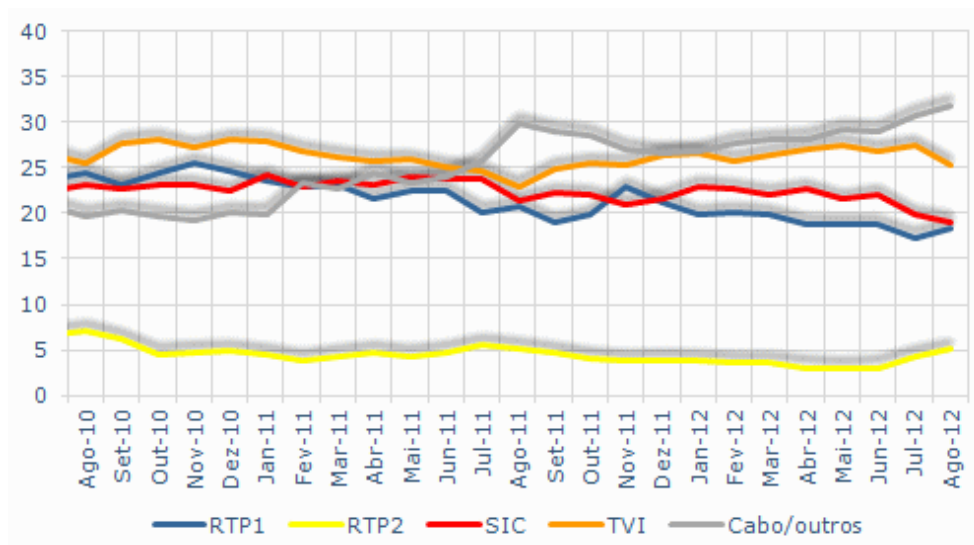
Ricardo Cardoso Botelho Vinhais Pereira – Rio+20: Análise das notícias publicadas pela Comunicação Social Portuguesa e pelas Entidades Oficiais

National Geographic Portugal	Revista	Mensal	60463	41012	51752	40156	53160	36248
Nova Gente	Revista	Semanal	151625	109849	147611	110501	147011	112037
O Jogo	Jornal	Diário	42056	23403	41660	23211	41757	23263
O Mundo da Fotografia Digital	Revista	Mensal	12000	6783	12000	7071	12000	6978
O Nosso Bébé	Revista	Quadrimestral	0	0	0	0	20000	20000
O Ribatejo	Jornal	Semanal	4650	3911	5089	4388	4633	3895
OJE	Jornal	Diário	18326	18302	18593	18596	17844	17820
Pais & Filhos	Revista	Mensal	25000	23403	25000	23303	25000	19950
Playboy	Revista	Mensal	0	0	0	0	40000	18531
PREVENIR	Revista	Mensal	55000	30824	50000	32350	50000	33760
Público	Jornal	Diário	41362	30183	47147	32676	46325	32279
Reconquista	Jornal	Semanal	13000	11107	13000	11003	13000	11071
Record	Jornal	Diário	96099	55213	97120	57017	95390	55795
Região de Leiria	Jornal	Semanal	9306	7912	10294	8816	9606	7840
Repórter do Marão	Jornal	Mensal	18250	18098	20425	20379	20270	20145
Revista Ler	Revista	Mensal	12000	6374	10000	4579	10000	4811
Revista Montepio	Revista	Trimestral	0	0	330300	330300	344000	344000
Sábado	Revista	Semanal	100000	71912	100000	69542	100000	66132
SaberViver	Revista	Mensal	70000	40530	70000	38111	70000	35539
Seleccções do Reader's Digest	Revista	Mensal	74553	61280	67000	56987	66000	56079
Semana Informática	Revista	Semanal	8914	8783	8236	8109	7343	7047
Sol todos os Sábados	Jornal	Semanal	56161	31964	57886	30076	55418	32514
Sport Life	Revista	Mensal	15500	14421	15500	14541	15500	13545
Stuff	Revista	Mensal	8200	5358	0	0	0	0
Super Interessante	Revista	Mensal	36000	18761	36000	21648	33000	15553
T3	Revista	Mensal	13000	7067	11000	7626	11000	7477
Telenovelas	Revista	Semanal	98238	72578	89867	68731	89071	68273
Tempo Livre	Revista	Mensal	149829	149829	143050	143050	118886	118886
teste t_insight	Revista	Semanal	0	0	0	0	83	510
The Portugal News	Jornal	Semanal	19124	17667	19399	17955	19879	18332
Ticketline Magazine	Revista	Mensal	60000	60000	60000	60000	60000	60000
Time Out Lisboa	Revista	Semanal	12500	8749	12875	8863	12900	9047
Time Out Porto	Revista	Mensal	12750	7110	12750	7246	11750	7109
Top Gear	Revista	Mensal	25000	12964	20000	15103	20000	13053
Turbo	Revista	Mensal	22000	10898	22000	10752	25000	10051
Tv 7 Dias	Revista	Semanal	183333	158722	189444	151311	188750	150708
Tv Guia	Revista	Semanal	107556	80210	100333	65897	97375	65769
TV Guia Novelas	Revista	Semanal	35000	18634	31250	13954	30000	17399
Tv Mais	Revista	Semanal	98844	78756	90700	69207	87867	68164
Unibanco	Revista	Trimestral	0	0	80080	80080	80080	80080
Vaqueiro Saberes & Sabores	Revista	Quadrimestral	0	0	14000	8871	14000	8637
Vida Económica	Jornal	Semanal	18813	10710	18078	10111	17933	9842
Vip	Revista	Semanal	51000	31471	51111	29107	51375	31441
Visão	Revista	Semanal	103425	91855	107267	89568	108344	92931

Visão História	Revista	Trimestral	0	0	24700	16335	24800	11172
Visão Júnior	Revista	Mensal	26250	18165	24850	17436	27325	17660
Viva!...	Revista	Trimestral	0	0	140000	139265	140000	139203
Vogue	Revista	Mensal	43500	29678	44000	35045	43000	29904
Volante	Revista	Mensal	11550	8879	11050	9094	10500	8617
Volta ao Mundo	Revista	Mensal	18050	13083	16090	11912	15820	10467

Fonte: APCT

Anexo II - Evolução do share de audiência mensal das televisões (Marktest)



Fonte: MediaMonitor/Marktest Audimetria/Kantar Media

Anexo III - Resultados da 1.ª Vaga de 2012 (Baramé Rádio- Marktest)

Baramé
Rádio

1. RESULTADOS DA 1ª VAGA DE 2012

GRUPO/ESTAÇÃO	REACH SEMANAL %	AUDIÊNCIA ACUMULADA DE VÉSPERA %	SHARE DE AUDIÊNCIA %
TOTAL RADIO	80,6	57,3	100
Grupo 1/com (1)*	49,1	25,8	38,8
RFM	28,7	13,7	20,7
Renascerça	18,3	8,5	12,1
Mega Hits	7,7	3,6	3,8
R. Sim	2,2	1,2	2,1
Grupo Media Capital Rádios (2)*	39,3	20,1	29,6
R. Comercial	25,0	12,2	18,4
Cidade FM	11,0	3,8	3,8
M80	10,6	5,0	6,3
TSF	9,5	4,3	4,4
Grupo RTP (3) *	16,6	7,3	9,3
Antena 1	10,1	4,6	5,8
Antena 3	6,4	2,1	2,6
Antena 2	1,4	0,6	0,7
Outras Estações (4)	26,0	10,3	16,0
Não Sabe Estação	3,9	1,3	1,9
UNIVERSO	8.311.409	8.311.409	8.311.409

(1) Inclui R.Renascerça, RFM, Mega Hits e R. Sim.
 (2) Inclui R.Comercial, Cidade FM, M80, Star FM, Vodafone FM, Smooth FM e estações extintas do Grupo MCR.
 (3) Inclui Antena 1, Antena 2, Antena 3 e RDP Áltica.
 (4) Todas as estações que não fazem parte dos grupos 1, 2, 3 e a TSF.

Nota 1: Neste quadro são apresentados resultados das estações que fazem parte de um grupo considerado de cobertura nacional (presente nas seis regiões MARKTEST), e tenham um mínimo de 30 referências na amostra.
 Nota 2: Para os grupos não são apresentadas todas as estações que os constituem, devido ao critério acima referido. Por essa razão, o somatório do Share das respectivas estações apresentadas nem sempre totalizar o valor do grupo.

Fonte: Baramé Rádio- Marktest

Anexo IV - Resultados da 2.^a Vaga de 2012 (Baramé Rádio- Marktest)

Baramé
Rádio

1. RESULTADOS DA 2.^a VAGA DE 2012

GRUPO/ESTAÇÃO	REACH SEMANAL %	AUDIÊNCIA ACUMULADA DE VÉSPERA %	SHARE DE AUDIÊNCIA %
TOTAL RADIO	81.0	56.3	100
Grupo 1/com (1)*	47.2	23.6	38.3
RFM	29.0	13.1	21.1
Renascerça	16.2	7.5	11.5
Mega Hits	7.2	3.1	4.0
R. Sim	2.0	0.9	1.6
Grupo Media Capital Rádios (2)*	41.4	21.4	29.8
R. Comercial	29.0	14.1	19.4
Cidade FM	10.0	3.8	3.7
M80	11.0	4.3	6.0
Smooth FM	0.7	0.4	0.3
TSF	8.6	3.5	4.0
Grupo RTP (3) *	14.5	6.5	8.3
Antena 1	9.0	4.1	4.8
Antena 3	5.2	2.0	2.8
Antena 2	1.0	0.3	0.4
Outras Estações (4)	26.7	10.9	17.9
Não Sabe Estação	3.0	1.0	1.6
UNIVERSO	8.311.409	8.311.409	8.311.409

(1) Inclui R.Renascerça, RFM, Mega Hits e R. Sim.
 (2) Inclui R.Comercial, Cidade FM, M80, Star FM, Vodafone FM, Smooth FM e estações extintas do Grupo MCR.
 (3) Inclui Antena 1, Antena 2, Antena 3 e RDP África.
 (4) Todas as estações que não fazem parte dos grupos 1, 2, 3 e a TSF.

Nota 1: Neste quadro são apresentados resultados das estações que fazem parte de um grupo considerado de cobertura nacional (presente nas seis regiões MARKTEST), e tenham um mínimo de 30 referências na amostra.
 Nota 2: Para os grupos não são apresentadas todas as estações que os constituem, devido ao critério acima referido. Por essa razão, o somatório de Share das respectivas estações apresentadas nem sempre totalizar o valor do grupo.

Fonte: Baramé Rádio- Marktest

Anexo V - Resultados da 3.ª Vaga de 2012 (Baramé Rádio- Marktest)

Baramé Rádio

1. RESULTADOS DA 3ª VAGA DE 2012

GRUPO/ESTAÇÃO	REACH SEMANAL %	AUDIÊNCIA ACUMULADA DE VÉSPERA %	SHARE DE AUDIÊNCIA %
TOTAL RÁDIO	80.1	55.3	100
Grupo 1/com (1)*	45.8	22.3	35.6
RFM	28.3	12.3	18.9
Renascerça	15.7	6.7	9.7
Mega Hits	6.9	2.9	4.1
R. Sim	2.1	1.2	2.8
Grupo Media Capital Rádios (2)*	42.8	22.0	33.3
R. Comercial	30.3	15.2	21.8
Cidade FM	10.3	3.5	4.2
M80	10.4	3.8	6.4
TSF	8.4	3.6	3.6
Grupo RTP (3)*	14.7	6.8	9.3
Antena 1	9.1	4.2	4.8
Antena 3	5.7	2.3	3.7
Antena 2	1.1	0.4	0.5
Outras Estações (4)	26.0	9.9	15.6
Não Sabie Estação	4.0	1.7	2.6
UNIVERSO	8.311.409	8.311.409	8.311.409

(1) Inclui R.Renascerça, RFM, Mega Hits e R. Sim.
 (2) Inclui R.Comercial, Cidade FM, M80, Star FM, Vodafone FM, Smooth FM e estações extintas do Grupo MCR.
 (3) Inclui Antena 1, Antena 2, Antena 3 e RDP África.
 (4) Todas as estações que não fazem parte dos grupos 1, 2, 3 e a TSF.

Nota 1: Neste quadro são apresentados resultados das estações que fazem parte de um grupo considerado de cobertura nacional (presente nas seis regiões MARKTEST), e tenham um mínimo de 30 referências na amostra.

Nota 2: Para os grupos não são apresentadas todas as estações que os constituem, devido ao critério acima referido. Por essa razão, o somatório de Share das respectivas estações apresentadas nem sempre totalizar o valor do grupo.

Fonte: Baramé Rádio- Marktest

Anexo VI - Notícia publicada pela RTP a 25/06/2012 (“Acordo da Rio+20 merece louvor das Nações Unidas”)

Acordo da Rio+20 merece louvor das Nações Unidas

As Nações Unidas louvaram o consenso obtido na Conferência ambiental Rio+20. O documento final chegou a ser considerado um êxito simplesmente por existir. Francisco Ferreira, da Quercus, explicou na RTP os contornos do acordo alcançado.

Anexo VII - Notícia publicada pelos Amigos da Terra a 20/04/2012 (“Adoção de selo ambiental é polêmica”)

Sob pressão de grandes ONGs ambientalistas aliadas ao setor florestal, que abrange principalmente a indústria de celulose e papel e de exploração madeireira, o governo brasileiro tentará incluir a certificação socioambiental na lista dos instrumentos de políticas públicas que serão negociados pelos países em junho na Rio+20 – a conferência das Nações Unidas que definirá os rumos da economia verde. “Não será uma tarefa fácil, porque o assunto é polêmico até entre os países em desenvolvimento”, afirma o embaixador André Correa do Lago, diretor de meio ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

“Alguns países entendem esses mecanismos de mercado como precificação e não valorização da natureza; outros os enxergam como protecionismo, barreira ao livre comércio”, revela o embaixador. Além dessas dificuldades, os países florestais mais pobres alegam incapacidade financeira e tecnológica para atingir padrões mais altos de produção sustentável. Para Lago, “temos que seduzir os países do G-77, pois há um grande temor de que a responsabilidade pelo desafio climático seja transferida aos países emergentes”. O assunto entrará no contexto do debate entre as nações em desenvolvimento, tendo como estratégia a importância da certificação como algo complementar às legislações nacionais.

Países florestais mais pobres alegam incapacidade financeira para atingir padrões mais altos de produção

“A posição dos países é mais influenciada por lobbies de quem teme perdas do que por propostas de setores ambientalmente mais avançados”, diz o embaixador, lembrando que “o Brasil precisa fazer acima da média mundial porque tem mais força internacional, melhores condições econômicas, minérios, petróleo, água e biodiversidade”. Se o cenário mundial com a Rio+20 não incorporar legalmente pontos que o Brasil defende, acrescenta Lago, “não significa que não precisamos aplicá-los”.

“Há barreiras ideológicas contra ferramentas de mercado”, ressalta André de Freitas, do Forest Stewardship Council (FSC), maior organização global que certifica produtos florestais. A entidade tem atuado junto ao grupo de 11 países florestais para a inclusão de uma emenda

no documento oficial da Rio+20, destacando a importância desses mecanismos como suporte à sociedade na transição para a economia verde. A iniciativa ganhou sinal verde da União Europeia.

A proposta é transformar o apoio à certificação socioambiental em compromisso dos governos, sob a justificativa de que induz práticas sustentáveis e contribui com a conservação das florestas tropicais e seus recursos. Ao ganhar força política, o selo verde poderá receber planos nacionais de incentivo. O tema começa a entrar na agenda das compras e contratações públicas, que representam significativa parcela do PIB mundial. No Brasil, dados do Ministério do Planejamento indicam que as compras e obras governamentais são responsáveis por 15% da economia. O Ministério do Meio Ambiente articula com organizações ambientalistas a criação de um grupo de trabalho para avançar na questão.

“É significativa a influência do poder de compra do governo para a multiplicação de práticas sustentáveis”, argumenta Freitas. Se o assunto evoluir na Rio+20, os governos se sentirão obrigados a se mexer e adotar políticas que podem privilegiar o selo socioambiental como instrumento que garante a origem sustentável dos produtos. “No caso dos produtos florestais, não adianta falar em certificação sem o mínimo de legalidade e de infraestrutura produtiva”, adverte Antonio Carlos Hummel, diretor do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Ele diz que mais de 40% da extração madeireira na Amazônia é ilegal. Mesmo a legal não oferece na maioria dos casos garantias sobre a qualidade do manejo florestal e sobre a origem do que se consome nos grandes centros.

“Precisamos o mais rápido possível de uma lei sobre fomento florestal”, propõe Hummel. Tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei 324/2007, que regulamenta a compra pública de produtos florestais e está em processo de revisão na Comissão de Finanças e Tributação.

Como 85% da madeira é consumida no mercado interno, regras de comércio internacional podem não proporcionar grandes mudanças no atual cenário de ilegalidade, que traz a reboque impactos negativos ambientais e sociais. Segundo Hummel, hoje 75% das terras na Amazônia são públicas, com 15 milhões de hectares sem destinação ou uso específico – ou seja,

configuram-se como “terras de ninguém”, abertas a práticas ilegais que despejam produtos nos principais mercados do país.

Anexo VIII - Notícia publicada pelo Público a 04/06/2012 (“A maior lixeira brasileira a céu aberto foi finalmente encerrada”)

A maior lixeira brasileira a céu aberto foi finalmente encerrada

Após 34 anos em atividade, a maior lixeira brasileira a céu aberto, nas imediações do Rio de Janeiro, foi finalmente encerrada.

As toneladas de detritos que diariamente eram depositadas na lixeira de Jardim Gramacho - não longe do principal aeroporto da cidade - serão agora encaminhadas para uma moderna unidade de reciclagem de resíduos.

Apesar de ser uma medida há muito aguardada e considerada uma vitória para os ambientalistas, este fecho vai deixar pelo menos 1600 pessoas sem trabalho. Durante décadas, estas pessoas - conhecidos por catadores - foram pagas para selecionarem manualmente os materiais aptos para reciclagem.

Estes catadores estiveram presentes na cerimónia oficial de encerramento da lixeira, presidida pela ministra brasileira do Ambiente, Izabella Teixeira, e pelo presidente da câmara do Rio, Eduardo Paes.

"Gramacho será uma referência em termos de desenvolvimento sustentável, e servirá de referência para outras lixeiras do país", declarou a governante durante a cerimónia.

Por seu lado, Eduardo Paes frisou que na questão do tratamento do lixo no Rio de Janeiro haverá um antes e um depois de Gramacho. "O Rio não vai mais admitir violências como a que foi feita aqui", disse o autarca.

Eduardo Paes garantiu ainda que os catadores receberão indemnizações no valor de 14 mil reais (cerca de 5500 euros) e receberão formação profissional a fim de se aprenderem um novo ofício.

A decisão de fechar a lixeira de Gramacho - que foi adiada por diversas vezes - acontece apenas algumas semanas antes da importante conferência internacional sobre o ambiente Rio+20, que começa a 20 de Junho.

Durante décadas a lixeira de Gramacho - que recebia cerca de 9000 toneladas de dejectos por dia - foi alvo das críticas dos ambientalistas brasileiros, sobretudo por causa da grande emissão de gases com efeito de estufa e pelo facto de muitas pilhas de dejetos acabarem por ir parar à Baía de Guanabara.

O lixo que era levado para Gramacho será agora levado para a chamada Central de Tratamento de Resíduos (CTR), situada em Seropédica, na região metropolitana do Rio.

A área de Jardim Gramacho ainda levará anos até ser recuperada. Ali será instalada uma Fábrica de Biogás, que vai transformar o metano oriundo da decomposição do lixo em gás. Esse material será destinado à Refinaria de Duque de Caxias para a produção de energia, indica o site Terra Brasil.

"Lixo extraordinário"

Foi precisamente o dia-a-dia dos catadores de lixo de Jardim Gramacho que o artista plástico brasileiro Vik Muniz acompanhou durante três anos, seguido de perto pelos documentaristas Lucy Walker, João Jardim e Karen Harley, que a partir desta premissa produziram o multi-premiado documentário "Lixo Extraordinário" (Waste Land).

No Jardim Gramacho, Vik Muniz tornou-se amigo de alguns dos homens e mulheres que durante anos ajudaram a separar o lixo reciclável em troca de um ordenado baixíssimo com o qual se esforçam por sobreviver. Estas pessoas foram os heróis das criações artísticas de Muniz que, com os materiais da lixeira, os fotografou e dignificou através da arte.

Em 2010, "Lixo Extraordinário" conquistou o prémio do público no Festival de Sundance e os prémios do público e da Amnistia Internacional em Berlim. Na última edição dos Óscares, foi ainda nomeado para a categoria de melhor documentário.

Notícia atualizada às 10h23, com informações acerca do documentário "Lixo Extraordinário"

Anexo IX - Notícia publicada pelos Amigos da Terra a 15/06/2012 (“Proteção dos mares pode ter avanços”)

A Rio+20 pode terminar com um resultado concreto em relação à proteção dos oceanos nas áreas de alto-mar, além das jurisdições nacionais. A semente do que os ambientalistas chamam de “plano de resgate” dos mares pode sair da Rio+20. Seria um mecanismo que aumentaria a proteção marinha e também regulamentaria a exploração de recursos genéticos da biodiversidade em zonas profundas dos oceanos.

“Estamos lutando pela proteção ambiental em alto-mar”, diz Nathalie Rey, assessora para políticas de oceano do Greenpeace International. Segundo ela, dois terços dos oceanos do mundo não estão protegidos e são terra de ninguém. “É como o velho oeste. Se alguém quiser proteger alguma região dos oceanos, não tem como fazer.”

A Convenção do Mar (Unclos, na sigla em inglês), é de 1982. Trata-se de um capítulo importante da discussão do texto-base da Rio+20, “O Futuro que Queremos”. A ideia é lançar um processo para que os países discutam, em um futuro próximo, um acordo que proteja a biodiversidade marinha.

Há resistência, porém, de Estados Unidos, Canadá, Japão, Rússia e Noruega. “Países que têm capacidade de pesquisar em águas profundas podem se beneficiar dos recursos genéticos de organismos como esponjas e corais, que nem conhecemos”, diz Nathalie Rey. São recursos importantes para a indústria farmacêutica, por exemplo. Europa e países em desenvolvimento apoiam a ideia que já está em discussão há cinco anos.

Os oceanos são áreas desprotegidas. Em 2004, durante reunião dos países da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), das Nações Unidas, concordou-se em proteger 10% dos mares. Em 2012, menos de 1% dos oceanos está sob alguma forma de proteção.

Os oceanos vivem uma crise ambiental severa. Em 2008, um estudo do Banco Mundial e da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) mostrou que as perdas decorrentes da pesca predatória e excessiva batem em US\$ 50 bilhões ao ano.

“Cerca de 85% dos estoques pesqueiros estão esgotados ou diminuindo rapidamente”, diz Matthew Gianni, co-fundador da Deepsea Conservation Coalition, aliança global de 70 organizações ambientalistas e de pescadores.

“Estamos insistindo bastante para que a Rio+20 comece um processo negociador de um acordo de implementação sob a Convenção do Mar”, disse o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, “que vise regulamentar o uso dos recursos naturais no caso específico da biodiversidade”. Isso aconteceria nas áreas de alto-mar, fora da jurisdição nacional de cada país. “Estamos confiantes de que sairemos daqui com uma indicação clara de que é preciso abrir negociar esse acordo, e que a Convenção do Mar precisa ser complementada.”

Anexo X - Notícia publicada pela RTP a 13/06/2012 (“600 Organizações não governamentais marcam presença na Cimeira dos Povos”)

É com a Cimeira dos Povos que hoje arranca a Conferencia das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro, Brasil.

Cerca de 18 mil pessoas e pelo menos 600 organizações não governamentais de todo o mundo vão, a partir de hoje, dar vida a este encontro que vai preparar um documento para apresentar aos chefes de Estado e de governo presentes na Cimeira Rio+20 na próxima semana.

Até sexta-feira, 15 de junho, decorre também uma votação online promovida pelas Nações Unidas sobre as soluções para os desafios ambientais, sociais e económicos mais urgentes do planeta.

Anexo XI - Notícia publicada pelos Amigos da Terra a 27/06/2012 (“Rio+20 é o piso, e não é o teto” é uma frase triste e o recibo oficial do resultado píffio. Entrevista especial com André Lima)

“A Rio+20 falhou ao não apresentar uma avaliação crítica responsável sobre a falha na implementação dos principais acordos de 1992 e no estabelecimento de metas ambiciosas para o futuro próximo”, avalia o advogado.

“O maior problema não me parece que sejam os dissensos explícitos em frases ambíguas no inosso documento final da Rio+20, mas os acordos tácitos que ele cela. A não decisão que acomoda divergências é uma decisão da unanimidade. Implica em obviamente manter o bonde andando na mesma rota até a próxima parada, talvez daqui a 10 ou 20 anos, num Rio de Janeiro 5 graus mais quente”. É a partir dessa análise que o advogado e mestre em Política e Gestão Ambiental, André Lima, comenta a atuação dos chefes de Estado na Rio+20, que “no mais clássico estilo do ‘diplomats’” não estabeleceram metas concretas em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade do planeta.

A atuação do Brasil na conferência também foi alvo de críticas, especialmente por conta da agenda ambiental brasileira e do Código Florestal, que não ganhou destaque nas discussões. “A presidente Dilma driblou a Rio+20 com a edição da MP, retirou o tema da pauta por duas semanas e entregou aos ruralistas o desfecho após a conferência”. E dispara: “Veja que a ministra Izabella Teixeira e o ministro Patriota comemoraram o ‘não retrocesso’ como resultado maior. A presidente concluiu dizendo que Rio+20 é o piso e não o teto. Essas foram frases tristes e que passam o recibo oficial do resultado píffio obtido”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail para a IHU On-Line, Lima ainda avalia as diferenças entre o Documento Final da Rio+20 e da Cúpula dos Povos. E é enfático: “O documento das organizações e personalidades que lideraram a Cúpula dos Povos propugna por cooperação, investimento, compromisso, metas claras, sentido de urgência e ação. O documento oficial é cheio de retórica, de frases bonitas, repetitivas, clichês e de propósitos revisitados desde antes de 1992, mas a lógica real é a do cada um por si. E, quando juntos, nivelados por baixo em prol do multilateralismo”.

André Lima é advogado, mestre em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Brasília – UnB, consultor em políticas públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, consultor jurídico da Fundação SOS Mata Atlântica e sócio-fundador do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em uma frase, o que foi a Rio+20 em sua avaliação?

André Lima – A prova inequívoca de que esse caldeirão chamado “Terra” infelizmente ainda vai ter de esquentar mais um pouco para provocar atitudes concretas e ousadas no rumo do desenvolvimento sustentável.

IHU On-Line – O debate sobre o novo Código Florestal e a posição do governo brasileiro diante dele teve espaço nas discussões da Rio+20?

André Lima – Houve boas discussões na Cúpula dos Povos, por exemplo, sobre os graves retrocessos nas políticas socioambientais brasileiras da Rio-92 à Rio+20. E uma grande manifestação nas ruas do Rio de Janeiro denunciou o descaso dos líderes globais nas negociações do texto da Rio+20, mas também denunciou as posições retrógradas da presidente Dilma em relação a alguns temas ambientais no Brasil. Dezenas de milhares de pessoas foram às ruas do Rio de Janeiro para manifestarem seu descontentamento com os rumos da política socioambiental brasileira, em particular no que tange o Código Florestal, a política de incentivos aos combustíveis fósseis e a flexibilização do licenciamento ambiental de grandes obras de infraestrutura como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O Brasil infelizmente tem um discurso desconexo com a realidade. Apresenta a queda dos desmatamentos na Amazônia, que é fruto de ações fortes e da legislação vigente no governo anterior, como resultado do empenho do governo atual. Isso é ilusório e chega a ser desleal. Isso foi revelado na Rio+20, mas havia um abismo entre a Cúpula dos Povos e as discussões oficiais no Riocentro.

IHU On-Line – Como a sociedade civil e o movimento social, na Cúpula dos Povos, abordou o debate sobre o Novo Código Florestal e as campanhas de “Veta, Dilma”?

André Lima – Primeiramente denunciámos em um evento na Cúpula no final da tarde do sábado (17-06-2011) – que contou com mais de duas mil pessoas –, o grave retrocesso na legislação ambiental brasileira em curso nos últimos 18 meses. Com isso chamamos estudantes, trabalhadores, cientistas, movimentos sociais, trabalhadores, cidadãos e cidadãs para se juntarem a nós na luta que ainda está sendo travada no parlamento, pois a MP 571 ainda está pendente e há sérias e comprovadas ameaças de que retrocessos ainda maiores virão, e não se limitam ao Código Florestal. A presidente Dilma driblou a Rio+20 com a edição da MP, retirou o tema da pauta por duas semanas e entregou aos ruralistas o desfecho após a conferência. Agora o próprio governo fala em buscar um equilíbrio na MP que ele próprio editou, dando a entender que vai ceder ainda mais aos ruralistas. O equilíbrio foi perdido já no debate havido no Senado. De lá para cá foram perdas inestimáveis para as florestas e para a agricultura sustentável no Brasil. Isso foi denunciado nos eventos paralelos na Cúpula dos Povos.

Lançamos uma rede brasileira de avaliação permanente das políticas socioambientais com a participação de dezenas de organizações da sociedade como o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, Instituto Socioambiental – ISA, SOS Mata Atlântica, Vitae Civilis, TerraAzul, Grupo de Trabalho Amazônico, Greenpeace e o Instituto Democracia e Sustentabilidade para monitorar de perto cada passo do governo em diferentes setores (florestas, saneamento, mobilidade, governança, áreas protegidas) para avaliar com critério e dar transparência total seja aos retrocessos ou aos avanços (se houver).

IHU On-Line – Quais as principais demandas que apareceram por parte da sociedade civil e dos movimentos sociais durante a Rio+20 e a Cúpula dos Povos?

André Lima – A primeira delas e mais forte foi no sentido de que os chefes de Estado assumam compromissos efetivos por meio de metas concretas no rumo do desenvolvimento sustentável. Mas o que tivemos, no mais clássico estilo do “diplomatas”, foram compromissos abertos, genéricos, flácidos, burocráticos e até mesmo ambíguos. Outra demanda concreta e relevante apresentada foi no sentido de os governos eliminarem os fortes subsídios vigentes (inclusive no Brasil) ao consumo de combustíveis fósseis. Vejam que no Brasil o governo acaba de desonerar, pela segunda vez em três anos, a produção de automóveis, atendendo a

uma demanda específica do setor industrial e agora, embora fale em aumento no preço da gasolina, fala também em zerar a Cide, tributo que recai sobre o consumo de gasolina. Um terceiro aspecto foi a criação de uma organização mundial de meio ambiente, no nível da Organização Mundial do Comércio – OMC, da Organização Mundial da Saúde – OMS. Meio Ambiente hoje é periferia na ONU. É crítica e vergonhosa a situação em que vivemos hoje no planeta à beira da falência ecológica, e sem institucionalidade forte e poder regulatório para lidar com o desafio. É bom que agora todos os países possam compor o conselho do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma, mas se o desenvolvimento sustentável é uma meta tão relevante quanto o comércio, e lida diretamente com a saúde, não me parece “sustentável” que não alce um patamar de agência com poderes reais de sanção e de estímulos.

IHU On-Line – Que desafios em relação à Amazônia foram apresentados durante a Conferência?

André Lima – Um dos principais desafios para Amazônia, talvez o principal, ao lado da garantia dos direitos territoriais e socioculturais dos povos indígenas, populações tradicionais e pequenos produtores que nela habitam, é o financiamento de um novo modelo de desenvolvimento que substitua o atual modelo predatório, excludente e exportador de solo e água a “preço de banana”. Nesse aspeto não houve nada de concreto. O Brasil, por exemplo, apesar do sucesso alcançado até agora no controle do desmatamento, devido à legislação vigente e ao plano desenhado no primeiro governo Lula, continua subsidiando combustíveis fósseis, a agroindústria, e obras de infraestrutura sem antes investir em governança e no apoio a cadeias produtivas focadas no que a Amazônia tem de vocação e nas suas populações. Por exemplo, o Brasil ignora seu potencial florestal.

Não temos ainda um PAC Florestal, e caminhamos na contramão da história, anistiando e consolidando crimes contra a floresta. O modelo econômico atual, desbravador e transformador dos territórios, no máximo tolera as populações locais desde que ilhadas e na periferia política e econômica. Sem inclusão desses atores locais em uma proposta que acolha sua cultura e seus direitos fundamentais, a Amazônia seguirá o exemplo da Mata Atlântica.

IHU On-Line – Que visão a Rio+20 construiu sobre o chamado “desenvolvimento sustentável”?

André Lima – Entendo que, em função da conjuntura de crise econômica que vivemos como pano de fundo para esse encontro, o enfoque foi desproporcional nas questões econômicas e sociais em detrimento da evidência de que a Terra tem limites. Em outras palavras, é fundamental, mas não será possível combater a miséria simplesmente consumindo mais recursos naturais e emitindo mais CO₂ e outros poluentes no ar, no solo e nos rios. Sem enfrentarmos aberta e concretamente a questão dos limites ao crescimento econômico de países desenvolvidos e da distribuição de riqueza (o que implica em transferência de tecnologia e financiamento), a conta não fecha. E acho que nesse aspecto a Rio+20 falhou ao não apresentar uma avaliação crítica responsável sobre a falha na implementação dos principais acordos de 1992 e no estabelecimento de metas ambiciosas para o futuro próximo.

O processo de desertificação se ampliou, perdemos biodiversidade em ritmo inédito nos últimos 20 anos, o Protocolo de Kyoto não deu resultado e ainda não temos o pós-Kyoto resolvido. Esse conceito de desenvolvimento sustentável com enfoque no combate a miséria, geração de empregos e fortalecimento da economia “verde” esconde o cerne da questão: o fato dos países desenvolvidos não abrirem mão do seu nível atual de consumo e predação.

IHU On-Line – Quais as principais diferenças entre o documento final da Rio+20 e o documento dos integrantes da Cúpula dos Povos?

André Lima – Há muitas diferenças gerais e específicas, mas destaco a diferença no espírito e na vitalidade dos documentos. O documento das organizações e personalidades que lideraram a Cúpula dos Povos propugna por cooperação, investimento, compromisso, metas claras, sentido de urgência e ação. O documento oficial é cheio de retórica, de frases bonitas, repetitivas, clichês e de propósitos revisitados desde antes de 1992, mas a lógica real é a de cada um por si. E, quando juntos, nivelados por baixo em prol do multilateralismo. Veja que a ministra Izabella Teixeira e o ministro Patriota comemoraram o “não retrocesso” como resultado maior. A presidente concluiu dizendo que Rio+20 é o piso, e não o teto. Essas foram frases tristes e que passam o recibo oficial do resultado pífio obtido. Em lugar do pasteurizado

crescer, incluir e proteger, temos que falar distribuir riqueza reduzindo desigualdades e respeitar os limites da biosfera e dos ecossistemas.

IHU On-Line – Em que sentido as divergências econômicas entre os países interferiram dificultando os debates políticos e ambientais?

André Lima – Dos países que integram o “concordatário” G7, somente o presidente francês esteve no Brasil e ainda assim há quem diga que veio aqui para vender seus jatos. Além disso, dos 192 países representados, somente pouco mais de 70 estavam aqui como seus chefes de Estado. Isso sem dúvida cria um ambiente desmotivador. Por óbvio que isso tem a ver com a crise econômica, que se espera seja de curto prazo. Mas como se tornou comum dizer: a crise ambiental chegou para ficar e vai se agravar. De 1992 para cá avançamos muito na regulação, no controle, no monitoramento, até mesmo na conscientização, mas no que tange os aspetos dos incentivos econômicos o desafio ambiental ainda não virou core question. Ainda estamos falando em certificação, em selos verdes exatamente porque somos periferia, o sustentável é “alternativo”. Avançamos pontual e perifericamente em medidas focadas na transição para uma nova economia pautada pela sustentabilidade. Com poucas exceções que reforçam a regra.

Assim sendo, o próprio documento final da Rio+20 mantém essa ambiguidade. Continuamos falando em crescimento econômico e combate à pobreza como questões centrais, e meio ambiente como fator limitante. Agora meio ambiente entra como oportunidade na “economia verde”. No entanto, seguir esse trilho sem questionarmos as desigualdades (sociais e regionais) e sem limites ecológicos claros, mensuráveis, ao crescimento econômico corremos sérios riscos. Inclusão social no modelo atual é insustentável. Aí a questão é contábil. E nesse sentido o que é mais grave é que não há grandes divergências, os países desenvolvidos não querem limites, tampouco compartilhar riqueza, e os mais pobres, com razão, não querem parar de crescer. Então o que me preocupa sobremaneira não são as divergências explícitas, mas a convergência tácita.

IHU On-Line – Quais foram os temas mais polêmicos e sem consenso?

André Lima – Há vários em diferentes escalas. O debate sobre governança para o desenvolvimento sustentável, sobre o Pnuma “ser ou não ser” uma agência mundial de meio ambiente é um dos temas. Os Estados-nação engolem sanções económicas no âmbito da OMC, até porque isso interessa ao G7 e em geral ao sacrossanto mercado livre, ou livre comércio, mas não estão dispostos a relativizar sua soberania em prol da sustentabilidade global.

Outro tema polémico diz respeito ao financiamento da transição para a economia verde. Quantos triliões foram (e ainda estão sendo) alocados nos últimos quatro anos para salvar o mercado financeiro? Mas os países ditos “ricos” não querem se comprometer com mais e novos recursos para desenvolvimento sustentável, até porque falharam em cumprir seu compromisso de investir 0,7% de seus PIBs para o desenvolvimento dessa agenda nos países em desenvolvimento. E transferência de tecnologia é assunto para a Organização Mundial de Propriedade Intelectual, que também tem sua agência regulatória, enquanto que os bens comuns da humanidade são, no máximo, um programa de segunda categoria no sistema ONU. Mas repito, o maior problema não me parece que sejam os dissensos explícitos em frases ambíguas no insosso documento final da Rio+20, mas os acordos tácitos que ele cela. A não decisão que acomoda divergências é uma decisão da unanimidade. Implica em obviamente manter o bonde andando na mesma rota até a próxima parada, talvez daqui a 10 ou 20 anos num Rio de Janeiro cinco graus mais quente.

Anexo XII - Agenda da Conferência Rio+20 no dia 20/06/2012

20 June 2012		
10:00 AM - 1:00 PM		
1st plenary meeting (Formal Opening) - Opening of the Conference - Election of the President of the Conference - Adoption of the Rules of procedure - Adoption of the Agenda - Organization of work, including the establishment of subsidiary bodies/Main Committee - Election of Officers - Appointment of the members of the Credentials Committee - Statement by the President of the Economic and Social Council - Statements by nine Major groups - Statements by States		- Partnership Forum - Side Events
1:00 - 2:45 PM		
■		Side Events
3:00 - 4:30 PM		
2nd plenary meeting (Ceremonial Opening) - Statement by the President of the Conference - Statement by the President of the General Assembly - Statement by the Secretary-General of the United Nations - Statement by the Secretary-General of the Conference		
4:30 - 6:00 PM		
2nd plenary meeting (Ceremonial Opening) 2nd Plenary Meeting continues - Continuation of statements by States	Meeting of the Main Committee and Credential Committee (if needed)	- Partnership Forum - Side Events
4:30 - 7:30 PM		
High-level round table "Looking at the way forward in implementing the expected outcomes of the Conference"		
6:15 - 9:00 PM		
■		Side Events

Fonte: uncsd2012

Anexo XIII - Agenda da Conferência Rio+20 no dia 21/06/2012

21 June 2012			
10:00 AM - 1:00 PM			
3rd Plenary Meeting ■ Continuation of statements by States	High-level round table "Looking at the way forward in implementing the expected outcomes of the Conference"	Meeting of the Main Committee and Credential Committee (if needed)	■ Side Events
1:00 - 2:45 PM			
■ Side Events			
3:00 - 6:00 PM			
4th Plenary Meeting ■ Continuation of statements by States	High-level round table "Looking at the way forward in implementing the expected outcomes of the Conference"	Meeting of the Main Committee and Credential Committee (if needed)	■ Side Events
6:15 - 9:00 PM			
■ Side Events			

Fonte: uncsd2012

Anexo XIV - Agenda da Conferência Rio+20 no dia 22/06/2012

22 June 2012			
10:00 AM - 1:00 PM			
5th Plenary Meeting Continuation of statements by States	High-level round table "Looking at the way forward in implementing the expected outcomes of the Conference"	Meeting of the Main Committee and Credential Committee (if needed)	Partnership Forum Side Events
1:00 - 2:45 PM			
Side Events			
3:00 - 6:00 PM			
6th plenary meeting Closing of the Conference - Continuation of statements by States (if needed) - Presentation of the summaries by the Rapporteurs of the High-level round tables - Report of the Credentials CommitteeAdoption of the outcome document and the report of the Conference - Closure of the Conference			

Fonte: uncsd2012